

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL
DAS RELAÇÕES POLÍTICAS**

VANDERSON RODERTO PEDRUZZI GABURO

**O SERTÃO VAI VIRAR GENTE:
SERTÃO E IDENTIDADE NACIONAL EM AFONSO
ARINOS**

**Vitória
2009**

VANDERSON ROBERTO PEDRUZZI GABURO

**O SERTÃO VAI VIRAR GENTE:
SERTÃO E IDENTIDADE NACIONAL EM AFONSO
ARINOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Orientador: Professor Doutor Fabio Muruci dos Santos

Vitória
2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

G119s Gaburo, Vanderson Roberto Pedruzzi, 1982-
O sertão vai virar gente : sertão e identidade nacional em Afonso Arinos / Vanderson Roberto Pedruzzi Gaburo. – 2009.
148 f.

Orientador: Fabio Muruci dos Santos.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo,
Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Franco, Afonso Arinos de Melo, 1905-1990. Os Jagunços. 2.
Franco, Afonso Arinos de Melo, 1905-1990 - Crítica e interpretação. 3.
Literatura brasileira - História e crítica. 4. Características nacionais. 5.
Estado nacional. I. Santos, Fábio Muruci dos. II. Universidade Federal
do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

VANDERSON ROBERTO PEDRUZZI GABURO

O SERTÃO VAI VIRAR GENTE: SERTÃO E IDENTIDADE NACIONAL EM AFONSO ARINOS

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em _____, _____ de 2009.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.º Dr. Fabio Muruci dos Santos
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof.º Dr. Ricardo de Oliveira
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof.º Dr. Antonio Carlos Amador Gil
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.º Dr. Geraldo Antonio Soares
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Suplente

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por mais esta oportunidade em minha vida, que busquei aproveitar da melhor maneira possível.

Agradeço a minha família, a minha mãe Anna, meu pai Pedro, meu irmão Jefferson e minha cunhada Jânea, pelo apoio, incentivo e preces despendidas no sentido de me auxiliar na realização deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Fabio Muruci, pela orientação, compreensão e grandes idéias e sugestões dadas durante a confecção desta Dissertação, dedicando boa parte de seu tempo num esforço conjunto para apresentarmos um bom trabalho.

Agradecer também ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, todos os seus professores e funcionários que de um modo ou de outro contribuíram para que alcançássemos êxito nessa pesquisa.

Ao meu amigo Washington, pelo apoio e boas sugestões, comprovando que na vida não precisamos de muitos amigos, basta um para se tornar especial.

E por último, um agradecimento especial a minha amada esposa Elizângela, pelo amor, pelo apoio nas horas difíceis, por dividir comigo cada momento deste trabalho, das angústias às alegrias e por fazer parte da minha vida de uma maneira tão especial.

RESUMO

Discute a literatura regionalista do final do século XIX e início do século XX no Brasil e a representação do sertanejo como autêntico brasileiro. Identifica Afonso Arinos de Melo Franco como um dos principais autores da literatura regionalista e o insere na perspectiva de construção da nação alicerçada na valorização da cultura e do modo de vida sertanejos, entendendo a Guerra de Canudos, retratada em *Os Jagunços*, como um importante marco de recuperação, tornando-se obra importante para a compreensão do pensamento do autor. Defensor da monarquia e crítico da República, Arinos se distingue de seus contemporâneos monarquistas no que se refere ao sertanejo, recusando a identificação da região com a barbárie. O sertanejo necessitaria ser incorporado ao projeto nacional encabeçado pelos intelectuais, e não exterminado como a República fez em Canudos, pois formaria uma cultura rústica, que se manteve alheia às influências culturais externas presentes nas grandes cidades, tornando-se o elo da identidade nacional.

Palavras-chave: literatura regionalista. Sertanejo. Sertão. Identidade nacional. Nação. Canudos.

ABSTRACT

Discusses the regionalist literature of the late nineteenth and early twentieth century in Brazil and the representation of the sertanejo as authentic Brazilian. Identifies Afonso Arinos as one of the principal authors of regionalist literature and inserts it in the perspective of nation building founded on the appreciation of culture and sertanjos way of life, understanding the Canudos War portrayed in *The Jagunços*, such an important milestone recovery, making it important for our understanding of the author's thought. Defender of the monarchy and critic of the Republic, Arinos stands apart from his contemporary monarchists in relation to the sertanejo refusing to identify the region with barbarism. The sertanejo need to be incorporated into the national project led by intellectuals and not destroyed as the Republic has done in Canudos, they form a rustic culture which remained indifferent to the external cultural influences present in the big cities, making it the bond of national identity.

Keywords: Regionalist literature. Sertanejo. Hinterland. National identity. Nation. Canudos.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	08
2 A LITERATURA REGIONALISTA DO FINAL DO SÉCULO XIX NO BRASIL.....	17
2.1 O ROMANTISMO NO BRASIL.....	17
2.2 NOVOS ARES E O SURGIMENTO DO REGIONALISMO.....	23
2.3 AFONSO ARINOS: REGIONALISMO E LITERATURA NACIONAL.....	33
2.4 AFONSO ARINOS: UM AUTÊNTICO DESCOBRIDOR.....	40
3 A QUESTÃO NACIONAL EM AFONSO ARINOS.....	47
3.1 A NAÇÃO COMO QUESTÃO.....	48
3.2 A NAÇÃO ATRAVÉS DA BUSCA PELA UNIDADE DA PÁTRIA.....	51
3.2.1 <i>A crítica republicana</i>	53
3.2.2 <i>O papel do povo e dos intelectuais</i>	57
3.2.3 <i>A idéia de Pátria</i>	62
3.3 TEMAS LIVRES: NACIONALISMO, POLÍTICA E HISTÓRIA.....	65
4 OS JAGUNÇOS: O SERTANEJO E A GUERRA DE CANUDOS.....	87
4.1 OS JAGUNÇOS: PRIMEIRA PARTE.....	94
4.2 OS JAGUNÇOS: SEGUNDA PARTE.....	109
4.3 A IMPORTÂNCIA DE “O EPÍLOGO DA GUERRA” COMO EPÍLOGO DE OS JAGUNÇOS.....	139
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	150

1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre nação e nacionalismo no Brasil ganharam bastante intensidade no final do século XIX e início do século XX, em função da Proclamação da República e da reorganização social causada pela abolição da escravidão e a modernização das grandes cidades, principalmente a capital, Rio de Janeiro.

Uma vez constituído o governo republicano, aflorou o ideal de nação nos meios intelectuais, fruto da percepção por parte dessa elite de que, se tínhamos um território e um governo, ou seja, um Estado, ainda não tínhamos uma nação, um sentimento e uma identidade única para todo o povo brasileiro. Essa foi a matriz de pensamento que norteou o processo de construção das idéias nacionalistas e do Brasil-nação. Uma nação formulada, construída e representada pela classe dirigente intelectual através de símbolos, da eleição de um ente autenticamente brasileiro. Para Lúcia Lippi de Oliveira “[...] o nacionalismo é entendido como um movimento de idéias e de ação visando à construção simbólica da nação [...]”¹ através de elementos culturais ou políticos. No caso brasileiro, essa representação ficou a cargo dos intelectuais e numa inspiração muito mais cultural que política.

Se a nação não emergiu junto com o Estado era necessário criá-la. Assim, “[...] os intelectuais brasileiros se acreditam investidos de uma missão crucial: encontrar a identidade nacional na perspectiva de romper com um passado de dependência

¹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. **A questão nacional na primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 29.

cultural”.² Criar a nação passou a ser um dever para a classe intelectualizada do Brasil, uma vez que não se poderia contar com o povo de uma forma ampla como organismo político. “Encontrar um tipo étnico específico capaz de representar a nacionalidade torna-se o grande desafio enfrentado pela elite intelectual”.³

Buscando o verdadeiro símbolo do Brasil nação, o elo representativo da identidade nacional, muitos intelectuais se voltaram para o interior do país, para o sertão e seus habitantes, e passam a valorizar sua cultura e sua existência como o que de mais autêntico o Brasil possuía, a base sobre a qual se fundaria a nação. É nessa linha que se inserem os intelectuais da literatura regionalista. De outro lado, havia uma gama de intelectuais que desqualificavam essa posição, que analisavam o interior do país como um lugar atrasado culturalmente, muito mais responsável pelo nosso “atraso” em relação aos grandes centros europeus do que pela nossa redenção como nação.

O sertanejo, símbolo ou algoz da nação, formaria uma cultura rústica, numa fusão dos padrões europeus com os dos negros e índios. Surgiram em sociedade devido às condições em que se desenvolveu a grande propriedade fundiária no Brasil, na qual se conciliaram dois princípios reguladores da atividade econômica que são essencialmente opostos: a produção direta de meios de vida e a produção de mercadorias.⁴ O sertanejo seria o produto da miscigenação, da junção dos elementos branco, negro e indígena. Sua organização social consistia basicamente na formação de bairros e pequenas vilas, formadas por agrupamentos de algumas ou muitas

² VELLOSO, Mônica Pimenta. **A brasilidade Verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1987, p. 20.

³ Ibid. p. 19

⁴ LIMA, Nísia Trindade de. **Um Sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro: REVAM/LUPERJ, UCAM, 1999.

famílias, vinculadas pelo sentimento de localidade, pela vivência, pelos auxílios mútuos e pelas atividades religiosas.

Segundo Regina Abreu, haviam dois temas importantes para os intelectuais do final do século XIX e início do século XX que seriam:

Primeiro, é possível observar a idealização da cidade como *locus* da civilização e do progresso, meta de todo provinciano com algum recurso; em segundo lugar, é também possível perceber como nesse momento começavam a ocorrer um movimento no sentido inverso, um movimento de valorização dos sertões, do interior, como lugar da pureza e da autenticidade.⁵

A polarização da elite intelectual entre a valorização do urbano de um lado e do outro a valoração do sertão e do sertanejo com o sinal da autenticidade ganhou tamanha dimensão que chegou a construir a idéia de dois Brasis: um do litoral, das grandes cidades, e outro do interior, dos sertões.

Esse dualismo acentuou-se consideravelmente na primeira década do século XX com uma série de mudanças ocorridas na capital do país com a finalidade de inserir o Rio de Janeiro e sua elite na vivência “civilizada” do Velho Mundo. Segundo Nicolau Sevcenko, quatro princípios fundamentais regiam essas transformações:

A condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense.⁶

⁵ ABREU, Regina. **O enigma de Os Sertões**. Rio de Janeiro: Funarte: Rocco, 1998a, p. 175.

⁶ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 43.

Essas reconfigurações deixavam clara a visão de boa parte da elite intelectual e política da capital de que o Brasil apresentava um atraso de desenvolvimento em comparação com a Europa e que a cultura popular, muito longe de ser um elemento símbolo da identidade nacional, era o que condenava e denegria o país. A condenação desses aspectos populares levou praticamente a expulsão dos pobres urbanos para as periferias da capital e contribuiu para uma visão negativa do sertanejo rústico. Nessa linha de pensamento, a elite urbanizada não podia conceber um sertanejo, com sua vida simples e rústica, como o representante do Brasil nação.

Da mesma forma, a questão racial e o problema da miscigenação agregavam-se a depreciação do popular. O mestiço sertanejo carregaria, assim, o estigma da inferioridade de sua existência por ser fruto da mistura das três raças. O que explicaria seu estado de “atraso” cultural, fraqueza, indolência e falta de civilidade, na visão de alguns intelectuais ligados, principalmente, ao darwinismo social e as teorias de meio e da raça. Nessa linha de análise, jamais o Brasil alcançaria o patamar de grande nação. Alguns autores como Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, embora este último tenha buscado minimizar essa posição em *Os Sertões*, se inserem nessa corrente de pensamento.

Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala*, faz clara condenação a essa posição, criticando especificamente a ação do movimento sanitarista, com Miguel Pereira e Belisário Pena: “[...] os que lamentam não sermos puros de raça e nem o Brasil região de clima temperado [...] sentenciam-se de morte o brasileiro porque é

mestiço e o Brasil porque está em grande parte em zona de clima quente [...]”.⁷ Freyre defendia a insuficiência alimentar como causa dos males que afligiam a população sertaneja, deslocando o argumento e evitando ligá-los à condição racial ou do meio, embora concordasse e identificasse uma carência causadora de certa “inferioridade”, mesmo que transitória, desses sertanejos. Para Freyre, essa condição de povo mestiço daria ao brasileiro uma condição de destaque no cenário mundial.

Situados historicamente antes dessa discussão exposta por Freyre na década de trinta do século XX, os autores da literatura regionalista do final do século XIX valorizavam essa cultura do interior e acreditavam na sua posição como símbolo do Brasil autêntico. Um “Brasil moreno”⁸ que, ao invés de estar condenado ao insucesso, tem o seu futuro aberto exatamente por sua originalidade.

Um dos representantes da literatura regionalista da virada do século XIX para o século XX foi Afonso Arinos de Melo Franco, para o qual se voltará o foco principal desse trabalho. Escritor de vivências européias, sempre defendeu e valorizou a cultura sertaneja e popular como um traço autêntico de nossa nacionalidade.

Afonso Arinos de Melo Franco nasceu em 1868, numa pequena cidade do interior da província de Minas Gerais chamada Paracatu, filho de uma família tradicional mineira com origens bandeirantes. Seu pai, Virgílio de Melo Franco, era juiz de direito e posteriormente deputado pela província mineira. Acompanhando com toda sua família as mudanças residenciais de seu pai em função do trabalho como juiz, Arinos desde cedo realizou diversas incursões pelo sertão, residindo também em Goiás.

⁷ FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime econômico patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, p. 34-35.

⁸ REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagem a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 75.

No ano de 1885 mudou-se para São Paulo para cursar direito na Faculdade de Direito de São Paulo, onde se bacharelou em 1889, ano da Proclamação da República. Num momento em que muitos estudantes eram atraídos pelo ideal republicano, Arinos manteve a posição monarquista que conservou durante toda a vida. Formado, mudou-se para Ouro Preto onde abriu um escritório de advocacia. Durante a repressão imposta pelo governo de Floriano Peixoto no ano de 1893, o escritório e sua residência passaram a ser centros intelectuais, pois inúmeros escritores fugiam do Rio de Janeiro para Minas Gerais, que estava livre do estado de sítio. Ali se encontravam escritores como Diogo de Vasconcelos, Olavo Bilac, Coelho Neto, Gastão da Cunha, entre outros.

Seus primeiros artigos são publicados no jornal *Estado de Minas*, que havia sido fundado em 1889, em Ouro Preto, e do qual passou a ser colaborador. Em 1896 fez sua primeira viagem a Europa. Antes, porém, havia recebido um convite de Eduardo Prado para ser editor do jornal *O Comércio de São Paulo*, que acabara de ser comprado por ele. Arinos conheceu Eduardo por intermédio de Paulo Prado, seu colega na Faculdade de Direito. Quando retorna da Europa, ainda no ano de 1896, Afonso Arinos muda-se para São Paulo e assume o papel que lhe fora oferecido, datando de janeiro de 1897 seu primeiro editorial no jornal.

O jornal *O Comércio de São Paulo* teve um papel importante na virada do século XIX para o XX por ter uma posição clara a favor da monarquia e contrária à recém criada República, posição compartilhada por Arinos já antes de assumir a editoria do mesmo jornal. Apesar de ocupar a nova função, Arinos continuou a escrever seus artigos, usando o pseudônimo de Gil Cássio em alguns. Vários desses artigos foram publicados na *Revista Brasileira*, importante publicação intelectual do final do século XIX, sob a direção de José Veríssimo.

Em 1898, reunindo uma série de artigos publicados em revistas e jornais, Arinos lançou o livro *Pelo Sertão*, contendo histórias sobre o sertanejo e a vida no sertão. Esse livro marcou de forma pioneira o regionalismo literário que surgia e contribuiu para a introdução da visão realista de literatura, que buscava retratar aspectos da vida sertaneja.

No mesmo ano, por ocasião da Guerra de Canudos, que terminara no ano anterior, Arinos publicou um longo romance sobre o assunto, misturando realidade e ficção, intitulado *Os Jagunços*, uma das primeiras obras sobre Canudos, sob encomenda do jornal *O Comércio de São Paulo*. O livro teve diminuta tiragem e Arinos assinou o livro com o pseudônimo de Olívio de Barros, e não Gil Cássio como de costume. As justificativas para esse fato são controversas ⁹. No ano de 1900, também reunindo uma série de artigos escritos e publicados, Arinos lançou o livro *Notas do Dia*.

No ano de 1901 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras na vaga de Eduardo Prado e para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como sócio-correspondente, vindo a ser empossado em ambos os lugares no ano de 1903. Depois de uma breve estada no Rio de Janeiro, muda-se para Paris no ano de 1904, onde montou um escritório comercial. Em 1914, Arinos retorna ao Brasil, na condição de visitante, e é surpreendido pelo início da Primeira Guerra Mundial, o que o força a permanecer aqui até 1916, quando pode enfim retornar a Europa. Durante a viagem,

⁹ Alguns analistas como Brito Broca (apud LIMA, 1971, p. 27-28) sinalizam a possibilidade de Arinos não querer empenhar sua reputação literária num trabalho que foi primeiramente formulado como folhetim para o jornal no qual trabalhava, só posteriormente se tornando livro. E aponta ainda que a situação política de monarquistas como Afonso Arinos já com a República praticamente consolidada era crítica, principalmente para tratarem de uma epopéia sobre os seguidores de Conselheiro, que para muitos representavam uma tentativa de restauração monárquica. Já Tristão de Athayde (apud LIMA, 1971, p. 28) afirma que o próprio Arinos o confessara que escolhera aquele pseudônimo para corresponder às iniciais de Olavo Bilac, que estava em plena evidência.

Arinos veio a ter problemas de saúde, que o fizeram ser operado em Barcelona, onde morreu em fevereiro do mesmo ano.

A grande maioria de suas obras foi publicada após o seu prematuro falecimento. Em 1917 foram publicados *O Contratador de Diamantes, A Unidade da Pátria e Lendas e Tradições Brasileiras*. Em 1918 houve a publicação de *O Mestre do Campo* e em 1921 de *Histórias e Paisagens*. Segundo Mônica Velloso:

A obra de Afonso Arinos de Melo Franco, considerado o representante típico do regionalismo moderno, se inscreve nesse contexto de valorização do sertanejo e das manifestações primitivas da cultura brasileira. O sertão passa a ser identificado como fonte da nacionalidade, e o sertanejo ganha o estatuto de ser nacional por se manter fiel às suas raízes.¹⁰

Tristão de Athayde confessou a importância de Afonso Arinos na sua formação intelectual "[...] na fase que poderíamos chamar de primitiva, isto é, anterior a todas as outras [...] por Arinos tive, aliás, enorme fascinação, e sua figura de gentil-homem das letras era, de fato, das que despertavam grande entusiasmo".¹¹ Tão grande foi a influência que Arinos exerceu sobre Tristão que seu primeiro trabalho a aparecer em forma de livro foi um ensaio sobre Afonso Arinos, datado de 1922, onde o autor busca analisar a vida e a obra do escritor mineiro, valorizando-o como um autêntico descobridor e revelador da nacionalidade brasileira.

O que se pretende então visualizar nesta dissertação é a discussão comandada pela elite intelectual brasileira sobre nação e nacionalidade, simbolizada pela figura do sertanejo no final do século XIX e início do século XX, centrando a análise na obra de

¹⁰ VELLOSO, 1987, p. 03.

¹¹ ATHAYDE, Tristão. In: SENNA, Homero (org.). **República das letras**: entrevista com 20 grandes escritores brasileiros. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996, p. 100. Entrevista concedida a Homero Senna pelo escritor Tristão de Athayde.

Afonso Arinos de Melo Franco e, através de suas obras e vivência política, aprofundar a discussão sobre uma possível identidade nacional sertaneja.

Buscando identificar no autor a construção da figura do sertanejo e a preocupação com a construção da nação, analisaremos as obras *Os Jagunços*, *Notas do Dia*, *Histórias e Paisagens* e *a Unidade da Pátria*, deixando num primeiro momento de lado as obras de pura ficção, dando ênfase às obras e ensaios de cunho realista. Assim, obras como *Pelo Sertão*, *O Mestre do Campo* e *O Contratador dos Diamantes* não serão contempladas para este estudo, sem demérito de importância.

O trabalho que buscaremos realizar coloca-se temporalmente anterior à discussão sobre nacionalismo, identidade nacional e nação amplamente difundida a partir do movimento modernista e dos movimentos nacionalistas da segunda década do século XX. Também se distanciará dos estudos que focalizam o “surgimento” do sertão e de seus habitantes nas discussões sobre identidade nacional apenas após a publicação do livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, em 1902. Caminharemos na direção de apontar a consistência dos trabalhos de Afonso Arinos na valorização do sertanejo e na discussão sobre o Brasil nação.

Buscaremos nas obras de Afonso Arinos como se caracterizava o sertão e seus habitantes, seu modo de vida, cultura, costumes e cotidiano. Do mesmo modo, trabalharemos suas relações políticas e com a intelectualidade da época, demarcando seu espaço no cenário da elite intelectual e política brasileira.

2 A LITERATURA REGIONALISTA DO FINAL DO SÉCULO XIX NO BRASIL

O objetivo desse capítulo é apresentar e caracterizar o período intelectual em que se insere a obra de Afonso Arinos, no caso, o regionalismo literário do final do século XIX. Antes, porém, é necessário traçar alguns comentários sobre os antecedentes históricos do pensamento literário brasileiro, seus caminhos até o aparecimento da literatura regional.

2.1 O ROMANTISMO NO BRASIL

A Independência do Brasil, em 1822, fez crescer um maior sentimento de nacionalismo e uma busca da valorização da realidade do país e de produção de um conhecimento cultural próprio. Cerceava-se em tese a dominação de tradições estrangeiras com a independência do país em relação à coroa portuguesa e vislumbrava-se no meio intelectual a possibilidade de identificar traços autênticos da realidade brasileira. Essa valorização do caráter nacional, da busca pelo particular, é segundo Baldo¹², muito inspirada nos trabalhos do romantismo europeu, marcado pelo pensamento do alemão Johann Gotfried von Herder, que defendia o particularismo cultural de cada nação em seu tempo.

¹² BALDO, Luzia M. L. A identidade nacional: matrizes românticas do projeto modernista. **Boitatá**, Londrina, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/boitata/volume-1-2006/Artigo%20Luiza%20Baldo.pdf>>. Acessado em: 22 de junho de 2007.

Há no romantismo europeu algumas características predominantes, cujo conhecimento é necessário para demarcarmos suas inclinações e auxiliar-nos na compreensão de seu momento histórico. Assim, podemos destacar principalmente sua oposição ao iluminismo, seu historicismo e a busca pelo passado medieval e, finalmente, seu gosto pelo exótico, por aquilo que se singulariza¹³, traços que nortearam sua construção e influenciaram o romantismo brasileiro.

As idéias de Herder estavam em clara oposição ao ideário iluminista, que veio a ser difundido após a Revolução Francesa e o espírito universalista presente em suas concepções. Ao rejeitar as teorias racionalistas de progresso, Herder buscava um espaço no plano das idéias para a Alemanha. Como afirma Renato Ortiz:

[...] A teoria racionalista do progresso afirma a superioridade da Europa, isto é, da França e da Inglaterra, sobre os outros. Para isso, ela necessariamente tinha que ser universal. Herder, ao reabilitar as diferenças, o particular, pode reivindicar, no plano do pensamento, a paridade do direito para o povo alemão.¹⁴

É importante salientar que a busca pela singularidade nacional não era uma realidade apenas americana. Dentro da própria Europa, havia movimentos contra a hegemonia franco-inglesa no campo das idéias, como o romantismo alemão. Herder rompe o apelo da modernidade, dando destaque para a “[...] ausência de poder central, a multiplicidade de autoridades locais, que impedem o exercício de um domínio unidirecional [...]”.¹⁵

Essas idéias defendidas pelo romantismo europeu encontraram adeptos no romantismo brasileiro muito porque a necessidade de unidade nacional e de

¹³ ORTIZ, Renato. **Românticos e folcloristas**: cultura popular. São Paulo: Olho d'Água, 1992.

¹⁴ Ibid., p. 21.

¹⁵ Ibid., p. 21

valorização frente ao estrangeiro eram totalmente pertinentes ao Brasil pós-independência. Contudo, diferentemente da realidade européia, o romantismo brasileiro “[...] não podia contar com a referência a laços históricos tradicionais por causa da polarização da sociedade pela escravidão, da inexistência de uma sociedade de ordens e da imensa superioridade territorial comparada aos países europeus [...]”.¹⁶

O que se busca então são aspectos culturais comuns que identifiquem a singularidade do país e sirvam de fonte de legitimação para os projetos históricos e políticos escolhidos. Esse é um dos objetivos do romantismo brasileiro, como no caso de José de Alencar. Aliás, é exatamente Alencar quem critica o desinteresse da elite política da época brasileira do século XIX em buscar tal empreitada.¹⁷ É uma busca por afirmar as particularidades brasileiras num momento de transição política: “A tarefa que se impunha aos homens da época era praticamente a de completar a obra da emancipação política, dotando a nação em constituição de maior autonomia cultural”.¹⁸

Através da valorização da realidade brasileira, a literatura romântica buscava criar uma consciência nacional que pudesse perpetuar essa conotação positiva sobre o Brasil. Preocupados em buscar esse aspecto cultural que servisse como suporte para o desenvolvimento das teorias nacionais, o índio passa a assumir esse papel e a representar o que de mais autêntico possui o país.

Assim como o romantismo europeu, o romantismo brasileiro é principalmente uma reação ao Antigo Regime, no caso a dominação portuguesa. Assume então um duplo papel de destruir e construir, ou seja, destruir essas formas antigas e construir

¹⁶ SANTOS, Fabio Muruci dos. **A paisagem oculta**: cidade e representação social em Machado de Assis. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998, mimeo.

¹⁷ Ibid.

¹⁸ RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 85.

uma nova representação: “[...] Considera que é preciso por fim às antigas formas políticas, estéticas e de pensamento, substituí-las por formas novas, reagir a essas novas criações, etc. Na nova situação, a idéia de nação se mostrará central para a realização dessas diferentes aspirações”.¹⁹

Como um movimento literário fortemente influenciado pela independência e a valorização do Brasil, não é por acaso que a figura do índio ganhasse destaque. Valorizar o indígena era buscar a construção do país sobre um alicerce desvinculado de influência portuguesa. Assim, “[...] o processo de mitificação do indígena, longe de ser um modismo epidérmico, constituiu uma resposta cultural adequada, única talvez possível na conjuntura da época.”²⁰

Além disso, o índio apresentava algumas vantagens frente ao negro, por exemplo, que também levava o rótulo de cultura “alienígena”, tal qual os portugueses, e de estar atrelado ao trabalho servil, considerado degradante. Além do caráter autóctone, a resistência indígena à escravização²¹ do colonizador contribuiu para a construção de uma imagem heroicizada do indígena.

O índio alencarino não carregava uma representação realista dos costumes indígenas, pois o objetivo do autor, em sua construção nacional, era erigir, pela palavra literária, um mito heróico da nacionalidade brasileira. No romance de Alencar, o índio precisaria, necessariamente, ser submetido a um processo de idealização, de

¹⁹ Ibid., p. 79.

²⁰ ALMEIDA, José M. G. de. **A tradição regionalista no romance brasileiro (1857-1945)**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981, p. 26.

²¹ Como bem salienta José M. G. de Almeida, o desenvolvimento da antropologia nos mostra que a resistência a escravização se deveu menos a um amor intrínseco à liberdade ou uma resistência ao português do que a incompatibilidade cultural do povo nômade com as atividades sedentárias da lavoura canavieira. O que não invalida a construção indianista, entendida em seu momento histórico.

representação ficcional que o elevasse ao mesmo patamar dos heróis medievais europeus do mesmo gênero.

A literatura detinha o domínio na produção de conhecimento nesse período histórico e muitos intelectuais brasileiros, influenciados por essa tendência valorativa, exaltavam a natureza exuberante da pátria. Além disso, havia nos intelectuais brasileiros, já no romantismo, um sentimento de missão, de defesa e construção da nacionalidade: “[...] Se achavam possuídos, quase todos de uma senso de missão, um intuito de exprimir a realidade específica da sociedade brasileira.”²²

Imbuídos dessa missão, os intelectuais brasileiros construíram uma literatura que além e paralelamente à busca da nacionalidade, pretendia revelar o país tanto para os brasileiros como para o mundo. Aos olhos do mundo, o destaque é para a natureza exuberante das novas terras, o “paraíso tropical”, o qual marcou nossa produção intelectual, como afirma Antônio Cândido:

Daí um persistente exotismo, que eivou a nossa visão de nós mesmos até hoje, levando-nos a nos encarar como faziam os estrangeiros, propiciando, nas letras, a exploração do pitoresco no sentido europeu, como se estivéssemos condenados a exportar produtos tropicais também no terreno da cultura espiritual.²³

No plano interno, a produção literária ganhava importância informativa para o público urbano. Com o desenvolvimento das cidades durante o século XIX, principalmente com a imigração de fazendeiros e a ascensão dos comerciantes, há o surgimento de uma nova elite dominante, mais culta e inquieta, gerando condições

²² CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 115.

²³ Ibid., p. 324.

objetivas e subjetivas para o desenvolvimento da análise e do confronto do indivíduo com a sociedade²⁴, despertando o gosto e a curiosidade pelo diferente, pelo exótico.

Para tratar desse momento e dessas novas expectativas, a produção literária se concentrará na construção de tipos e enredos. Como afirma Antonio Candido:

Em todos, porém, ressalta a atenção ao meio, ao espaço geográfico e social onde a narrativa se desenvolve. [...] Por isso mesmo, o nosso romance tem fome de espaço e uma ânsia topográfica de apalpar todo o país. [...] Assim, o que se vai formando e permanecendo na imaginação do leitor é um Brasil colorido e multiforme, que a criação artística sobrepõe à realidade geográfica e social.²⁵

Possuindo uma elite que pouco ou quase nada conhecia do país e muito mais interessada em observar para além do horizonte do Atlântico, a construção intelectual dos tipos “diferentes” dominava a atenção e contribuía para informar, mesmo que de forma idealizada, o público urbano sobre aspectos de seu país.

Tratando de povos de língua e costumes muito diversos dos portugueses, o indianismo permitia a convenção poética agir com mais liberdade, construindo representações mais “fantasiosas”. Já com relação ao regionalismo que veremos, a língua e os costumes eram mais próximos dos da cidade, apresentando uma difícil tarefa de equacionalização entre o respeito a realidade e a fantasia²⁶, especificidade que marcará sua construção.

Tanto o indianismo como o sertanismo ou regionalismo literário que veremos posteriormente, são frutos de uma maior reputação conferida pelos nacionalistas a temas com sabor exótico para o público urbano. Ora retratando os primitivos habitantes,

²⁴ Ibid., p. 112-113.

²⁵ Ibid., p. 114.

²⁶ Ibid., p. 114.

em estado de isolamento ou em contato com o homem branco (indianismo) ou habitantes rústicos, mais ou menos isolados da influência européia (sertanismo), a construção sobre eles levou um pouco do “Brasil” para a sociedade urbana.

2.2 NOVOS ARES E O SURGIMENTO DO REGIONALISMO

O regionalismo literário e o sertanismo surgem a partir do romantismo. Como afirma Athayde: “Dissipada a ilusão das selvas, mas sentindo sempre a necessidade de procurar uma originalidade local, voltaram-se para os campos, habitados por essa raça cruzada, já nacionalizada e integrada no corpo da nação: o mestiço sertanejo”.²⁷ E prossegue o autor: “*Daí resultou o sertanismo*”, citando como obra característica dessa transição *O Gaúcho* (1870) de José de Alencar.

O objetivo é o de transcrever os costumes e tradições, os aspectos da natureza do sertão aos leitores das cidades. Ainda não se busca o sertão como base autêntica da nacionalidade, como uma cultura sobre a qual poderiam se formar os elementos constitutivos da nação e sim informar o público urbano sobre as maravilhas e surpresas da natureza e dos costumes do sertão.

Uma outra discussão que também remonta ao romantismo é no que se refere a língua. Embora, como defende João Ribeiro²⁸, também presente em Gregório de Matos, é com o romantismo que emerge os brasileirismos de nossa literatura, ou seja, a

²⁷ ATHAYDE, Tristão. **Afonso Arinos**. São Paulo: LISA: INL, 1981, p. 102.

²⁸ RIBEIRO, João. **A língua nacional**: notas aproveitáveis. São Paulo: Editora Nacional, 1933.

concepção de que havia a necessidade de aceitar e transcrever para as obras literárias as adaptações à língua tradicional portuguesa que se presenciavam no Brasil. Até então, as obras seguiam o português tradicional, formal, mesmo quando se referiam aos aspectos populares. Essa defesa da inserção de elementos característicos do Brasil na linguagem literária reafirma o propósito de defesa e valorização de aspectos característicos do país assumido pelo romantismo.

Iniciada no romantismo, principalmente no seu braço sertanista, uma característica assumirá papel relevante na literatura regional subsequente que caracterizará o final do século XIX e início do século XX: aproximar a linguagem escrita da linguagem falada pelo sertanejo. Os autores regionalistas levarão ao extremo essa tendência de construção de uma literatura calcada em aspectos inerentes da vida social brasileira, principalmente das culturas rústicas do interior do país.

As últimas décadas do século XIX configuram-se como um período de mudanças de perspectivas e novos conceitos dentro da produção intelectual. O fim da Guerra do Paraguai (1864 – 1870) encerra o período áureo do romantismo e retoma uma agitação em torno da assimilação da consciência de liberdade e independência. A Proclamação da República, a questão religiosa em Recife e o fim da escravidão também concorreram fortemente para a construção de uma nova literatura, mais realista, que revelava uma paisagem menos romântica e mais atroz, ao mesmo tempo em que se acentuam as discussões sobre identidade nacional, literatura nacional e nação. Essas tendências que seguirão os intelectuais da literatura regionalista.

A década de setenta pode ser caracterizada como uma década de crise para a cultura brasileira. Uma década de transição entre as concepções românticas até então presentes e um novo conjunto de idéias e valores que passam a se fazer presentes no

meio intelectual brasileiro.²⁹ Um maior destaque para a observação em detrimento da imaginação marca algumas das obras desse período de transição do romantismo para o regionalismo, como nas obras de Alfredo Taunay. Em Taunay, “[...] conquanto a idealização romântica permaneça, a preocupação de fidelidade ao dado observável torna-se manifesta, especialmente no tocante a paisagem e ao ambiente social em que se desenrola a ação”.³⁰

No plano das idéias, novas concepções em curso na Europa influenciaram um novo momento da intelectualidade brasileira. O darwinismo, o positivismo, o evolucionismo, mesmo sendo correntes já predominantes na Europa só chegaram ao Brasil na década de setenta do século XIX³¹, modificando conceitos e contribuindo para uma visão de superação do Romantismo. Além disso, o surgimento do Realismo e do Naturalismo e sua incorporação pelos intelectuais brasileiros, principalmente do Nordeste, contribuiu para uma reconfiguração do romance brasileiro que culminou na literatura regionalista.

Essa influência do naturalismo gerou uma gama de romances urbanos, como os de Aluísio de Azevedo, autor de obras como *O Cortiço*. É importante para nosso trabalho citar essa discussão em torno do aparecimento de romances de cunho naturalista, não somente pela importância que as novas orientações trouxeram para a superação do romantismo, mas também pelo fato apontado por Lúcia Miguel Pereira, para quem o surgimento do regionalismo foi uma consequência do cansaço das novelas urbanas naturalistas.

²⁹ ALMEIDA, 1981.

³⁰ *Ibid.*, p. 86-87.

³¹ PEREIRA, Lúcia Miguel. **História da literatura brasileira**: prosa de ficção de 1870 a 1920. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1988.

Nessa linha de pensamento, talvez não seja propriamente o cansaço dessas obras naturalistas que fez emergir uma onda de produções regionalista, o que parece simplificar em demasia o processo literário. Mas sim, tenha contribuído para uma retomada necessária da valorização dos aspectos específicos da realidade brasileira obscurecidos pelo foco urbano do pensamento naturalista. Além disso, o regionalismo parece captar do naturalismo a sua fidelidade de descrição dos tipos humanos e meios sociais e sua função documental.

Além disso, a fronteira de demarcação da história literária é bastante maleável, “[...] basta estabelecer uma divisão para vê-la escorregar entre os dedos, arbitrária e insuficiente [...]”.³² Na mesma década de transição em que surgiam obras como a *Inocência* de Taunay e *O casamento no Arrabalde* de Franklin Távora, tinha José de Alencar em plena produção intelectual. Embora necessária a periodização para melhor situar cada autor em seu tempo, o mais importante para nosso trabalho é a percepção de que a busca pela identidade nacional que se inicia nos romantismo passa pelos naturalistas e continua no regionalismo.

É o romantismo tradicional em transição para o regionalismo que aparece nas últimas décadas do século XIX. Os eventos políticos que marcam o período chamam a atenção para aspectos de nossa vida social, da realidade do país, a fim de conhecê-la, buscando o elo de nossa nacionalidade. Segundo Moisés:

O afã de brasilidade, fruto de um idealismo sentimental e de gabinete, torna-se agora objetivo, direto, propõe-se a espelhar os fatos contemporâneos e mais característicos da realidade nacional. Um patriotismo consciente, repassado de lucidez política, substitui o ingênuo das precedentes gerações românticas.³³

³² CANDIDO, 1975, p. 295.

³³ MOISÉS, Massaud. **História da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2001, p. 507.

Ao contrário do que afirma o autor, preferimos não falar de uma ingenuidade no romantismo, exatamente por entendermos sua produção literária num momento histórico específico. Não há, dessa forma, ingenuidade, e sim uma construção, que analisada fora de seu tempo e de suas circunstâncias pode parecer utópica. De toda forma, essa fase da produção intelectual brasileira das últimas décadas do século XIX busca o realismo, mesmo que encontremos em inúmeras obras do período idealizações do sertanejo.

Essa mudança de perspectiva entre o romantismo e a literatura regionalista apresentou aspectos variados, denunciando fatos da vida brasileira até então ignorados. Como afirma Dante Moreira Leite, se referindo às mudanças:

Assim foi na poesia – que abandona o lirismo romântico pela exaltação carnal ou física, que abandona a unidade nacional dos românticos pela discussão de temas sociais e que, logo depois, tenderá à perfeição formal e à frieza; assim foi no romance – em que a apresentação de uma sublimada vida afetiva será substituída, pelo menos nos naturalistas, pela descrição das paixões condenáveis ou do cotidiano mais rasteiro; assim foi na crítica – em que a análise procura ser mais objetiva e, nos casos extremos, proclama-se científica.³⁴

Todas essas transformações visam aproximar a produção literária da realidade brasileira, retratando aspectos de nossa cultura e os valorizando-a frente a influência de concepções de vida e cultura vindas da Europa, principalmente. Essa nova produção intelectual amplia o dualismo entre os escritores preocupados em retratar aspectos do povo brasileiro e intelectuais voltados para as tendências européias.

³⁴ LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. São Paulo: Pioneira, 1976, p. 178.

Um outro fato importante ocorre no Brasil na década de setenta do século XIX e contribui para o desenvolvimento da literatura regionalista: a grande seca nordestina de 1877-1879. Uma das piores secas já enfrentadas pelo nordeste brasileiro foi responsável pelo surgimento de uma gama de produção literária que denunciou as mazelas da seca, a vida árdua do nordestino, sua cultura, trazendo à tona uma leva de escritores nordestinos tais como Capistrano de Abreu, Araripe Júnior, Rocha Lima, entre outros.

Essa seca modifica drasticamente a vida da população nordestina, principalmente a dos estados de Pernambuco e Ceará. Como descreve Maria Costa³⁵, com a elevação da temperatura e o reduzido índice das precipitações, as lagoas e os riachos secaram, as culturas foram devastadas e o gado morreu de fome e sede. A escassez de água e alimentos no interior levou a população sertaneja a migrar para as cidades litorâneas, principalmente a capital, que não tinha como abrigar o excedente populacional.

Esse fluxo migratório altera a realidade social de boa parte do país e expõe a parcela sofrida da nação esfacelada, de um povo quase sempre esquecido e abandonado, a marchar em peregrinação.

Esse cenário de acontecimentos políticos e sociais contribuiu de forma marcante para o desenvolvimento da literatura regional, atraindo o olhar dos intelectuais para sua realidade histórico-social, suas tradições, costumes. O termo sertão e sertanejo ganha amplitude e generalização, reportando-se ao interior do país e seus habitantes, das

³⁵ COSTA, Maria C.L. Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. **História, Ciência e Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 11(1), p. 57-74, jan-abr, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v11n1/03.pdf>>. Acessado em: 10 de junho de 2009.

diversas regiões nacionais, numa defesa da originalidade nacional e na promoção do sertão como lócus da identidade brasileira: “Umbilicalmente relacionado às imagens de nordeste, interior e mundo rural, o sertão encarna significados simbólicos de berço da nacionalidade.”³⁶

Ao mesmo tempo, ampliasse o contraponto com autores que analisavam a cultura nacional de forma pejorativa e valorizavam as tendências européias, principalmente as teorias raciais, para as quais, o mestiço do interior era dotado de inferioridade, polarizando as visões entre litoral x sertão, grande marco da literatura nacional. Era reconhecido nos meios intelectuais o fato de o Brasil ser um país de mestiços, fruto da mistura das três raças, sendo essa peculiaridade vista de forma pejorativa por alguns e de forma vantajosa por outros, criando um dualismo de interpretação. Como salienta Nísia Trindade³⁷, o dualismo sertão / litoral apresenta duas interpretações principais, onde de um lado o pólo negativo é representado pelo sertão – identificado como a resistência ao moderno e à civilização. No outro, o sinal se inverte e o litoral é apresentado como sinônimo de inautenticidade, enquanto antítese da construção da nação.

Na verdade, essa discussão de confronto entre “dois Brasis” é permeada de nuances e menos rígida do que aparenta ser e está estreitamente ligada ao conceito de sertão assumido nos diferentes tempos literários brasileiros. Como bem salienta Ricardo de Oliveira:

Da negação ilustrada, chegando ao paraíso romântico e o sertão do final do século XIX, entre uma representação idílica e uma percepção dramática da

³⁶ OLIVEIRA, Ricardo de. Ficção, ciência, história e a invenção da brasilidade sertaneja. **Ipotesi** (UFJF), Minas Gerais, v. 4, n. 6, p. 37-56, 2000.

³⁷ LIMA, Nísia Trindade de. **Um Sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro: REVAM/LUPERJ, UCAM, 1999, p. 60.

realidade do norte e nordeste, a idéia de sertão no Brasil veio a se identificar com os anseios de mais de uma geração de intelectuais empenhados em dizer onde o país era mais verdadeiro – onde o Brasil era mais Brasil.³⁸

Desde o romantismo, passando pelo regionalismo, pelo cientificismo das primeiras décadas do século XX e culminando com os movimentos nacionalistas das décadas seguintes, a “brasilidade sertaneja” foi-se forjando, como “[...] obra coletiva, fruto dos anseios de uma geração de ousou romper com a tradição monárquica e sonhar com uma nação onde, a partir do povo, materializa-se a nacionalidade.”³⁹

É importante salientar que apesar da constatação identificada por Ricardo de Oliveira de que a identidade sertaneja foi obra de uma geração que rompeu com a tradição monárquica, Afonso Arinos buscou construir e valorizar essa identidade e através dela consolidar a nação sem esse rompimento, valorizando o povo e o papel dos intelectuais e mantendo suas posições monárquicas. Isso demonstra a complexidade da relação entre sertão e nação no pensamento social brasileiro. Uma relação repleta de nuances.

Os intelectuais inseridos na literatura regionalista valorizavam o sertão em detrimento dos traços culturais característicos das grandes cidades. Para tanto, retrataram em suas obras a cultura presente nesse sertão, seu povo, seus costumes e ao mesmo tempo seu sofrimento, sua vida árdua e difícil diante das dificuldades, muitas delas ligadas às questões climáticas.

Para buscar uma tarefa complexa como classificar e delimitar a literatura regionalista, podemos seguir o esquema apresentado por Lúcia Miguel Pereira⁴⁰, para a qual uma obra é regionalista se tiver o fim principal de fixar tipos, costumes e

³⁸ OLIVEIRA, 2000, op. cit., nota 36.

³⁹ Ibid.

⁴⁰ PEREIRA, 1988.

linguagens locais, cujo conteúdo difere dos visualizados na civilização niveladora. Assim, o regionalismo entende o indivíduo como síntese do meio a que pertence, buscando nos personagens o que os integra ao seu ambiente, e valorizando essa relação.

Há na literatura regionalista uma predileção pelo conto, onde a tarefa do artífice se dissimula melhor, permitindo a apresentação de personagens unicamente como expressões do seu meio⁴¹. Ao valorizar em demasia o meio, o sertão, corre-se o risco de perder o foco humanístico e de produzir representações teatrais em suas personagens, numa clara contraposição com seus objetivos de valorizar a cultura sertaneja.

Essa leitura é apontada por Antonio Cândido⁴² como um dos diferenciais entre o sertanismo dos românticos e o regionalismo de autores como Afonso Arinos. Para o autor, os românticos tomaram a região como quadro natural e social em que se passavam atos e sentimentos, que eram absorvidos e transcritos pelos intelectuais. Já o regionalismo do final do século XIX tende a supervalorizar o meio, minimizando o humano, retratando todas as suas manifestações como um resultado da integração ambiente / sujeito.

Athayde tem uma visão extrema do regionalismo quando afirma que o grande destaque do período foi causado pelo fato primordial de serem obras escritas por autores com ligação estreita com a realidade descrita, ou seja, “filhos do sertão”. Afirma ele:

⁴¹ Ibid.

⁴² CANDIDO, 1975.

No regionalismo que se inicia nesse fim de século, nota-se em geral mais verdade e naturalidade, porque são os filhos da terra que falam, possuídos portanto desse espírito do sertão, profundo e sincero, que distingue as obras apenas superficiais ou pitorescas, das obras realmente espontâneas e necessárias.⁴³

A vivência histórica com a realidade tratada contribuiria para uma análise muito mais apropriada do sertão. Nesse ponto, os escritores que possuíam uma ligação regionalista ganhariam argumentos para a construção dos cenários e histórias em suas obras. Isso é pertinente não somente no caso de Afonso Arinos. Como identifica Antonio Candido, essa característica também está presente em Alfredo Taunay, que transpôs para *Inocência* (1872), tipos observados em Santana do Parnaíba.⁴⁴

Contudo, não podemos perder de vista que a grande maioria desses escritores regionalistas possuía uma formação acadêmica sólida e formal, embasada na sua maioria em literatura estrangeira, e que alguns deles, como o próprio Afonso Arinos, tinham vivência européia, chegando a residir em Paris. Assim, essa posição assumida por Athayde realmente parece extrema. Essa construção de Athayde sobre a verdadeira essência da literatura regionalista se apóia no conceito de autenticidade, valorizando o “resgate nacional” assumido pelos autores regionalistas. Porém, encontra alguma ressonância histórica que pode justificar a posição assumida pelo autor. Um exemplo seria a obra *O Gaúcho* (1870) de José de Alencar.

Segundo Dante Moreira Leite quando do lançamento da obra o autor, símbolo do romantismo e importante na transição para o sertanismo regional, foi alvo de críticas. “Lembre-se de passagem que *O Gaúcho* provocou críticas severas, pois muitos afirmaram que José de Alencar, sem conhecer o Rio Grande do Sul, não poderia

⁴³ ATHAYDE, 1981, p. 125.

⁴⁴ CANDIDO, op. cit., nota 22.

apresentar *realisticamente* essa região”.⁴⁵ Dessa forma, entende-se que essa fase pré-regionalismo já apresentava e encontrava críticos com visão semelhante á de Tristão de Athayde.

Como dito, afirmar que a literatura regionalista, com sua valorização da cultura e da vida do sertanejo, desde as suas mazelas às suas qualidades tipicamente nacionais, foi fruto somente da vivência sertaneja de seus autores é simplificar uma tendência literária rica.

2.3 AFONSO ARINOS: REGIONALISMO E LITERATURA NACIONAL

Afonso Arinos se insere numa linha de escritores que buscou representar e apresentar a cultura do sertão, afirmando sua autenticidade frente às influências estrangeiras que se verificavam nas principais cidades da época, principalmente, é claro, o Rio de Janeiro. Representante típico da literatura regional do final do século XIX, Arinos mantinha também sua posição política clara em favor da monarquia e contrário à República, num momento político adverso ao esse posicionamento, o que valoriza muito uma análise do seu pensamento e de sua obra.

Para isso corrobora Lúcia Miguel Pereira, afirmado que é “[...] inegável que se encontra em Afonso Arinos a qualidade mestra dos regionalistas: o dom de captar a um tempo, repercutido umas nas outras, prolongando-se mutuamente, as figuras humanas

⁴⁵ LEITE, 1976, p. 202-203.

e as forças da natureza [...].”⁴⁶. O que ele busca fazer é “[...] por em cena os sertanejos tal qual eram, e não apenas descrevê-los [...].”⁴⁷

Contudo, a ligação de Arinos com o sertão é mencionada por Lúcia Miguel Pereira⁴⁸ como um problema de criação. Pela sua aproximação e amor pelo sertão, destaca em demasia a bondade do sertanejo e seus traços pitorescos. Assim, muitas de suas personagens parecem montadas para demonstrar um sentimento ou um traço característico dos sertanejos, perdendo um pouco da naturalidade. Esse traço pode ser observado no romance *Os Jagunços* com o personagem Luiz Pachola, que exprime inúmeras características do sertanejo, servindo de demonstrativo de concepções gerais.

Um outro ponto que suscita críticas da autora com relação a Arinos é certo comprometimento da unidade da narrativa por intervenções a miúda ou explicações literárias que destoam do tema. Em alguns momentos, como em *Os Jagunços*, a unidade da narrativa é comprometida pelo excesso de descrições ou explicações, que no caso específico tem a seu favor o fato de ter sido escrito a princípio para folhetim de forma demasiadamente rápida, sem uma revisão necessária.

Uma visão sobre a questão da influência estrangeira na produção intelectual brasileira está presente de forma clara numa carta enviada pelo autor a Olavo Bilac, cuja data não é indicada, mas é sabido que Arinos residia em Paris na época, o que nos leva após 1904. Escreve ele:

Como não é de estranhar num povo jovem, nós imitamos muito. Imitamos as mais das vezes a aparência, o exterior, porque não podemos apreender o fundo; outras vezes imitamos mal, querendo – estúpida vaidade – por basófia

⁴⁶ PEREIRA, 1988, p. 188.

⁴⁷ Ibid., p. 185.

⁴⁸ Ibid.

[sic] de progresso e civilização transportar para o nosso país leis, instituições e costumes que é impossível se adaptarem ao nosso meio.⁴⁹

Esse é um ponto importante de seu pensamento. Não queria reduzir todas as manifestações intelectuais brasileiras ao seu regionalismo sertanejo. Entendia e aceitava as influências, mas acreditava na importância e na força para a construção nacional da produção da literatura regionalista, valorizando o que achava ser uma cultura autenticamente nacional que seria a do caboclo sertanejo. Um elemento tipicamente nacional, que mistura as nossas três tradições: a portuguesa, a indígena e a negra. Não abdicava da originalidade, mas também não buscava um exclusivismo de pensar.

Em 1894, quatro anos antes da publicação de seu primeiro livro, Afonso Arinos se inscreve para um concurso literário do jornal *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro. O autor residia em Ouro Preto na época e concorrera com o conto *A Estereira*, que mais tarde voltaria a aparecer no livro *Pelo Sertão*. Classificado em segundo lugar, Arinos não se conformou com o resultado e veio à imprensa defender seu conto e explicá-lo, voltando suas palavras principalmente para Joaquim Alves, crítico literário que fez uma análise dos contos que participaram do concurso. Dessa defesa, resultou o artigo *Nacionalização da arte: parecer de um curioso*, que mais tarde estaria inserido no livro *Histórias e Paisagens*, publicado em 1921. Em sua análise, Joaquim Alves afirma que o conto com o qual Arinos concorrera era inverossímil e demasiadamente violento.

Esse conto retrata a história de uma mulata de nome Ana Esteireira, que por amor e ciúme, acaba por assassinar uma suposta amante de seu grande amor.

⁴⁹ MELLO, Oliveira. **De volta ao sertão**: Afonso Arinos e o regionalismo brasileiro. Paracatu: Edições Buriti, 1994, p. 173.

Desesperada e em fuga, Ana e seu companheiro acabam perseguidos por soldados e mortos. Fora a história já contemplar um roteiro trágico, Arinos apresenta as cenas com riqueza de detalhes, tentando não amenizar cenas de violência, o que de certo pautou a crítica de Joaquim Alves. A tônica do artigo em defesa de seu conto será a crítica ao estrangeirismo na literatura e a defesa de uma literatura nacional, que represente o povo brasileiro, bem como a defesa do modo de vida do sertanejo em contraponto com as tendências européias assumidas pelas elites das grandes cidades, no caso o Rio de Janeiro.

Arinos inicia o artigo se dirigindo com desdém e certo grau de sátira ao modo de vida dessa elite intelectual do Rio de Janeiro, apresentando-se em contraponto como um autor de tradições e vivências simples, embora demonstre pleno conhecimento do que critica. Afirma Arinos:

Nem sempre é dado a um mineiro cá do centro penetrar no salão moderno de um fino carioca, pois corre o risco de espalhar um pouco de poeira dos coturnos sobre os gobelins e deitar por terra, num gesto estouvado, algum bronze Barbedienne ou uma trabalhada miniatura japonesa de marfim, dessas que surpreendem pela espantosa correção no mais deslebrado pormenor. [...] Farei mesmo o sacrifício de não fumar no salão, para não atirar, por descuido, algum fósforo sobre o *parquet* envernizado e não impregnar as cortinas de seda lavrada do cheiro acre do fumo de Patos.⁵⁰

Embora não comungasse desse modo de vida afrancesado, pela suas palavras críticas à elite intelectual carioca, é interessante salientar que Arinos é de uma família tradicional, o que também não indica um modo de vida tão simples como o satirizado no trecho acima, mesmo o autor assumindo uma defesa dos valores tradicionais brasileiros e valorizando o modo de vida dos sertanejos.

⁵⁰ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Histórias e paisagens. In: _____ . **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969, p. 874.

A acusação de ser seu conto inverossímil e violento feita por Joaquim Alves provocou no autor, antes da defesa do que escrevera, a defesa do modo de vida sertanejo que acreditara transpor em sua literatura. Sendo inverídica sua fala, tanto sua literatura quando a vida sertaneja que descreve perdem significado e importância. Dessa forma, Arinos toma essa crítica no sentido de um afrontamento litoral x sertão e a defesa da literatura nacional assume características da defesa da nação brasileira frente à dominação estrangeira, a transposição de valores e tendências européias, principalmente francesas, para a realidade brasileira.

De uma forma mais ampla, podemos considerar as palavras de Arinos não somente a Joaquim Alves, mas toda a elite intelectual carioca que aclamava as tendências européias e olhavam com desgosto e descontentamento a cultura rústica do povo sertanejo, uma vez que o próprio Afonso Arinos assim enxergava o crítico literário.

Arinos afirma:

Já de antemão juro que Joaquim Alves desconhece o sertão, seus homens, seus costumes. Quer tratar o animal humano destas Gerais, bravo, crescido as grosseiras carícias dos ventos da Chapada, de músculos retesados em pugnas primitivas contra as feras, as matas e os rios caudais, pelo molde do Rio de Janeiro ou de São Paulo, daqui do meio da indústria, das estradas de ferro? Não! Daquilo eu entendo, meu ilustre escritor. Nesse cabedal eu posso trabalhar, como o sapateiro de que fala Horácio, sem passar *ultra crepidam* [sic], pois nasci no sertão.⁵¹

E a visão que o autor assumiu caminha exatamente nesse sentido. Ele pensa conhecer o sertanejo, sua literatura pretende representar seu modo de vida, por isso não aceita o julgamento de seu conto como inverossímil. Antes de desqualificar sua produção literária, aceitar tal crítica era esvaziar de sentido a cultura que julgava reproduzir em suas obras. Por isso afirma ser verdade o que escrevera em *A Esteireira*, possuindo provas de que o fato realmente aconteceu.

⁵¹ Ibid., p. 874.

Afirma ainda retratar em suas obras a vida no sertão, que não tem a delicadeza dos salões de festa afrancesados da elite intelectual e sim uma vida dura, árdua, numa terra inóspita, repleta de dificuldades, formando uma cultura e um modo de vida simples, carente de qualquer delicadeza importada.

A literatura de uma nação deve representar e simbolizar seu povo, sob pena de nulidade, defende o autor: “Quando a obra literária não transluz um estado d’alma, não reflete um ciclo da vida de um povo ou não toma a natureza no fato, jamais será obra de arte, mas somente uma impostura de burlão”.⁵² Nesse sentido, a defesa de sua literatura é a defesa do que ele considera nacional, ou seja, o modo de vida e a cultura do sertanejo.

Abandonando a possibilidade quase utópica de uma literatura ausente de fontes inspiradoras, o que seria improvável, Arinos aceita a influência da literatura estrangeira sobre a brasileira: “Note-se que usei a palavra - influência – o que é bem diverso de admitir uma forma literária que não correspondente a nosso estado de civilização, a nosso gênio, servindo-nos de formas postiças e, portanto, falsas”.⁵³ Aceitar a influência não significava aplicar ideais estrangeiros para a interpretação de uma realidade completamente diversa: “Acho que a obra nacional, ainda quando filiada de estrangeiro ou por este sugerida, deve ter o cunho característico nosso [...]”,⁵⁴ afirma o autor.

Absorver uma literatura estrangeira seria assumir a incapacidade de produzir uma literatura nacional valorosa. Contudo, Arinos não possui uma visão pessimista, acreditando que uma ação em prol de uma literatura nacional seria capaz de produzir grandes obras, pois o país possuía grandes homens das letras. O Brasil não seria um

⁵² Ibid., p. 876.

⁵³ Ibid., p. 877.

⁵⁴ Ibid., p. 878.

povo inferior e nem decadente, tendo, portanto, condições de produzir sua própria literatura.

Tendo a literatura uma função social de representar seu povo, a construção de uma literatura nacional caminha juntamente com a construção de uma nação brasileira. Para o autor uma nação é “[...] uma agremiação social e política, tendo um pensamento, um sentir, uma ação, que sejam verdadeiramente a síntese da energia coletiva”.⁵⁵ Contudo, segundo Arinos, ainda não havíamos alcançado a maturidade do estado d’alma da nação, por isso, o esforço da literatura deve ser no sentido de uma unificação nacional.

Entendendo a nação como um ser coletivo, o pensamento nacional representado através da literatura teria uma função fundamental no direcionamento do desenvolvimento dessa nação. Como afirma: “Logo, porém, e à medida que se desenvolve e tende a atingir a perfeição típica, a sociedade gera em si um pensamento que é ao mesmo tempo o norte que dirige e a mola interior que move o ser orgânico no seu desenvolvimento e afirmação [...]”.⁵⁶

Autor que voltou seu olhar para o sertão e o sertanejo, Arinos será retomado por alguns autores inseridos nas ideologias nacionalistas das primeiras décadas do século XX, a qual destacou o fato de ter apresentado ao país os autênticos brasileiros. O que veremos a seguir é um pouco da imagem construída de Afonso Arinos por alguns autores já embebedados pelas teorias nacionalistas de retomada do mito nacional.

⁵⁵ Ibid., p. 879.

⁵⁶ Ibid., p. 879.

2.4 AFONSO ARINOS: UM AUTÊNTICO DESCOBRIDOR

A retomada de Arinos por parte de alguns autores nas décadas iniciais do século XX teve a clara intenção de resgatar o debate em torno da autenticidade nacional, colocando-o como o descobridor do “verdadeiro Brasil”, que se encontraria esquecido, fato, claro, para o qual contribuiu com sua literatura.

Três são os autores que nos ateremos com maior atenção: Tristão de Athayde em *Afonso Arinos* (1922), conjuntamente com Oliveira Melo, em *De Volta ao Sertão* (1937), e Mário Mattos em *Último Bandeirante* (1935), demonstrando como eles analisavam a produção literária de Arinos. Evidentemente, pelo foco principal do nosso trabalho, não faremos um mergulho profundo nessas discussões. Apenas apontamentos norteando a visão construída sobre Arinos. Como ponto de partida e característica comum nos três autores há, logicamente, a valorização do autor como um autêntico descobridor e revelador dos tipos autenticamente nacionais. Tanto os textos de Oliveira Mello quanto de Mário Mattos sofreram influências claras do livro de Athayde.

Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima) “[...] fez parte da geração que viveu a juventude na República do café com leite, assistiu ao início da era das massas e das revoluções no começo da vida intelectual e participou ativamente da mobilização intelectual dos anos 1920 e 1930”.⁵⁷ O modernismo tenta por um fim ao comodismo burguês das primeiras décadas de República e revitalizar a nação, retomando o caminho da autenticidade, frente a uma influência estrangeira cada vez mais

⁵⁷ MURUCI, 1998, nota 16.

significativa. Assim, é compreensível a valorização da obra de Arinos por parte de Athayde.

Além disso, um fato mencionado na obra também o levou a produzir a biografia de Arinos. Athayde conviveu na sua juventude com Arinos e confessa ter sido seduzido pela elegância do escritor mineiro, sendo a obra “[...] um depoimento de gratidão e uma expressão íntima do deslumbramento com que sua presença iluminara minha infância.”⁵⁸. Athayde faz importante comentário sobre o processo de criação intelectual de Arinos. Segundo ele:

Absolutamente não pretendia Arinos fazer obra científica, ao improvisar o seu curso. Não o preparou. Não tinha consigo sua biblioteca, pois se achava em São Paulo de passagem. Não empreendeu pesquisa alguma. Não consultou autoridades. Escrevia as conferências sobre a perna, à medida que tinha de pronunciá-las, e tudo que lá está – e que se é superficial ou imperfeito como estudo, é tantas vezes encantador como criação literária – tinha-o de memória, gravado na alma de amoroso de nosso passado e dessa poesia do povo, que sempre amou como a nenhuma outra.⁵⁹

Nessa citação fica mais nítido a concepção de “improviso” retratada por Athayde. Apresenta o ponto ausente das etapas de preparação da produção, pesquisa, delimitação, escrita e revisão. É a ausência desses elementos que leva o autor a empregar o termo “improviso”, indicando uma produção nata. Apesar de entendermos e visualizarmos como ponto característico das obras de Arinos a espontaneidade de pensamento, há sim uma linha de pensamento clara em todas as suas obras, bem como há uma bagagem teórica de formação acadêmica que acompanha o autor, o que nos leva a relativizar o conceito de “improviso”.

⁵⁸ ATHAYDE, 1981, p. 145.

⁵⁹ Ibid., p. 135.

Tendemos a entender que esse empenho em identificar a obra de Arinos como improvisada e ao mesmo tempo valorizá-la é um ingrediente a mais na caracterização nacionalista que Athayde busca construir sobre o autor mineiro. Não deixa de ser também uma crítica velada ao academicismo de gabinete das primeiras décadas do século XX.

Athayde afirma que Arinos dá destaque ao elemento humano em suas obras. Independentemente das descrições dos espaços e da natureza, é na caracterização do humano que se amplia o destaque de seu pensamento: “Na parte humana desses contos, há três elementos principais: o amor, a superstição e a violência [...]”.⁶⁰ Não entendia Athayde esses elementos como emergindo da relação com o ambiente e contribuindo ao mesmo tempo a configuração deste.

Embora valorizasse a cultura sertaneja numa clara contraposição com as culturas “litorâneas” de influência européia, Arinos não negava a influência estrangeira na literatura brasileira, não tinha um posicionamento que levasse seu nacionalismo a tornar-se preconceito ao estrangeiro. Athayde aponta que Arinos acreditava ter a literatura uma missão nacional, de consolidação da nação através da construção de um conhecimento autenticamente brasileiro: “Sentia, apenas, com razão, que este [sertanismo] representava, quando sincero e valioso, uma grande originalidade da nossa contribuição literária, neste momento de formação nacional [...]”.⁶¹

Sua vivência sertaneja propiciara-lhe escrever com coerência e realismo, pois escreveria o que sentiu, segundo Athayde. Se pequena e incompleta, sua produção representaria apenas os elementos que pretendia tencionar se a morte não o tivesse

⁶⁰ Ibid., p. 132.

⁶¹ Ibid., p. 138.

acometido, o que o eximiria de qualquer crítica. Ideologicamente, essa última proposição é bem pertinente para Athayde, pois minimizaria as possíveis críticas a composição literária de Arinos. Equacionando o fato da formação acadêmica de Arinos e sua vivência européia, Athayde afirma que, como poucos, Arinos soube conciliar os desejos universalistas com o localismo de seu sertão e seus sertanejos.

Marcando sua produção num período de turbulência e transição política e intelectual, a literatura de Arinos apresentaria um aspecto importante de descrição, fato valorizado por Athayde:

Foi por isso, além de animador de tipos reais e de diálogos flagrantes de verdade, um descritivo, um apaixonado da natureza, sem tentar a descrição pela descrição, como apetecia aos naturalistas, mas descobrindo a relação da natureza à alma, não para escravizar aquela a esta, como pretendeu o simbolismo, mas para fundir as duas num só todo, em que a dependência era recíproca: a natureza impressionando a alma, que por sua vez a transfigurava.⁶²

Seguindo a mesma linha da valorização do elemento humano destacado por Athayde, Oliveira Mello chama a atenção para o sentido de audição, de sonoridade nas obras de Arinos. Como afirma, “[...] sobressai em sua obra o sentido de audição. As suas personagens sempre cantando, assobiando. É a música genuína, nascida e extravasada pelo homem [...]”.⁶³ Embora relativamente pequena, Mello destaca o sentido da construção de Arinos, destacando sua consciência intelectual: “Tomou consciência de seus trabalhos e não os elaborou simplesmente levado pelo impacto de contador de história. Não foi apenas um fixador de tipos, costumes e linguagens locais.

⁶² Ibid., p. 130.

⁶³ MELLO, 1994, p. 103.

Colocou a razão acima do coração e descreveu com verdade o sertão, incluindo-lhe as paisagens e os homens [...]”⁶⁴

Oliveira Mello também explana a construção do sertanejo e da narrativa feita por Arinos. Novamente fica clara a valorização literária de Arinos. Segundo ele:

Arinos apresenta seus homens, rudes como a terra em que nasceram e viveram. Heróis simpáticos, mesmo quando cometem crimes mais bárbaros e hediondos. E estes estão colocados dentro da própria terra. Não os ausenta de seu ambiente, chamando a atenção de todos para a paisagem, a beleza de uma natureza agreste e quase virgem, as suas possibilidades econômicas e o abandono em que vivia, sobretudo pelos governos que não se lembravam dela.⁶⁵

Já Mário Matos, considera Afonso Arinos como sendo nosso “último bandeirante”, pelo espírito aventureiro e de viagens, vontade de conhecimento, sonhador e pela originalidade do que descrevia em suas obras. Como afirma:

Arinos foi bandeirante de outro feitio: - conformou a Pátria psicologicamente [sic]. Devassou-lhe a alma. Descortinou-lhe as bellezas (sic). Bandeirismo vertical: - debruçou-se sobre seu destino humano. Paisagens e figuras, em seus livros, constituem uma lição (sic) de esthetica (sic) ou um exemplo de beleza moral, humana. [...] Na literatura, quanto à excellencia (sic), quanto ao poder de suggestão (sic), Afonso Arinos foi o nosso primeiro bandeirante. Primeiro e ultimo, porque, posteriormente, ninguém o suplantou (sic) na seleção descriptiva (sic) e na configuração psicologica (sic) das personagens.⁶⁶

É interessante essa alusão aos bandeirantes, pois eles sempre fascinaram o autor. Sua família é de origem bandeirante e em carta enviada a Augusto Lima por ocasião da posse do mesmo na Academia Brasileira de Letras, em 1907, Arinos afirma estar estudando muito as Bandeiras, principalmente a de Fernão Dias⁶⁷. Além do

⁶⁴ Ibid., p. 75.

⁶⁵ Ibid., p. 168.

⁶⁶ MATTOS, Mário. **Último bandeirante**. Belo Horizonte: Amigos dos Livros, 1935, p. 44.

⁶⁷ MELLO, op. cit. nota 49.

espírito, a singularidade de seu pensamento e de suas obras fazem com que Mattos o considere um marco, um desbravador, um bandeirante.

Em muitos aspectos Afonso Arinos é visto como um precursor das idéias que nortearam anos depois o movimento nacionalista que culminou com a Semana de Arte Moderna, principalmente pela busca de uma literatura autenticamente nacional e pela valorização do sertanejo como elo da nacionalidade em construção. Como afirma Silva:

Afonso Arinos pode, sem favor, ser considerado, em verdade, como um dos máximos inspiradores, diretos ou indiretos, do movimento sadiamente nacionalista que se vem fazendo sentir, de algum tempo a esta parte, em toda a nossa atividade intelectual e que, sob o aspecto propriamente literário, atinge agora em São Paulo o mais alto grau de expressão.⁶⁸

Se interpretarmos a linha histórica de nossa produção intelectual, com certeza veremos o movimento regionalista do final do século XIX como uma etapa importante para o nacionalismo das primeiras décadas do século XX. Se a elite intelectual identificava a necessidade de criação da nação e buscou no sertanejo e na sua cultura o elemento capaz de representá-la, a nação brasileira surgiu como uma representação. Seguindo os conceitos expostos por Chartier, que apresenta a representação como “[...] aquilo que torna visível algo ausente [...]”,⁶⁹ o sertanejo passou a representar algo abstrato e invisível que se queria criar, a nação: “A relação de representação – entendida como relação entre uma imagem presente e um objeto ausente, uma valendo pelo outro porque lhe é homóloga - traça toda a teoria do signo do pensamento clássico”.⁷⁰

⁶⁸ SILVA, João Pinto da. **Fisionomias de novos**. São Paulo: [S.L.], 1922, p. 127.

⁶⁹ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

⁷⁰ Id. O Mundo como Representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 11, v. 5, p. 173-191, 1991. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf>>. Acessado em: 10 de agosto de 2007.

Um signo, o homem do interior, passa a portar a significação não apenas de ser humano, mas de um arcabouço abstrato de unidade e autenticidade nacional. Passa a representar a própria nação, tornando palpável um ente construído teoricamente.

3 A QUESTÃO NACIONAL EM AFONSO ARINOS

Este capítulo apresenta uma análise das principais idéias políticas e intelectuais defendidas por Afonso Arinos, incluindo seu conceito de nação. Seu posicionamento político pró-monarquia num período de efervescência republicana tende a valorizar seu pensamento no sentido de visualizar um Brasil nação sobre a perspectiva nostálgica do Brasil Império. Longe de representar uma defesa do passado, uma posição puramente conservadora, a noção monarquista de Arinos caminha para uma concepção política concreta, que mesmo após anos de República se mantém.

A busca por essa compreensão se dará através da análise de três obras principais: *Notas do Dia*, *A Unidade da Pátria* e *Histórias e Paisagens*, as duas últimas publicadas após a sua morte. Além de identificarmos os aspectos intelectuais e políticos de Afonso Arinos, levantando elementos como sua visão de governo, a realidade brasileira, o Brasil-nação, como ele visualizava acontecimentos e personagens da história do país, trabalharemos também alguns princípios norteadores do conceito de nação e nacionalismo, visando associar a interpretação da nação brasileira feita pelo autor a alguma tendência de abordagem nacional.

3.1 A NAÇÃO COMO QUESTÃO

O conceito e a problemática que envolvem a nação possuem abordagens múltiplas. Para o seu entendimento, destacamos dois princípios norteadores que seriam as abordagens cultural e política. Jean-Jacques Rousseau aparece como um expoente da interpretação política da nação, para ele os indivíduos formariam a nação através de um contrato social. A nação seria uma comunidade política constitucionalmente estabelecida com base nesse contrato, a partir do qual os indivíduos escolhem se querem ou não participar e se aceitam ou não suas regras.

Esse ideário político de nação esteve fortemente presente durante a Revolução Francesa. Muitos revolucionários, tendo por referência as teorias de Rousseau e dos demais filósofos do movimento iluminista francês, pregavam a valorização da liberdade individual e da igualdade de direitos, que viriam a ser a grande bandeira da Revolução. Dessa forma, com a elaboração da nova Constituição francesa para atender a esses novos anseios revolucionários, ficava instituída a República democrática e conseqüentemente a nação. Assim, “[...] a nação nascida da Revolução Francesa tinha como referencial primordial um conceito político territorial, cuja base era a existência de uma lei comum e da cidadania”.⁷¹ A Constituição, ou seja, o contrato, originaria a nação francesa. Baseado nesses preceitos, “[...] o governo era um bem que pertencia ao corpo da nação [...]”,⁷² por ela criado e que para ela se voltaria.

A Revolução Francesa marca decisivamente esse debate sobre nação, pois é nesse momento que o termo e as discussões a seu respeito emergem de forma

⁷¹ OLIVEIRA, 1990, p. 31.

⁷² FINKIELKRAUT, Alain. **A derrota do pensamento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 23.

vigorosa. O caráter universalista que marcou a nova Constituição da França, com valores e proposições de cunho universal que não apenas se restringiram à realidade francesa foi fortemente criticado por diversos autores, entre eles Herder.

Herder valorizava os aspectos culturais para definir a nação. Ao contrário de Rousseau, para Herder não são os homens que constroem a nação. Os indivíduos, inseridos numa realidade já existente, são influenciados pela nação que os precede. Para uma melhor compreensão sobre como se daria à formação da nação através de elementos culturais, o autor desenvolveu o conceito de *Volksgeist*, ou seja, espírito nacional do povo, que surgiria ligado às tradições, ao solo e a língua. Desse espírito se formaria uma “[...] comunidade orgânica de sangue e de solo ou de costumes e de história [...]”,⁷³ ou seja, a nação.

Dentro dessa lógica, a humanidade seria composta por uma multiplicidade de nações. Por isso, o autor defende a valorização das especificidades regionais frente a tendências universalistas e critica fortemente os filósofos iluministas por imprimirem um caráter geral e universal à valores específicos da realidade francesa. Tornaram geral algo particular, na visão de Herder: “Sigamos nosso próprio caminho, deixemos que os homens falem bem ou mal de nossa nação, de nossa literatura, de nossa língua: elas são nossas, são nós mesmos, isso basta [...]”.⁷⁴

Herder refutava a idéia de progresso ou uma evolução das nações, no sentido de sair de uma realidade dita mais primitiva rumo a uma modernização e afirmava que cada nação precisava ser compreendida e analisada em seu tempo, dentro de sua realidade, valorizando seu caráter específico. Defende a idéia de que o preconceito ao

⁷³ Ibid., p. 44.

⁷⁴ HERDER, apud FINKIELKRAUT, op. cit., nota 72, p. 19.

estrangeiro é bom para algumas nações, pois valoriza suas realidades e as protege de influências maléficas externas: “O preconceito é bom em seu tempo, pois traz felicidade. Reconduz os povos a seu centro, reata-os solidamente à suas raízes, torna-os mais prósperos segundo seu caráter próprio, mais ardente e, em conseqüência, mais felizes em suas inclinações e objetivos”.⁷⁵

Ao valorizar as liberdades individuais, os filósofos das luzes e os revolucionários acreditavam estar libertando os indivíduos, mas segundo Herder, apenas desenraizaram seus espíritos ao deslocá-los de suas especificidades e classificá-los antes de sua nação. Valorizaram o humano antes do nacional e isso para Herder era um equívoco.

Herder escrevia num momento em que o império germanico não possuía a configuração de uma nação e, por isso, dava destaque aos valores culturais como alicerces para a constituição de uma unidade nacional e a formação da nação alemã, como forma de conter a dominação estrangeira.

Em 1870, a conquista do território francês da Alsácia-Lorena pelos alemães colocou mais uma vez em conflito as teorias da nação política e da nação cultural. Muitos intelectuais alemães inspirados nas teorias culturais acreditavam ser legítima a dominação, uma vez que os alsacianos falavam alemão e pertenciam à cultura alemã. Contudo, eles não queriam pertencer à Alemanha e se sentiam franceses, rejeitando a dominação. Isso colocava um novo impasse na questão nacional. Como poderia um povo com cultura, língua e tradições identificadas com os alemães recusarem essa aproximação em favor de uma realidade diferente?

⁷⁵ Id. Ibid., p. 32.

Para esse questionamento, um autor francês de nome Ernest Renan parece apontar uma resposta. Renan estava alinhado até então com as teorias defendidas por Herder de que os indivíduos procediam de suas nações. A decisão dos alsacianos de não aceitarem pertencerem à Alemanha o leva a um novo posicionamento. Para o autor, a tradição, os costumes, a língua, os traços hereditários, os valores podem sim influenciar na formação de uma nação, mas não seriam fatores fundamentais. O que está acima disso tudo seriam as vontades individuais, o direito de escolha dos indivíduos. Renan define assim nação:

Uma nação é pois uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que fizemos e daqueles que ainda estamos dispostos a fazer. Ela supõe um passado; resume-se, porém, no presente, por um fato tangível; o consentimento, o desejo claramente expresso de continuar a vida em comum. A existência de uma nação é (perdoem-me esta metáfora) um plebiscito cotidiano [...].⁷⁶

Assim, Renan passa a aceitar que a nação pode surgir do concurso voluntário dos indivíduos, minimizando os efeitos do *Volksgeist* e valorizando premissas defendidas pelos revolucionários da Revolução Francesa, uma vez que aos indivíduos é facultado o direito de escolherem a qual comunidade pretendem estar inseridos.

3.2 A NAÇÃO ATRAVÉS DA BUSCA PELA UNIDADE DA PÁTRIA

A Proclamação da República, em 1889, trouxe consigo, entre outras coisas, o sentimento ou receio de parte dos intelectuais, principalmente entre os monarquistas,

⁷⁶ RENAN, Ernest. O que é uma Nação? In: ROUANET, Maria Helena (Org.). **Nacionalismo em questão**. Caderno da Pós/Letras. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 40.

de uma possível fragmentação do Brasil. Acreditavam que a constituição federalista da nova organização política republicana não seria capaz de manter o território unido e que as diversidades presentes num país de tamanha extensão territorial seriam potencializadas a ponto de gerar um desmembramento.

Afonso Arinos, como monarquista, partilha desse receio da fragmentação do Brasil. Sua visão sobre a unidade nacional é clara e está expressa diretamente na conferência *A Unidade da Pátria*, realizada em Belo Horizonte em meados da segunda década do século XX⁷⁷ em benefício os flagelados do Nordeste, castigados por mais uma grande seca (1914-1915), e publicada depois de sua morte. Para Arinos, a República estava destruindo séculos de esforços no sentido da unidade nacional, implantando um sistema federativo aos moldes norte-americanos. Segundo o autor, ao contrário dos Estados Unidos, o Brasil já possuía certo grau de unidade quando da Proclamação da República, e “[...] a federação, tal como foi aplicada, separando violentamente as províncias antes unidas, é o caminho do desmembramento [...]”.⁷⁸

Essa conferência tinha por objetivo angariar fundos para ajudar os vitimizados pelas secas no Nordeste nos anos de 1914 e 1915, principalmente no Ceará⁷⁹. Aproveitando um momento de consternação, Afonso Arinos traz à tona em seu discurso a necessidade da busca pela unidade nacional. Permeando esse foco central, a conferência apresenta algumas considerações importantes que merecem ser destacadas para uma compreensão mais precisa de seu pensamento.

⁷⁷ Não há uma confirmação exata nas fontes, mas muito provavelmente essa conferência tenha sido realizada no ano de 1915, haja vista que o autor retornou da Europa em agosto de 1914 e regressou no início de 1916.

⁷⁸ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A Unidade da Pátria*. In:_____. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969, p. 888.

⁷⁹ Ver mais sobre essas secas em: VILLA, M.A. **Vida e morte no sertão**: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000.

3.2.1 *A crítica republicana*

Um primeiro ponto importante do texto *A Unidade da Pátria* é o constante tom de crítica à República assumido pelo autor, ora através de metáforas, ora de forma direta. Tecendo uma pequena introdução à sua conferência retratando o histórico das secas, Arinos relembra os períodos cíclicos de secas e a grande seca de meados do século XIX, uma das piores de todos os tempos, apontando para uma intervenção importante e decisiva da Coroa em socorro às vítimas do flagelo. Em contrapartida, critica a pequena ajuda organizada pelo governo Republicano em tom satírico: “[...] Mas, naquele tempo [Império], o Brasil era um país atrasado, que tinha o carrancismo de pagar sem rebote o que devia... Depois de setenta anos de progresso, o nosso chupado Tesouro de agora não teve mais de trezentos contos para acudir à calamidade [...]”.⁸⁰

Valorizando o sentimento de solidariedade despertado pela calamidade da seca, o autor identifica o momento como uma possibilidade de buscar uma dimensão mais profunda no que diz respeito à construção da unidade nacional e conseqüentemente da nação. Afirma que o mal passará mais rápido quanto maior for a capacidade de organização da sociedade na defesa do bem comum, apontando para um mal ainda pior e de maior duração, a República e suas instituições. Como ele afirma:

O flagelo do Norte é um mal tremendo; mas êsse [sic] mal passará mais depressa do que o morbo cruel, que chumba no leito de acúleos a Pátria inteira: a mentira democrática, a mentira judiciária, a mentira educacional, a mentira financeira em que nos afundamos como no mais horrendo dos atoleiros. Mão estranha não se nos estenderá para tirar-nos do mortal perigo; só poderemos

⁸⁰ FRANCO, op. cit., p. 886, nota 78.

livrar-nos dele com os meios e recursos que a nossa boa razão nos descobrir e a nossa energia nos fizer executar.⁸¹

Essa energia passa necessariamente por uma ação coordenada em busca da unidade nacional. Nesse período, já há mais de 20 anos de República, há um certo entendimento no autor da situação mais perene da organização democrática, afastando a possibilidade de um retorno monárquico. Daí a impressão do autor de que esse mal durará mais que a seca que afligia a população brasileira.

Mesmo com críticas à República, o autor apresenta uma visão positiva do Brasil, o que reforça sua defesa de um esforço por uma unidade que interrompa a possibilidade de desmembramento. Respondendo a questão se teria o Brasil elementos que permitissem desempenhar seu papel no desenvolvimento mundial, Afonso Arinos é claro e otimista:

Temo-los, sem dúvida, e devemos afirmá-lo com força; temo-los e precisamos tirá-los de nós mesmos, para o que, em vez de vivermos voltados para o exterior, como atores, do palco para a platéia, nos cumpre olhar para nós mesmos, volver à fonte verdadeira da nossa vida, às energias que nos permitiram ocupar, através de fadiga sem conta, o nosso vasto território.⁸²

Dessa passagem, alguns pontos são interessantes. Além da visão otimista sobre a posição que o país pode alcançar no cenário mundial, o autor demonstra a importância da valorização da figura nacional, das coisas do país e apresenta um povo forte, trabalhador, que rompe as dificuldades com fadiga e suor desde os tempos da colonização. A vastidão do território deixa de ser um problema para se tornar uma vantagem frente ao desenvolvimento humano.

⁸¹ Ibid., p. 887.

⁸² Ibid., p. 887.

Outro elemento que leva o autor a acreditar na capacidade do Brasil de alcançar um lugar de destaque no cenário mundial é a miscigenação. Arinos apresenta na conferência uma visão positiva da miscigenação e uma fusão praticamente natural entre os elementos europeu, indígena e negro, decorrente do processo de colonização. Retrata uma sociedade harmônica, onde os conflitos são atenuados:

E esta fusão, que não existe em tão grande escala em nenhum outro povo americano, operou-se, com o concurso do próprio dominador, que, desde os primeiros dias, fomentou o cruzamento com a indígena e mais tarde com a africana. Não temos, portanto, em nosso seio uma raça dominada, considerada inferior e por isso hostilizada como a raça negra nos Estados Unidos [...].⁸³

A questão da miscigenação é um ponto importante do pensamento de Afonso Arinos e esteve presente no projeto historiográfico imperial desenvolvido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Fundado em 1838 e tendo por objetivo “[...] o delineamento do perfil nacional a partir da homogeneização da visão de Brasil para as elites”⁸⁴, o Instituto esteve sempre atrelado à monarquia brasileira.

Além de realizar sessões no Paço Imperial, o Instituto reservava a possibilidade de Dom Pedro II abrir e encerrar as reuniões, sinalizando uma proteção do Imperador para com o Instituto, o que lhe conferia maior legitimidade. Além disso, boa parte de seus membros eram ocupantes de altos cargos no poder, o que facilitava a aproximação do Instituto com a Monarquia. Numa contrapartida implícita a esse apoio do Imperador, caberá ao IHGB “[...] fazer com que as realizações do reinado de SMI, principalmente o apoio à cultura, não sejam esquecidos no futuro”.⁸⁵

⁸³ *Ibid.*, p. 888.

⁸⁴ FONSECA, SILVIA C.B. Monarquia e razão vigilante: o pensamento político na literatura do Visconde de Taunay. In: ALMEIDA, Angela M. De; ZILLY, Berthold; LIMA, Eli Napoleão de, (Org.). **De Sertões, Desertos e Espaços Incivilizados**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001, p. 233.

⁸⁵ RICUPERO, 2004, p. 124.

Tentando estabelecer parâmetros para a história do Brasil, o Instituto decide em 1840 oferecer um prêmio para quem apresentar o melhor plano. O vencedor foi Karl von Martius, para quem não haveria como escrever a história do Brasil sem levar em conta os elementos que concorrerão para o desenvolvimento do homem. É essa característica de povo mestiço que a historiografia Imperial perpetuará e terá ressonância na produção intelectual brasileira. Como afirma Ricupero:

Do romantismo a Gilberto Freyre, passando, aos trancos e barrancos, pelo evolucionismo e o positivismo, acreditou-se que o Brasil era essencialmente um país mestiço; o que foi visto por alguns como vantagem e por outros como defeito. Martius merece, portanto, o duvidoso título de avô da ideologia da democracia racial no Brasil.⁸⁶

Na valorização dessa especificidade brasileira, Martius desqualifica o negro e o índio para impor uma raça dominante, que seria a portuguesa. Entende os indígenas como sobreviventes de uma civilização desaparecida e aponta que o Brasil se desenvolveria muito melhor sem a presença dos escravos negros.⁸⁷

Como vimos, Arinos torna-se membro do IHGB em 1901, tomando posse dois anos depois, o que com certeza o aproximará de algumas perspectivas historiográficas desenvolvidas pelo Instituto. Apesar disso, sua visão sobre a miscigenação destoava da defendida por Martius. Inserido já num momento pós-abolição, Arinos identificava de forma positiva essa característica, acreditando numa junção harmoniosa entre o negro, o português e o indígena.

Com tamanhos elementos ao seu favor, o autor justifica a necessidade de uma união em busca da unidade da Pátria e a constituição de uma nação, minimizando os

⁸⁶ Ibid., p. 125.

⁸⁷ Ibid.

efeitos, na sua visão, negativos provocados pela República e sua divisão federalista: “É preciso que as forças esparsas da cultura brasileira se congreguem, se toquem, se reconheçam [...]”.⁸⁸ Essa unidade nacional defendida por Arinos é cultural, ideológica, intelectual, e não administrativa. Ele defende a necessidade de uma descentralização administrativa frente as enormes diferenças geográficas do território. E esclarece, “[...] unidade nacional não quer, pois, dizer, governo unitário”.⁸⁹

3.2.2 *O papel do povo e dos intelectuais*

A busca pela unidade nacional capaz de formar um Brasil nação passa por dois elementos fundamentais para o autor: o povo e a classe intelectual. A concepção de povo de Arinos leva a uma interpretação desse povo como massa de indivíduos comuns, trabalhadores, com pouca formação educacional e política, distinguindo-se dos intelectuais e diferenciando-se da definição de povo como um conjunto de pessoas que compõem um país.

Na seqüência, o autor valoriza esse povo, que para ele seria o responsável por manter a união brasileira, através do grande número de trabalhadores sertanejos que deixam seus estados para trabalharem em outras regiões, criando uma teia intercalada de relações de trabalho que é importante para a unidade nacional: “E toda essa gente, que traça, lida e sofre, vai tecendo a rede de solidariedade da população brasileira, sem rivalidades de nascimento, nem de língua, nem de religião”.⁹⁰

⁸⁸ FRANCO, 1969, p. 889, nota 78.

⁸⁹ *Ibid.*, p. 889.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 889.

Arinos valoriza esse povo trabalhador ao fazer um contraponto com os indivíduos das cidades litorâneas, carregadas de aspectos estrangeiros. Dizia ele:

Da casa de um amigo, a Praia do Flamengo, onde me hospedara, despertou-me pela madrugada o canhoneio. E a mortandade e destruição que se lhe seguiram, de brasileiros contra brasileiros, sem causa conhecida, tendo a aparência, não de uma reivindicação de direitos conculcados [sic], mas de uma explosão bárbara de indisciplina, faziam temer pelo futuro do povo, em cujo seio tais fatos podiam produzir-se. Mas, quando, menos de dois meses depois, atravessava a vasta região florestal, que medeia entre Bauru e a margem do Paraná [...] e via o trabalho brasileiro arrancar ao domínio das feras e do gentio bravio uma enorme região indicada ainda a pouco nas cartas geográficas como sertão desconhecido [...] eu compreendia que um povo que assim peleja e assim pena tem e terá o seu lugar entre os dominadores da superfície da terra.⁹¹

Exatamente nesses trabalhadores do sertão, no sertanejo, que estaria o cerne de nossa nacionalidade e o elo da união nacional. Do contato de indivíduos de regiões distintas inicia-se um processo de formação de um aspecto cultural único, capaz de congrega o povo brasileiro para o Brasil nação. Segundo Arinos: “Nesse grande esforço anônimo e por assim dizer subterrâneo, tal o dos lençóis d’água na formação dos ribeiros, forma-se a trama popular da nossa nacionalidade, com suas lendas e tradições comuns, voando de Sul a Norte e de Norte a Sul nas asas irisadas da canção popular”.⁹² Essa construção reforça a idéia de uma nação cultural, onde os valores em construção seriam utilizados para sustentar a unidade nacional.

Embora tendo um papel importante na formação da nação e sendo representado como elemento identificador dela, o povo sertanejo “[...] faz o que pode e dele não se

⁹¹ Ibid., p. 890.

⁹² Ibid., p. 891.

deve esperar mais [...]”.⁹³ O dever de buscar a construção da nação e evitar a fragmentação do Brasil não compete ao povo e sim aos intelectuais.

Para Arinos “[...] como corpo político o povo brasileiro não existe. Ele é governado por um grupo diminutíssimo, por uma reduzida e pouco brilhante aristocracia, que não tem como a chilena a sua base na propriedade da terra cultivável, mas na burocracia militar e civil”.⁹⁴ Seguindo essa linha de análise e pensando o ideário de nação defendido pelo autor, não poderíamos pensar uma nação brasileira aos moldes da nação francesa, instaurada através da Constituição, onde conscientemente os indivíduos escolheriam se queriam ou não fazer parte da França. Para termos um Brasil nação, era preciso uma intervenção extra, que caberia às classes intelectuais.

Essa perspectiva assumida por Arinos o aproxima das idéias defendidas por Renan, haja vista que apresenta uma nação como potência, como capacidade, mas que precisa ser revelada e direcionada por elites intelectuais nacionalistas. A cultura e o povo sertanejo seriam os elementos que garantiriam essa potencialidade do Brasil nação, mas precisaria de uma ação direcionada e intencional. O império teria iniciado esse processo, mas teve seu percurso interrompido pelo advento da República. Não visualizando esse potencial no povo e nem nas classes governantes, com o domínio da República que ele criticava, tal tarefa caberia aos intelectuais. Assim, independente das questões culturais e tradicionais impostas pelo sertão, à nação seria um projeto pensado e direcionada, uma opção, o que nos leva a aproximá-lo de Renan.

Contudo, essas classes superiores encontravam-se dispersas pelo território brasileiro, sem contato, sem um direcionamento. Por isso, o autor defende a

⁹³ Ibid., p. 891.

⁹⁴ Ibid., p. 891.

necessidade de unir as classes cultas: “É preciso que esses elementos dispersos se ponham em contato diário, congregando-se e organizando-se para a ação. E esta ação deve ser uma verdadeira campanha cívica para reerguimento do Brasil [...]”.⁹⁵

Ao povo já estava facultado o sacrifício do trabalho árduo, não cabendo a eles dessa maneira a tarefa de consolidar a nação. Essa obra parte de cima para baixo, como o autor afirma: “[...] a obra de que falamos está fora e acima dos governos, porque é uma obra de regeneração social e política, devendo ser iniciada convictamente e propulsada do alto, dos homens cultos, da mocidade desinteressada e generosa, para a unidade nacional ou a formação da consciência brasileira”.⁹⁶

A referencia à aristocracia chilena é um ponto importante dessa passagem. Arinos retoma essa valorização do Chile num artigo para o jornal *O Comércio de São Paulo* intitulado *Ao Chile* de 20 de Maio de 1897, publicado posteriormente em *Notas do Dia*. Nesse artigo, escrito por ocasião da visita dos oficiais da esquadra chilena a São Paulo, Arinos retoma a valorização da aristocracia do país e sua formação política. Elogiava a constituição política do Chile, dando destaque para o poder de interferência no governo do país dos governos municipais (*cabildos*), afirmando que assim o Chile estaria preparado para o regime parlamentar por possuir uma poderosa aristocracia territorial. Essa exaltação dos governos municipais e seu poder de decisão dariam visibilidade à aristocracia do país, num contraponto com a aristocracia e o governo republicano brasileiro da época, marcado pelo centralismo e por uma elite ainda marcada pelo militarismo. Assim, afirma o autor:

⁹⁵ Ibid., p. 891.

⁹⁶ Ibid., p. 892.

Este [regime parlamentar], mais tarde, desenvolvido e fortificado pela independência, deu ao Chile essa fisionomia única na América do Sul – alguma coisa da Inglaterra, alguma coisa da Roma antiga, com seus grandes lances dramáticos, seus grandes dias de borrasca, de que, entanto, o caráter nacional emerge com o cunho de sobriedade, de decisão e energia, que tem sua personificação na figura austera do fundador da pátria, Don Bernardo O’Higgins, ou no perfil épico de Don José Manoel Balmaceda.⁹⁷

A valorização do modelo chileno de governo também aparece em outro importante monarquista, Joaquim Nabuco. No livro *Balmaceda*, Nabuco apresenta também uma valorização da aristocracia chilena:

Socialmente, a “oligarquia”, que não é mantida artificialmente por privilégios e leis de exceção, mas que resulta da formação histórica do país e conserva a sua influência sob um código liberal, e era virtude dos costumes e da forma da propriedade, não é uma usurpação. Politicamente, o que se chama a “oligarquia” chilena, é apenas a tradição de governo transmitida de uma a outra geração pelos processos e com as cautelas que constituem a educação dos homens de estado, em outras palavras, não é se não o *controle* indispensável à porta de cada instituição para que não entre indistintamente toda a gente.⁹⁸

O que a República no Brasil fez, segundo Nabuco, foi exatamente abrir as portas para todos, descaracterizando as instituições e desqualificando o governo. E reforça a crítica à República afirmando que “[...] destruir um governo que tem dado os mais admiráveis resultados para pôr em lugar dele uma mera teoria, é ausência de senso prático. Os chilenos não fariam facilmente o que nós fizemos [...]”.⁹⁹

Sob a ótica política, valorizar o modelo chileno para os monarquistas era buscar uma alternativa não-monárquica para o federalismo que se instaurou com a República. Para isso, o modelo parlamentar chileno se apresentava cabível de se contrapor ao caso brasileiro, por isso bastante valorizado pelos intelectuais monárquicos.

⁹⁷ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Notas do dia. In:_____. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969, p. 631.

⁹⁸ NABUCO, Joaquim. **Balmaceda**. Brasília: Senado Federal, 2003, p. 154. Disponível em: < <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/1076/4/662433.pdf>>. Acessado em: 12 de agosto de 2009.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 162.

3.2.3 A *idéia de Pátria*

Para fortalecer o ideal de unidade nacional no discurso que assumia, Arinos faz uma defesa da Pátria e do patriotismo como fundamentais para essa formação. Seu conceito de Pátria está atrelado à noção de território e sociabilidade. De acordo com ele,

[...] a *idéia de pátria* não representa menos a terra querida onde se encerram os restos dos nossos maiores, onde as tradições e os costumes são aqueles nos quais fomos criados, onde a língua é aquela em que baluciamos as primeiras palavras, onde, no dizer do poeta, uma ilusão geme em cada canto e chora em cada canto uma saudade. Essa *idéia*, com a série de sentimentos dela decorrentes, constitui realmente um dos princípios diretores da civilização moderna.¹⁰⁰

E a Pátria brasileira não seria aquela idealizada pelos primeiros colonizadores portugueses, a terra das belezas tropicais, a terra quase encantada da carta de Pero Vaz de Caminha, onde se plantando tudo dá. A Pátria que Arinos identifica é mais real, mais problemática, e nem por isso menos encantadora ou inferior às demais. Até pelo contexto de secas vivido pelo Brasil na época, seria complicado sustentar uma visão paradisíaca do país: “A nossa pátria não é essa terra opima da Promissão, onde os ares por toda parte são deleitosos, e por toda a parte pinguem as colheitas. Temos vastas regiões sáfaras e climas hostis [...]”.¹⁰¹ Rompendo a visão de terra prometida, o autor acredita que aspectos do desenvolvimento industrial podem auxiliar os indivíduos a viverem nessas regiões, onde a condição de vida é mais extremada.

Embora valorize a terra e o seu cultivo, dá destaque também para os aspectos da industrialização que acredita trazerem benefícios para o país. Essa visão fica mais

¹⁰⁰ FRANCO, 1969, p. 893, nota 78.

¹⁰¹ *Ibid.*, p. 893.

clara num artigo intitulado *Terra Roxa*, escrito em julho de 1905 para *O Jornal do Comércio* e publicado posteriormente em *Histórias e Paisagens*. Esse artigo retrata a região paulista, que se tornou grande centro da produção de café e ficou conhecida como *terra roxa*, traz uma valorização do cultivo da terra e dos benefícios oriundos dela. Contudo, traz duas indicações importantes para compreendermos a questão da industrialização no pensamento de Arinos. A primeira seria a necessidade de buscarmos a industrialização sem abandonar o cultivo da terra: “É certo que estamos muito longe de chegar ao desenvolvimento industrial a que atingiu a França e muito podemos e necessitamos fazer esse caminho”¹⁰², afirma o autor. A segunda posição é a valorização das estradas de ferro e os benefícios trazidos: “Que singular e estranha impressão a de um trem atravessando a mata! Parecem duas coisas que se excluem e se contradizem [...]”¹⁰³, afirma Arinos.

Essa posição de Arinos sobre a industrialização é permeada de ambigüidades. Nos livros e artigos do autor, não há um trabalho aprofundado sobre essa questão, para relacionarmos com maior precisão. Ao mesmo tempo em que se mostra favorável ao progresso, teme a desnaturalização do interior, tido como a verdadeira nação. Nessa questão, Arinos caminha mais para um defensor de certo “melhoramento” da vida do interior, sem perder suas principais características e, principalmente, sem abandonar a vocação nacional para a agricultura, tão bem simbolizada pela *terra roxa*.

Sendo a pátria brasileira uma terra de contrastes, com regiões desfavoráveis ao florescimento da vida humana, o autor valoriza o povo brasileiro ao afirmar que exatamente pelo fato de a natureza tropical não se deixar dominar senão pelo

¹⁰² FRANCO, 1969, p. 861, nota 50.

¹⁰³ Ibid., p. 862.

constante esforço e inteligência que o Brasil será um país cada vez mais belo, pois é cada vez mais obra de seu povo. Retorna a visão positiva do país e do brasileiro. E, nesse caso específico do contexto da conferência que pronunciava, defende e valoriza o homem do sertão, o sertanejo, o nordestino. É o indivíduo capaz de “domar” a natureza e conviver num espaço hostil.

Buscando defender a necessidade da ajuda aos flagelados pela seca e de uma união nacional pela consolidação da nação brasileira, Arinos pontua a importância do sacrifício individual em prol dos interesses da pátria: “Não é patriota quem não esteja sinceramente disposto a dedicar à pátria ao menos um pouco de seu bem estar, da sua própria família, do seu egoísmo [...]”.¹⁰⁴

Caminhando novamente para o fortalecimento dos aspectos culturais na formação da unidade nacional, Arinos afirma que apenas a pátria material, o território, não seria suficiente para a nação. Junto dessa pátria tangível, teríamos a sua alma, seu espírito vivificante, sua moral que seria “[...] formada da história, da religião, da língua, das tradições, dos usos e costumes comuns. É essa pátria moral que nos faz compreender e amar a pátria material [...]”.¹⁰⁵ Por isso, a importância do povo brasileiro em contato, das relações que daí surgem e dos costumes e tradições que vão se unificando. Sem esses aspectos culturais que ligam os indivíduos a determinados lugares, não seria possível associar a terra com a pátria.

Identificando aspectos tradicionais da sociedade brasileira no interior, ao afirmar que “[...] a casa brasileira conserva o seu tipo tradicional na roça [...]”,¹⁰⁶ Arinos fortalece a idéia de uma identidade nacional baseada no sertanejo. A terra pátria

¹⁰⁴ FRANCO, 1969, p. 893, nota 78.

¹⁰⁵ Ibid., p. 894.

¹⁰⁶ Ibid., p. 894.

associa-se “[...] as nossas cantigas, os nossos instrumentos rústicos, as histórias que nos embalaram os berços, a crença a cuja luz desabrochou o nosso curioso e inquieto espírito juvenil [...]”.¹⁰⁷ Todos aspectos facilmente identificados na vida e na cultura do sertanejo do interior do Brasil.

Ao buscar aspectos culturais comuns e encontrar um processo de descentralização cultural e regional, Arinos identifica uma nação a construir, que precisa avançar no sentido da união de seus aspectos culturais e na manutenção da sua união territorial. A pátria moral seria, pois, esclarecedora:

É ela que nos diz: eu tenho literatos e não tenho literatura; eu tenho professores e não tenho ensino; eu tenho juizes e não tenho justiça; eu tenho soldados e marinheiros e não tenho exército nem marinha; eu tenho homens de Estado e preciso de governo; eu tenho um grande território e não sou ainda uma nação [...].¹⁰⁸

3.3 TEMAS LIVRES: NACIONALISMO, POLÍTICA E HISTÓRIA

Em 1900, Arinos lança o livro *Notas do Dia* reunindo artigos que havia escrito e publicado anteriormente em alguns jornais como o *Estado de Minas*, *O Comércio de São Paulo* e na *Revista Brasileira*, entre os anos de 1895 e 1899. São artigos com temáticas diversas e livres, mas que constituem um importante documento para avançarmos no pensamento político e histórico do autor. Ao contrário de outras obras,

¹⁰⁷ Ibid., p. 894.

¹⁰⁸ Ibid., p. 895.

Arinos data cada artigo presente no livro, o que possibilita uma correlação com o contexto histórico de cada época.

Tendo temáticas variadas, a análise focalizará os artigos que apresentam a visão do autor sobre a nacionalidade brasileira e que demonstrem aspectos de sua visão histórica, intelectual e política.

O primeiro artigo do livro é datado de 21 de abril de 1895 e trata da Inconfidência Mineira de 1789, com o título *O Passado de Minas e a Inconfidência*. Nessa época Arinos residia em Ouro Preto e essa vivência com as tradições da antiga Vila Rica com certeza influenciou e inspirou o artigo. Arinos aceitara “[...] o princípio de que, para estudarmos o passado, precisamos viver nele por abstração, descer ao fundo da opinião dominante para nutrimo-nos com ela, julgar os homens pelo critério que ela assim nos oferece”.¹⁰⁹ Esse mergulho histórico buscando compreender o momento vivido pelos atores do passado brasileiro produz uma valorização da coragem e das virtudes de personagens heróicos, como Tiradentes.

Arinos apresenta no artigo uma visão positiva sobre a Inconfidência e, principalmente, sobre Tiradentes. Antes, porém, o autor trabalha a colonização portuguesa e seu aspecto aventureiro, juntamente com a ação dos bandeirantes, que realizaram o desbravamento, exploração e colonização das Minas.

Essa valorização da colonização e dos bandeirantes defendida pelo autor é contrária a outras leituras do período, como as de Paulo Prado em *Retrato do Brasil*, um diagnóstico dos males enfrentados pelo Brasil, publicado em 1928, e que encontrou grande ressonância no meio intelectual do período. Nesse livro, a posição central é de crítica aos bandeirantes e à colonização portuguesa.

¹⁰⁹ FRANCO, 1969, p. 611, nota 97.

O aspecto aventureiro que marca a colonização portuguesa e que levou a “descoberta” das novas terras é, na visão de Prado, fruto da cobiça portuguesa, na busca do enriquecimento rápido. Essa busca norteará a colonização brasileira e determinará o surgimento das Bandeiras, em busca de ouro, prata e pedras preciosas. A busca do sertão é a busca da riqueza: “O Brasil foi, entretanto, na lenda e na realidade, o país do ouro e das pedras preciosas”¹¹⁰, afirma Prado.

As bandeiras seriam um negócio que teve de enfrentar as grandes matas dos sertões para colocar em prática o sonho do enriquecimento. Nesse sentido, sempre houve uma desproporção entre o esforço despendido e os resultados práticos alcançados: “Durante dois séculos o sacrifício de vidas ou o esforço dos homens foi inútil e infrutífero [...]”¹¹¹, afirma Prado. Essa característica de busca que norteará a colonização do país marcará a formação da nacionalidade brasileira. Os agrupamentos étnicos da colônia “[...] não tiveram outro incentivo idealista senão esse de procurar tesouros nos socavões das montanhas, e nos cascalhos dos córregos e rios do interior [...]”¹¹².

Há em Paulo Prado uma valorização da colonização norte-americana numa contraposição com a colonização portuguesa no Brasil. Contudo, “[...] Apesar de sua admiração pela influência dos valores puritanos na formação histórica dos Estados Unidos, não compactua com a idéia de que as migrações para o sertão possam incorporar a essência de uma nação [...]”¹¹³. Essa descrença vem da constatação do

¹¹⁰ PRADO, Paulo. Retrato do Brasil. In: SANTIAGO, Silviano (Org.). **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, p. 51.

¹¹¹ Ibid., p. 55.

¹¹² Ibid., p. 55.

¹¹³ SANTOS, Fabio Muruci dos. No coração do Brasil, o trabalho: sertão e modernidade em Paulo Prado e Cassiano Ricardo. **Pós-História**, Assis/SP, n. 9, UNESP, p. 199-217, 2001.

comportamento aventureiro e anárquico dos desbravadores unido a um espaço formado por terras selvagens que dificultaria a ocupação racional.

O povo brasileiro seria um povo triste, marcado pela melancolia que descenderia da Luxúria e da Cobiça dos colonizadores. A busca constante pelo ouro que poucas vezes se encontrou e a intensa vida sexual, voltada para as perversões sexuais, corroboraram para a formação desta tristeza. Nesse sentido, ao contrário do que propõe Arinos, “[...] o sertão vazio, longe de ser a raiz da nacionalidade, seria o documento do fracasso do projeto colonizador português e a metáfora do vazio da psique nacional”¹¹⁴, na análise de Fabio Muruci.

Já Arinos é um defensor das Bandeiras. Identifica nas Minas Gerais uma herança bandeirante que sempre busca valorizar. Num artigo escrito em 1903, intitulado *Atalaia Bandeirante*, publicado no livro *Histórias e Paisagens* em 1921, Arinos faz um “passeio” pela antiga Vila Rica, buscando demonstrar indícios do passado bandeirante, que seria o responsável por forjar aquela realidade. Fica clara a busca pelas riquezas que motivavam essas Bandeiras, mas ao contrário de Paulo Prado, Arinos não analisa de forma negativa essa característica: “Fincadas as primeiras barracas, explorado o terreno em derredor, foi-se formando o primeiro arraial bandeirante. Mas, logo depois, a lombada da serra oposta mostrou aos conquistadores as aluviões ricas, a escura *jacutinga* em que o ouro se disfarça”,¹¹⁵ afirma o autor.

Outro ponto importante é a constatação das dificuldades enfrentadas para a realização das expedições, incluindo a necessidade de custear do próprio bolso as incursões. Todos esses aspectos se somam para a construção positiva que Arinos faz

¹¹⁴ Ibid.

¹¹⁵ FRANCO, 1969, p. 822, nota 50.

das Bandeiras e da colonização portuguesa, se chocando com outras interpretações contemporâneas como as de Paulo Prado.

Retornando ao artigo sobre a Inconfidência, traçando um breve histórico que passa pelo auge da exploração do ouro e da organização política através das câmaras municipais, o autor apresenta o momento que possibilitou o surgimento de alguns intelectuais como Cláudio Manoel da Costa, Basílio da Gama, entre outros, que estarão presentes na Inconfidência. Segundo o autor:

Imperou o luxo e com ele penetrou a arte nestes sertões. Os homens ricos e poderosos mandavam seus filhos a Europa; a polícia das cortes se estabeleceu entre os mineiros, que importavam com os artefatos da indústria a finura de costumes das grandes cidades européias. Foi nessa época de esplendor que nasceram quase todos os inconfidentes.¹¹⁶

Esses estudantes banharam-se basicamente na produção literária do Iluminismo, em voga na Europa da época. Arinos cita principalmente duas obras que tiveram grande influência sobre os estudantes mineiros da época, o *Contrato Social* de Rousseau e o *Espírito das Leis* de Montesquieu.

Arinos transparece no artigo que a idéia de independência era maior, não restrita à Capitania de Minas. O poder crescente das câmaras municipais espalhadas pelas colônias despertava o sentimento de independência e que o “[...] foco foi Minas, a primeira das capitanias de então, por sua população, comércio e importância econômica”.¹¹⁷

Para o autor “[...] a Inconfidência não foi nem uma conspiração, nem uma revolta, mas uma propaganda em ação”.¹¹⁸ Como propaganda, era necessário um instrumento

¹¹⁶ FRANCO, 1969, p. 616, nota 97.

¹¹⁷ Ibid., p. 618.

¹¹⁸ Ibid., p. 618.

cativante, popular, encontrado na figura de Tiradentes: “O lendário sertanejo tinha na alma o fanatismo que faz os heróis e que é ao mesmo tempo o facho da propaganda e a força viva, a mola poderosa do propagandista”.¹¹⁹ Tiradentes representava o popular numa ação liderada basicamente pela elite mineira, que além de intelectuais, apresentava proprietários rurais, clérigos, militares, ente outros. Era o elo que poderia ligar o povo ao movimento, sem o qual dificilmente se alcançaria a independência: “Na opinião do humilde autor destas linhas, Tiradentes vale por todos os inconfidentes, porque ele representa a alma cândida e simples, generosa e meiga, afoita e brava do mineiro do povo, do filho inculto desta minha terra”.¹²⁰ Assim Arinos visualiza o símbolo.

A importância do movimento está muito mais na idéia que lançou, através de sua propaganda, do que em algo conquistado, pois foi violentamente reprimida. Arinos identifica a importância das idéias lançadas, afirma não ser possível pelo caráter do movimento alcançar a independência: “Os planos de governo que formaram, ou as medidas que tomaram para o futuro, eram próprias da propaganda em ação. Por isso, não podia nessa época realizar-se a independência e muito menos, com ela, a unidade da Pátria”.¹²¹

Finalizando o artigo, o autor aponta que as idéias propostas pelos inconfidentes marcaram de vez o futuro da independência do Brasil: “Aos inconfidentes, como brasileiros, devemos o reconhecimento de terem sido *pionneers* na conquista de nossa nacionalidade e de nossa independência”.¹²²

¹¹⁹ Ibid., p. 618.

¹²⁰ Ibid., p. 620.

¹²¹ Ibid., p. 620.

¹²² Ibid., p. 620.

Em 12 de outubro de 1895, Arinos realizou uma conferência em sessão solene aos alunos do Ginásio Mineiro de Ouro Preto intitulada *Cristóvão Colombo e a Descoberta da América*, onde expôs sua visão sobre as novas terras e sobre seu descobridor. A tônica do artigo é a valorização da América, seu povo, seus países, bem como o destaque para Cristóvão Colombo.

Arinos apresenta uma visão contemplativa e romantizada tanto da colonização espanhola quanto da portuguesa na América. As lutas, os confrontos com indígenas e negros, a dizimação de culturas e a introdução de novos valores, parecem ser vistos pelo autor como uma grande epopéia, parte integrante da formação do caráter nacional de cada país. Não assume no discurso a defesa das culturas indígenas nem supervaloriza o povo conquistador. Apresenta a história apenas como processo, formando heróis, desbravadores, e caminhando para a consolidação nacional. Tendo formado Estados independentes, a América ainda carecia de unidade nacional. Como ele afirma:

Estamos ainda no período da elaboração do caráter nacional; os elementos donde provem os tipos americanos não se fundiram ainda perfeitamente, embora, como já dissemos, possamos notar os traços gerais, os esforços da diferenciação nacional. [...] A semente do heroísmo espalhada em todos os pontos desse território. O sangue de centenas de heróis espalhados em diversos trechos destes dezessete milhões de quilômetros quadrados da América do Sul produziu e produzirá benéficos resultados.¹²³

E o resultado seria um lugar de destaque no cenário mundial, entre os principais países. A América “[...] será, para os séculos futuros, como *Indra*, a fonte de luz, brilhando no céu no meio do rugir das procelas, luz que tudo penetra [...]”.¹²⁴ É importante essa valorização da América no pensamento de Arinos para

¹²³ Ibid., p. 627.

¹²⁴ Ibid., p. 628.

compreendermos sua posição com relação à defesa das nacionalidades. Ele não identifica a composição nacional nas culturas indígenas pré-colombianas, passando a visualizar um caráter nacional apenas com o processo histórico pelo qual passaram os territórios colonizados e posteriormente os Estados independentes.

Também não identifica, ao contrário de muitos intelectuais brasileiros da época, a Europa como modelo e as culturas americanas como fadadas ao fracasso ou atrasadas culturalmente. Embora aceite a influência da cultura do colonizador, não apresenta esse “novo povo”, um misto de elementos indígenas, europeus e, no caso brasileiro, negro, como atrasado ou incapaz. Essa visão é importante para marcar a posição intelectual do autor na defesa do caráter nacional específico de cada país. No caso brasileiro, nos retorna à condenação dos hábitos europeus assumidos pelas elites das grandes cidades e a valorização da cultura sertaneja, ausente de estrangeirismos, como a representante do caráter nacional brasileiro, formadora de nossa nacionalidade.

A visão positiva sobre as repúblicas hispano-americanas assumida por Arinos é um ponto importante de seu pensamento e o distancia de um contemporâneo monarquista que teve grande relação e ligação com ele que é Eduardo Prado, dono do jornal *O Comércio de São Paulo*. Eduardo em seu livro *A Ilusão americana*, de 1893, apresenta um quadro bastante diferente com relação aos países da América. O primeiro ponto abordado pelo autor é a crítica da influência e da ligação do Brasil com os Estados Unidos. Segundo Prado, “[...] não há razão para querer o Brasil imitar os Estados Unidos, porque sairíamos da nossa índole, e, principalmente, porque já estão patentes e lamentáveis, sob nossos olhos, os tristes resultados da nossa imitação”¹²⁵.

¹²⁵ PRADO, Eduardo. **A ilusão americana**. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/ilusao.html>>. Acessado em: 12 de agosto de 2009.

A oposição às influências anglo-saxônicas no Brasil é reforçada ainda pela crítica a doutrina Monroe, lançada pela mensagem do Presidente dos Estados Unidos James Monroe em 1823 e que pregava, entre outras coisas, a defesa da América das incursões colonizadoras dos europeus. Para o autor, essa doutrina nunca foi aplicada de fato na realidade, “[...] os Estados Unidos não estavam por forma alguma dispostos a fazer suas as brigas da América latina com as potências européias. E nunca, mas nunca, os Estados Unidos mudaram de modo de pensar e de proceder”¹²⁶.

Eduardo apresenta ainda um quadro de constantes brigas e conflitos entre os países da América do Sul, afirmando que não há uma relação amistosa entre essas nacionalidades. Um ponto em especial os igualaria: a ruína financeira. Dessa situação financeira caótica o ponto principal é o calote sistemático nos credores europeus e o roubo de dinheiro público. Assim, a visão de Eduardo sobre os países americanos é bastante diversa da defendida por Arinos, que identifica de forma mais positiva suas possibilidades.

A visão da maioria dos monarquistas sobre os demais países da América do Sul era a mesma defendida por Eduardo Prado. O Império brasileiro era sinônimo de unidade e se contrapunha ao caudilhismo dos países vizinhos. Novamente, a historiografia desenvolvida no IHGB contribui para essa tendência ao se preocupar com a “[...] definição do ‘caráter’ da nação brasileira, representado pela ‘ordem’, em contraposição ao ‘caos’ das repúblicas vizinhas [...]”.¹²⁷ A nação brasileira constituída nas bases do projeto Imperial representaria o ideal de “civilização” do Novo Mundo, transferindo a idéia de “barbárie” para as repúblicas hispano-americanas. A Monarquia

¹²⁶ Ibid.

¹²⁷ FONSECA, 2001, p. 234.

centralizada teria um papel fundamental de manter a unidade territorial e difundir cultura e conhecimento.

Alfredo Taunay representou bem esse pensamento monarquista com relação às repúblicas hispânicas. Taunay valorizava a capacidade do Império de manter a unidade nacional em contraposição ao potencial separatista dos vizinhos. Concebe o Estado como uma forma superior de comunidade neutralizadora das destrutivas disputas individuais. Baseado nesse conceito de Estado analisa o sertão e o sertanejo como aspectos de um Brasil esquecido, que só poderia ser atingido através da intervenção civilizatória do poder central. Sem essa presença, o sertanejo, exemplo de coragem, obediência e rusticidade, poderia caminhar para a tirania e, conseqüentemente, para a barbárie.¹²⁸

Taunay recebeu grande respeito e admiração da parte de Arinos, tanto que este escreve um artigo intitulado *Visconde de Taunay*, publicado em 27 de janeiro de 1899 no jornal *O Comércio de São Paulo* em homenagem ao seu falecimento e publicado posteriormente em *Notas do Dia*. Nesse artigo, Arinos valoriza o poder criativo de Taunay, sua fidelidade a Família Real e afirma que dos homens do Império, nenhum estava mais preparado para a República, muito em função de algumas idéias liberais defendidas pelo autor, tal como a imigração em larga escala. É uma importante afirmação e uma posição dúbia, haja vista o fato de Taunay ser um crítico da República.

No final do artigo, entretanto, Arinos afirma algumas características intelectuais do autor e sua posição monarquista ao pontuar que “[...] partindo do problema social, reconheceu que a República não veio senão aumentar os nossos vícios, relaxar os nossos costumes, fazer perigar o nosso futuro. Por isso, ele, que era um liberal,

¹²⁸ Ibid.

combateu a República, que nos arrastou para o enfraquecimento, o desgoverno e o desbribo”.¹²⁹

Essa visão de confronto entre o projeto de nação do Império e as Repúblicas hispânicas assumido pelos intelectuais monarquistas e pelo IHGB justifica a grande preocupação da fragmentação do país difundida por muitos deles após a Proclamação da República. Arinos compartilhava desse temor, mas diferentemente de outros monarquistas, analisou de forma mais positiva as experiências dos países vizinhos, estimulando um novo momento de valorização do espírito americano.

Quando assume assento na Academia Brasileira de Letras, em 1903, Arinos ocupa exatamente a vaga de Eduardo Prado, que falecera em 1901. No seu discurso inicial na Academia, Arinos faz referências a Eduardo como intelectual e homem público e defende, mesmo contradizendo com sua posição, a postura intelectual assumida por Eduardo em *A Ilusão Americana* de oposição a aproximação entre Estados Unidos e Brasil. Afirma o autor: “Ora, haveis de compreender, meus Senhores, que dado esse temperamento de Eduardo, dado esse amor pela história e a tradição brasileira, ele se revoltasse contra o desprezo da história e da tradição, contra o desprezo dos velhos costumes, a queda das instituições anglo-saxônicas da América do Norte ao nosso país”.¹³⁰

Outras duas características de Eduardo Prado são destacadas por Arinos no discurso, seu monarquismo e seu amor pelo Brasil. Segundo Arinos:

¹²⁹ FRANCO, 1969, p. 682, nota 97.

¹³⁰ Id. **Discursos acadêmicos**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005, p. 141-160. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/media/Tomo%20I%20-%201897%20a%201919.pdf>>. Acessado em: 12 de agosto de 2009.

O seu monarquismo não era, assim, o que superficialmente, ou, segundo os nossos hábitos, por indolência de indagar as causas, chamaram esnobismo, excentricidade elegante, originalidade literária; não era também político, segundo a acepção da palavra nas palestras, nos parlamentos e nas gazetas; era mais alto, mais filosófico, mais fundamente social: era o amor à nacionalidade brasileira.¹³¹

Também valoriza seu nacionalismo afirmando que Eduardo Prado foi “[...] no seu cosmopolitismo, no seu variado conhecimento de tantos povos e tantas línguas, um amigo sincero e estremecido não só do Brasil, mas do brasileiro”¹³². Seu tradicionalismo, seu apego ao passado, é explicado pela percepção do excesso de liberalismo e o perigo da destruição dos poucos elementos definidos da nossa nacionalidade, incluindo a ameaça de absorção de elementos anglo-saxões, o que justificaria sua defesa do afastamento dos Estados Unidos.

Na parte final do artigo, o autor faz uma exaltação de Cristóvão Colombo. Afirma ele:

As descobrir do Novo Mundo, não só como grande vulto histórico, cuja projeção se estende ao infinito, mas principalmente como exemplo de caráter, de honradez, de perseverança e de trabalho, em nome da mocidade mineira, eu o abençoô – mártir, eu o glorífico – gênio.¹³³

Cristóvão Colombo representa para Arinos, antes de tudo, o símbolo do heroísmo e da aventura, o herói, o mártir, um elemento indispensável em todas as nacionalidades e no fundo o primeiro criador da América, aquele sem o qual jamais existiriam as nacionalidades americanas. Cristóvão Colombo representa para ele o grande bandeirante, aquele que, como o daqui, expandiu os limites da colonização.

¹³¹ Ibid.

¹³² Ibid.

¹³³ FRANCO, 1969, p. 629, nota 97.

De volta da sua primeira viagem à Europa e já residindo em São Paulo na função de editor do jornal *O Comércio de São Paulo*, Arinos escreve um artigo datado de 14 de julho de 1897 tratando da Revolução Francesa, com o título de *14 de Julho*. Antes de tratar da Revolução, o autor concentra suas análises na simbologia criada com a Queda da Bastilha.

A tomada e destruição da grande prisão, mais do que um fato revolucionário tornou-se o marco de uma era, o símbolo maior de um processo revolucionário que pregava o fim dos absolutismos despóticos e a introdução de novos valores de igualdade, fraternidade e liberdade. Contudo, para Arinos a queda da Bastilha é mero símbolo produzido pelos revolucionários. Como acontecimento marcante para o processo revolucionário, o autor destaca no artigo outros fatos que teriam merecido maior destaque. Segundo ele:

Mas a tomada da Bastilha é um símbolo. O fato em si é de somenos importância. Muito mais glorioso seriam as datas de 5 de maio – a abertura dos Estados Gerais; o 17 de julho – transformação dos Estados Gerais em Assembléias Nacionais; sobretudo, o 20 de junho – o juramento do jogo da Pela – e o 4 de agosto, em que foram suprimidos os privilégios feudais e se fez gloriosa e inesquecível “Declaração dos Direitos do Homem”.¹³⁴

Essa construção simbólica da Revolução Francesa acaba por configurar uma trajetória quase teatral para os acontecimentos, na visão do autor. Abandonar a visão mítica sobre o processo revolucionário e realizar uma leitura crítica dos acontecimentos é o caminho para a verdadeira interpretação do 14 de julho de 1789 e o objetivo de Arinos no artigo. Desmistificar o processo passa primeiramente por uma releitura dos personagens. Não se deveria visualizar as grandes figuras da revolução nem como heróis nem como demônios: “[...] são simplesmente homens, arrastados por

¹³⁴ Ibid., p. 635.

acontecimentos cuja corrente eles não puderam soffrear, dominados como estavam pela cegueira e a febre de eventos sem paralelo na época em que viveram”.¹³⁵

Essa releitura passa pelo abandono de interpretações do que chama de “historiadores fantasistas”, que tentam pintar a revolução como uma representação teatral. Sem dramatizações, “[...] aquele período aparecerá mais verdadeiramente dramático em seu desenvolvimento e em sua importância, menos teatral e menos encenado. [...] um grande drama da vida real”.¹³⁶

É importante colhermos do autor essa interpretação menos apaixonada, caminhando para uma visão que valoriza a Revolução, mas sem mistificar seus acontecimentos. Os acontecimentos que seguiram a Revolução Francesa, com o período do Terror e a Era Napoleão, por si já justificam uma visão mais prudente. O autor afirma: “E a França de hoje [1897] é a mesma França aristocrática e centralizada, tendo um presidente que é um monarca eleito, com um período de sete anos de governo, renovável pela constituição”.¹³⁷ Como não poderia ser diferente, Arinos desqualifica o fruto republicano e democrático da Revolução, mantendo seus ideais monárquicos.

Contudo, finaliza o artigo demonstrando qual seria a grande contribuição da Revolução Francesa, simbolizada pela Queda da Bastilha. Segundo ele:

Podem, pois, os franceses simbolizarem na tomada da Bastilha sua grande revolução. Não é, porém, o despotismo dos reis, somente, cujo fim a derrocada da sombria prisão de Estado representa; é também o fim da Fronda, da Comuna, da setembrizada; é o fim de todos os despotismos – sejam eles de assembléa, do povo ou dos reis. É o império da lei e da justiça, da razão e da liberdade.¹³⁸

¹³⁵ Ibid., p. 635.

¹³⁶ Ibid., p. 635.

¹³⁷ Ibid., p. 636.

¹³⁸ Ibid., p. 636-637.

Os revoltosos implantaram o domínio da lei, através da Constituição. Para o bem ou para mal, é um ganho para as sociedades mundiais. Por mais utópica que fosse, a busca pela igualdade, liberdade e fraternidade seria um caminho inspirador para outros países, não só na Europa.

No mesmo ano de 1897, Arinos publica dois artigos no jornal *Comércio de São Paulo* com memórias sobre D. Pedro II. O primeiro datado de 02 de dezembro com o título *Dois de Dezembro: Aniversário Natalício de D. Pedro II* e outro datado de 05 de dezembro intitulado *Dom Pedro II*. Essas duas datas são importantes por marcarem o aniversário de nascimento e morte, respectivamente, de D. Pedro II. Embora representando significados simbólicos distintos, ambos os artigos se confundem na valorização do Império e de seu governante, contrastando com a recém criada República.

A visão apresentada no primeiro artigo é a valorização do período imperial como o gerador do desenvolvimento brasileiro e o responsável para unidade nacional. Além disso, constrói uma imagem generosa e quase de piedade do antigo imperador frente aos acontecimentos que o levaram ao exílio. Tratando de sua morte, Arinos apresenta alguns fatores que teriam contribuído para acelerar o fim da vida do Imperador:

O desgosto profundo que lhe abalou a alma, quando, há oito anos, o expulsou do Brasil o motim dos quartéis; a agravação conseqüente de sua saúde de velho, gasta abnegadamente, durante mais de meio século, em serviços inolvidáveis a terra da pátria; e, mais, a ingratidão com que muitos retribuíram os benefícios de que seu coração fora sempre pródigo – tudo concorreu para apressar o fim daquela vida por tantos títulos preciosa.¹³⁹

¹³⁹ Ibid., p. 649-650.

Fica claro nessa passagem o caráter de vítima com que Arinos atribui à queda do Império e o exílio de seu representante. Mesmo vítima, o autor salienta que nunca levantou o imperador palavras ofensivas contra o povo ou à pátria brasileira, até mesmo contra os republicanos, para os quais teria dirigido apenas lástimas do ocorrido e do caminho assumido. A valorização e a imagem que constrói de D. Pedro II também tem um pouco de místico, de mártir.

Contrapondo com o desenvolvimento alcançado pelo Brasil Império, seus grandes personagens da literatura como José de Alencar, Gonçalves Dias, sua indústria e lavouras, o autor critica a República: “Que nos deu até agora, em oito anos, a bandeira marca-cometa? A pobreza, o descrédito, o ódio e o luto”.¹⁴⁰ E termina o artigo acreditando que um dia será possível erguer uma estátua do Monarca numa praça pública para a glorificação daquele que “[...] a saudade indelevelmente gravou no nosso coração”.¹⁴¹

O segundo artigo segue a mesma linha interpretativa do primeiro e inicia com uma ratificação da posição monarquista assumida pelo autor e pelo jornal no qual trabalhava, *Comércio de São Paulo*. Afirma ele:

Não é simplesmente como monarquista, nem como brasileiros, que prestamos esta homenagem cívica a quem, tendo governado este País [sic] meio século, morreu limpo do sangue de seus concidadãos, imáculo da ganância, do egoísmo interesseiro, da ambição de arranjar pecúlio para encarar desassombrado os diversos lances da vida”.¹⁴²

A exaltação da figura do imperador prossegue e assume o principal foco do texto: “D. Pedro II foi a irradiação olímpica das virtudes cristãs, tão fugidas, tão

¹⁴⁰ Ibid., p. 651.

¹⁴¹ Ibid., p. 651.

¹⁴² Ibid., p. 652.

longínquas agora, que as consideramos apenas como eco de antigas baladas, como suave perfume de um passado distante, como a miragem fugaz [...]”.¹⁴³ Além da construção de uma simbologia mística sobre o imperador, essa passagem serve para ilustrar, como tantas, um dos principais aspectos do pensamento de Afonso Arinos, que seria a exaltação e defesa da monarquia e a crítica à República. Essa posição praticamente simplifica *grosso modo* o ideário político do autor.

Seguindo essa linha de análise sobre o Império, Arinos escreve um artigo datado de 18 de maio de 1898 em memória e homenagem a André Rebouças, engenheiro e abolicionista que teve forte influência junto à D. Pedro II, chegando a exilar-se juntamente com a família real em solidariedade quando da Proclamação da República. Arinos exalta a figura de Rebouças e sua ação em prol da Família Real. Escrevendo para o *Comércio de São Paulo* ele afirma: “O Comércio de São Paulo rende a derradeira homenagem ao brasileiro que, num transe doloroso da vida nacional, personificou a gratidão e a lealdade do povo para com a Família Imperial banida”.¹⁴⁴

Para Arinos, a atitude do engenheiro em favor da já extinta Corte é louvável e serviria para limpar a honra do povo brasileiro frente à injustiça cometida no dia 15 de novembro. Seu ato deveria merecer constante destaque, para que sua memória não fosse esquecida e seu gesto honroso não se perdesse no novo tempo republicano. André Rebouças representa para Arinos a ação utópica de gratidão que desejava ver em todo o povo brasileiro, um gesto de lealdade. É apresentado como um importante engenheiro e defensor das idéias abolicionistas, e, acima de tudo, um defensor da democracia, princípio que contribuiu para sua decisão. Contudo, Arinos salienta que

¹⁴³ Ibid., p. 652.

¹⁴⁴ Ibid., 653.

Rebouças não era republicano, mesmo defendendo idéias democráticas. A valorização desse personagem histórico por parte do autor certamente sofre influências de seus preceitos monarquistas.

No dia 20 de maio de 1898, Arinos escreve um artigo também para o *Comércio de São Paulo* intitulado *1498-1898: o 4º centenário da expedição de Gama as Índias*, tratando das festividades que tomaram conta de Portugal para celebrar os 400 anos da descoberta das novas rotas marítimas. Arinos celebra os acontecimentos não em memória de Vasco da Gama, mas numa valorização das ações decorrentes da celebração, que em sua visão, estariam resgatando princípios nacionais e fortificando a Pátria Portuguesa. Ele afirma:

Estamos agora assistindo alguma coisa de semelhante a ressurreição de um grupo humano. [...] Revivem as caravelas, revivem os heróis e os marujos, revivem as mesmas dores, a mesma ânsia – misto de ambição, de saudade e de esperança, com que o povo de 1497 assistia da praia a partida da expedição. Não ruas ajeitam flâmulas com as cores da pátria [...]” .¹⁴⁵

Além da valorização da nacionalidade portuguesa, o que já seria um aspecto importante do texto sobre o âmbito da defesa das identidades nacionais e das nações, Arinos visualiza esses acontecimentos de resgate da memória portuguesa praticamente como parte integrante da história do Brasil. Mesmo após a Proclamação da República, o autor defende laços históricos que jamais poderiam ser desfeitos. Os heróis de lá se confundem ou se misturam com os heróis daqui e a apoteose portuguesa é “[...] a apoteose de nossa raça”,¹⁴⁶ numa clara menção a importância portuguesa para a história brasileira e sua nação em formação.

¹⁴⁵ Ibid., p. 656-657.

¹⁴⁶ Ibid., p. 658.

Outro artigo importante constante no livro *Notas do Dia* diz respeito ao período presidencial de Prudente de Moraes, tendo o título de *1894-1898*, datado de 15 de novembro de 1898, aniversário da República e último dia de seu mandato. “Quem desce hoje do Poder é mais uma vítima da República” afirma Arinos.¹⁴⁷ Sendo o primeiro presidente civil do Brasil, precedido pelos militares Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, respectivamente, Arinos apresenta um presidente que assume um posto ainda repleto de lembranças militares, chegando a ser quase um “hóspede indesejável”. Segundo ele:

O Palácio Itamarati tressuava o cheiro acre dos quartéis; por toda a parte espadas que se arrastavam, carabinas cujas coronhas batiam ameaçadoramente no solho [sic], soldados dormindo aqui e acolá, espichados nos bancos, marmitas pelos cantos, toques ansiados de clarim.¹⁴⁸

Na visão do autor, esse ambiente hostil influenciou nas ações de governo tomadas pelo presidente:

O pobre Presidente a paisana era como uma sombra errante, [...] o manifesto inaugural do novo presidente revelava bem não só o estado apreensivo de seu espírito, como o estado das coisas em geral. Foi uma peça fria, banal, em que o Sr. Prudente tomava como modelo o presidente anterior, cuja rota prometia seguir. É justo, porém, acrescentar que naquela época S. Ex.^a não se sentia com forças para agir de outro modo.¹⁴⁹

Mesmo resolvendo a questão federalista no Rio Grande do Sul, em 1895, Arinos afirma que seu governo era quase que exclusivamente de expediente, sem grandes atos e o maior ato de seu governo foi o enfrentamento à Guerra de Canudos e os desdobramentos que ela trouxe. A demora em resolver a situação, juntamente com as

¹⁴⁷ Ibid., p. 669.

¹⁴⁸ Ibid., p. 669.

¹⁴⁹ Ibid., p. 669.

notícias de que se tratava de um levante monarquista, somado a um governo repleto de militares insatisfeitos, gerou uma situação de caos na capital:

A mazorca [sic] apossou-se da capital da República, que esteve três dias sem governo, entregue ao saque e aos motins, no meio das cenas cobardes e mais cruéis de assassinatos e empasteladores, dizendo que aquilo tudo era justo sentimento de tristeza e de indignação do povo pelo desastre que enlutava a República.¹⁵⁰

Após o atentado que sofrera em 5 de novembro de 1897 durante uma cerimônia militar, que acabou por vitimar seu Ministro da Guerra Marechal Bittencourt, importante figura para a vitória do governo na Guerra de Canudos, Arinos afirma que seu governo se pautou na repressão aos opositores e em buscar contornar uma grave situação financeira pela qual passava o país, fruto de heranças do governo Floriano Peixoto e dos gastos militares com Canudos.

Finalizando o artigo, Arinos faz uma referencia especial ao presidente afirmando que “[...] o Sr. Prudente foi humano, e se nem sempre foi justo, pode ao menos ter o consolo que confortava o espírito do grande pontífice Gregório VII, ao morrer no exílio: - mostrou amar a justiça”.¹⁵¹ Essa passagem é significativa por se tratar de um monarquista se referindo a um representante do republicanismo recentemente criado. Além disso, foi o presidente que ordenou a ação contra Canudos, contestada pelo autor tanto no livro *Os Jagunços* quanto no artigo *Campanha de Canudos: o epílogo da guerra*. Uma outra leitura que podemos fazer dessa visão de Arinos sobre Prudente de Moraes é analisar sob o ângulo de se tratar do primeiro civil a ocupar o cargo, rompendo com um período que poderíamos chamar de “anti-democrático”, ocupado pelos militares, da qual o autor já demonstrou ser completamente contrário.

¹⁵⁰ Ibid., p. 672.

¹⁵¹ Ibid., p. 674.

Finalizando a análise desse artigo, uma passagem descrita pelo autor parece sintetizar com clareza o período de governo de Prudente de Moraes, no que diz:

[...] de todos os governos o da população é o mais sanguinário e o dos soldados o mais dispendioso: pois nós tínhamos, ao mesmo tempo, governo da população e o governo de soldados, ou alguma coisa pior do que qualquer deles e vem a ser os dois fundidos nestes – o governo da população fardada, isto é, o governo dos “patriotas”.¹⁵²

O que vislumbramos ao analisarmos esses artigos de Afonso Arinos foi apresentarmos aspectos importantes de seu pensamento, uma vez que o autor escreve sobre diversos assuntos. Buscamos compreender com mais precisão suas posições e idéias que levam a formação de uma literatura nacional pautada na defesa da identidade nacional e a formação da nação brasileira valorizando o sertanejo, o homem do interior, alheio às tendências européias que norteavam as populações e os intelectuais das principais cidades brasileiras.

Arinos compartilha da visão imperial, mas destoa em alguns aspectos, como a posição do sertão dentro do projeto nacional e a relação com as demais repúblicas hispânicas. Já caminhando para uma perspectiva nacionalista, ele valoriza o homem do sertão como potencial para a nova nação. O sertanejo precisa ser incorporado e não exterminado, como a República fez em Canudos e que ele denunciará como veremos no próximo capítulo, questionando inclusive a existência da barbárie no sertão.

Arinos valoriza também aspectos como valentia e generosidade no sertanejo, necessários para a nação. A nação “cultural” ganha um relevo maior, não tão dependente do Estado como em Taunay. Assim, os letrados têm o papel de desvelar

¹⁵² Ibid., p. 670.

os potenciais da nação e não de agir acima dela, como uma razão superior. A nação precisa ser amadurecida e não apenas controlada, pois a unidade não pode ser feita apenas pela razão de Estado, mas sim de uma reforma nacional mais profunda, que assimile e nacionalize as populações sertanejas e revele todo o seu potencial.

São essas posições específicas sobre o sertão e o sertanejo que veremos no capítulo seguinte, com a análise que Arinos faz da Guerra de Canudos e da ação do Estado Republicano.

4 OS JAGUNÇOS: O SERTANEJO E A GUERRA DE CANUDOS

O livro *Os Jagunços*, cujo subtítulo é *Novela Sertaneja*, foi publicado em 1898, sob encomenda do jornal *O Comércio de São Paulo*, do qual Afonso Arinos era editor. Antes, porém, muitos dos seus capítulos já haviam saído em forma de folhetim no mesmo jornal. O livro retrata a Guerra de Canudos, que mobilizara todo o país e que teve seu fim no ano de 1897. Embora seja um romance, o livro é um retrato crítico tanto da Guerra como da vida dos sertanejos, e misturando ficção, com a construção de personagens e a forma de romance na escrita, e fatos verídicos tanto do cotidiano no sertão quanto da guerra.

Um dos pioneiros na abordagem do tema da Guerra, o livro de Arinos ficou um tanto quanto relegado, havendo apenas uma edição com pouco mais de 100 exemplares. Somente no ano de 1969 o livro ganha nova versão, sendo inserido na publicação da *Obra Completa* do autor pelo Instituto Nacional do Livro. Segundo Tristão de Athayde “[...] o romance é longo demais, sem unidade de fatura ou de narrativa e freqüentemente dessaborrido, revelando quase sempre a composição apressada para folhetim [...]”.¹⁵³ Porém, pontua ainda o autor, “[...] tem, no entanto, boas partes de vivacidade e pitoresco, especialmente na primeira parte, e algumas outras fortes, de comoção e brilho, na parte final. Merecia ser refundido [...] pois encerra muita coisa interessante, que é pena perder-se nessa restrita edição de 100 exemplares [...]”.¹⁵⁴

¹⁵³ ATHAYDE, 1981, p. 73.

¹⁵⁴ Ibid., p. 73.

A Guerra de Canudos despertou um forte interesse em Arinos, visto que antes mesmo da publicação de *Os Jagunços*, logo após o fim da Guerra, ele escreveu um importante artigo denominado *Campanha de Canudos: o Epílogo da Guerra*, publicado no jornal que trabalhava no dia 09 de outubro de 1897. No artigo, Arinos expressa diretamente algumas posições sobre o conflito e sobre o sertanejo, percebidas durante todo o livro, e que nos ajudarão na análise que propomos fazer.

Pelo imenso sucesso que alcançou, o livro *Os Sertões* de Euclides da Cunha acabou por monopolizar as atenções sobre a temática da guerra e do afloramento da figura esquecida do sertanejo, mesmo tendo sido lançado em 1902, portanto, cinco anos após o de Afonso Arinos. Uma das causas apontadas para esse sucesso de crítica é a nova forma de abordagem buscada por Euclides, tendendo mais para o cientificismo em contraposição aos traços do romantismo, embora a descrição sempre mais romantizada seja bem clara no livro, se comparado com a descrição dos fatos em suas matérias enviadas para o jornal *Estado de São Paulo*. Como salienta Abreu, se referindo ao sucesso da obra de Euclides da Cunha:

O livro do engenheiro Euclides da Cunha se tornaria um divisor de águas, um marco no processo de cientificação. Símbolo de uma proposta de literatura científica, só foi destronado no final da década de 1930, quando uma nova sociologia começou a ser produzida no país. Até então, permaneceu como modelo de boa ciência associada à literatura.¹⁵⁵

Entretanto, a aceitação sem ressalvas de categorizar Euclides da Cunha pelo cientificismo e Afonso Arinos como literato romancista pode mostrar-se problemática.

¹⁵⁵ ABREU, R. O livro que abalou o Brasil: a consagração de *Os Sertões* na virada do século. **História, Ciências e Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5 (suplemento), p. 93-115, 1998b. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59701998000400006&script=sci_arttext&lng=pt. Acessado em: 22 de junho de 2007.

Como bem salienta Ricardo de Oliveira, Euclides é um autor de múltiplas interpretações e possuiu uma fase de produção de caráter romântico:

O jovem Euclides da Cunha ajusta-se perfeitamente ao que se discute sobre o Romantismo de raiz rousseauiana, tanto no que se refere à sua nostalgia da natureza, idealizando harmonia e paz com o mundo natural, mas também quanto ao tom declamatório, muito comum aos padrões estéticos do romantismo.¹⁵⁶

Nos textos desse período, o jovem Euclides já trabalha a perspectiva de sertão. Contudo numa lógica de paraíso, um lugar de pureza e refúgio, que nada tem a ver com o sertão que ele encontrou na chegada a Belo Monte e que vai reproduzir em *Os Sertões*. Um lugar de deserto, isolado, agreste e ignoto. Segundo Roberto Ventura “[...] sertão é, para Euclides, tudo aquilo que está fora da escrita da história e do espaço da civilização: terra de ninguém, lugar da inversão de valores, da barbárie e da incultura [...]”.¹⁵⁷ É essa imagem que encontramos em *Os Sertões*.

A própria visão de Euclides sobre a Guerra de Canudos, o sertanejo e o sertão foi sendo modificada com o decorrer do conflito. Parte da negação e depreciação dos sertanejos, cunhada pelas teorias raciais que defendia, para uma exaltação e defesa desses mestiços até então esquecidos e relegados. Ainda segundo Oliveira, em algumas partes de *Os Sertões* nota-se “[...] gigantesco esforço de subverter as teses científicas que negavam qualquer possibilidade de avaliação positiva sobre o

¹⁵⁶ OLIVEIRA, Ricardo de. Euclides da Cunha, *Os Sertões* e a invenção de um Brasil profundo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 44, v. 22, p. 511-537, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n44/14010.pdf>>. Acessado em: 26 de fevereiro de 2008.

¹⁵⁷ VENTURA, Roberto. Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5 (suplemento), p. 133-147, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000400008>. Acessado em: 03 de Maio de 2008.

fenômeno do cruzamento de raças [...]”,¹⁵⁸ sem o qual não seria possível fazer a defesa do sertanejo. De qualquer forma, afirma Oliveira “[...] a narrativa de Os Sertões está completamente mergulhada nos pressupostos do cientificismo [...]”.¹⁵⁹

A teoria de raça que teve bastante impacto no Brasil do final do século XIX e início do século XX não possuía uma definição unívoca entre os pensadores. Contudo, embora não houvesse uma noção claramente definida e única, alguns pontos são comuns e levam a interpretação da palavra como um conjunto de valores morais, intelectuais e físicos inatos, comuns a determinados grupos humanos, valores estes transmitidos de maneira hereditária, como bem aponta Hilton Costa.¹⁶⁰ Assim, determinaria a capacidade de desenvolvimento do indivíduo e da população como um todo.¹⁶¹ Intelectuais como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha caminham, de formas diferentes, por essa vertente. Euclides mistura aspectos do determinismo geográfico, principalmente Buckle, com as teorias da seleção natural de Darwin e Spencer. Dá ênfase então na questão da adaptabilidade ao meio.

Tanto para Euclides quanto para os demais adeptos das teorias raciais, a constatação do brasileiro como povo mestiço criava um impasse, haja vista não ser o mestiço uma raça, mas o resultado do cruzamento entre raças. Assim, o problema da mestiçagem no Brasil leva a produção de um novo problema. Muitos intelectuais, como Nina Rodrigues, enxergaram nessa característica nosso maior problema. Do mesmo modo que Euclides, até então compartilhando desse mesmo ponto de vista, buscar a

¹⁵⁸ OLIVEIRA, op. cit., p. 523, nota 156.

¹⁵⁹ Ibid., p. 519.

¹⁶⁰ COSTA, Hilton. **Horizontes raciais**: a idéia de raça no pensamento social brasileiro – 1880 – 1920. 2004, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14074/000426320.pdf?sequence=1>>. Acessado em: 23 de agosto de 2009.

¹⁶¹ Ibid.

diferenciação do mestiço do sertão e do mestiço do interior para criar uma exceção à regra que defendia. Já em Arinos, o sertanejo mestiço é visto de forma positiva, descaracterizado da condição de exceção.

A obra *Os Jagunços* de Afonso Arinos, embora seja caracterizada como um romance, apresenta partes de extrema racionalidade, base do cientificismo. Como exemplo, temos as passagens em que ele trabalha a questão do líder e da massa, buscando entender a liderança exercida pelos chefes do exército e pelo próprio Conselheiro, assunto que trataremos adiante. Há nessas passagens fortes inspirações teóricas e científicas, que mesmo sem deixar citações ou referências, nos levam a pensar na inspiração de teorias da psicologia das massas que foi bastante difundida entre os intelectuais do final do século XIX, com autores como Gustave Le Bon. Esses pontos salientam a obrigação de relativizar essa polarização cientificista versus romântico.

Pontuando ainda sobre os dois autores, segundo Lúcia Lippi Oliveira, “Euclides da Cunha pode ser identificado como aquele que realiza uma inversão na compreensão do sertão no seu tempo. Em sua obra, o sertanejo é retrógrado e não degenerado. Seu atraso se deve ao abandono a que foi relegado e não aos condicionamentos e determinações de ordem genética”.¹⁶² Já Afonso Arinos é apresentado pela autora como representante do regionalismo/ conto sertanejo, um adorador de tudo o que é

¹⁶² OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5 (suplemento), p. 195-215, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59701998000400011&script=sci_arttext&lng=pt>. Acessado em; 22 de junho de 2007.

brasileiro e o autor que “[...] comandou o movimento de redescoberta do Brasil popular, folclórico, regional [...]”.¹⁶³

Para uma interpretação além de um adorador das coisas do Brasil, entendemos o livro de Afonso Arinos como um grande marco na abordagem valorativa do sertão e do sertanejo como expressão nacional, entendendo que devido à exclusividade de análises voltadas para *Os Sertões*, pouco se valorizou e se buscou compreender *Os Jagunços*. Além disso, essa obra deixa clara a forma como Arinos via o sertão e o sertanejo, dentro de sua perspectiva monarquista.

Duas posições constantemente apontadas no livro de Euclides, que seriam a negação de uma intenção restauradora como propósito do movimento de Canudos e o destaque para as injustiças cometidas contra o povo sertanejo, estão presentes no livro de Arinos, que “[...] vai reafirmar essas duas idéias centrais, nisso antecipando por alguns anos o sentido geral do livro de Euclides [...]”.¹⁶⁴

Além disso, um outro fato que chama a atenção na obra que estamos nos atendo é uma proximidade na abordagem de Afonso Arinos e de Euclides da Cunha sobre Canudos, inclusive com descrições das mesmas cenas de guerra. Como questiona Galvão: “[...] ou Euclides se utilizou de *Os Jagunços* como mais uma das muitas fontes em que baseia seu trabalho, sem citá-lo, ou tanto Euclides como Arinos se serviram de uma outra fonte que deixou nas obras de ambos uma mesma e inconfundível marca [...]”.¹⁶⁵ Como não há registro de uma fonte consultada comum, nem referências num e no outro autor, permanece, pelo menos no momento, o primeiro questionamento

¹⁶³ Ibid.

¹⁶⁴ GALVÃO, W. Nogueira. **Saco de gatos**: ensaios críticos. São Paulo: Duas Cidades, 1976, p. 77.

¹⁶⁵ Ibid., p. 78.

proposto por Galvão. Fora isso, o fato é que essas similaridades entre as obras só fazem por encher ainda mais de significado a análise do livro de Afonso Arinos.

Definitivamente Canudos é um marco na história do Brasil e um ponto importante na discussão sobre nação e nacionalidade brasileira, trazendo à tona uma parte do país até então relegada, da qual a partir daquele momento não se podia esquecer novamente. Segundo Athayde: “[...] quando se cogitar de descobrir o fecho dos dois séculos, o ponto simbólico onde termina a política de formação para se iniciar a política de integração, não duvido que Canudos seja esse ponto de referência [...]”.¹⁶⁶ E foi Afonso Arinos um dos primeiros escritores a chamar a atenção de todos para a importância do movimento de Canudos na formação social brasileira, em seu artigo de 09 de outubro de 1897. Segundo ele:

Essa luta deveria merecer a atenção dos publicistas, para ser estudada, não simplesmente na trágica irrupção e no desenvolvimento, mais em suas origens profundas, como um fenômeno social importantíssimo para a investigação psicológica e o conhecimento do caráter brasileiro.¹⁶⁷

O livro *Os Jagunços* é dividido em duas partes e que cada parte é composta por vários capítulos. A primeira parte é a das descrições, onde Arinos apresenta os personagens e o cenário em que ocorrerá a Guerra. Descreve o jagunço, o missionário, traços do sertão e transmite uma série de elementos importantes para a plena compreensão do episódio. Na segunda parte, há o relato da construção do Arraial e da Guerra em si.

¹⁶⁶ ATHAYDE, 1981, p. 52.

¹⁶⁷ FRANCO, 1969, p. 644, nota 97.

4.1 OS JAGUNÇOS: PRIMEIRA PARTE

A primeira parte do livro é dividida em quatro capítulos. O primeiro começa relatando uma atividade religiosa de penitência chamada “encomendação de almas”, uma procissão de fé e de sacrifícios, que pelas falas dos personagens aparentava ser muito característica do sertão. Homens, mulheres e crianças cantavam e rezavam em voz alta, peregrinando como uma via cruceis, flagelando-se a rezar pelas almas. Há na narrativa uma descrição clara do ritual:

Vestiam uma alva, apertada à cintura por um grosso torçal branco. As mangas, porém, pendiam para trás e o tórax aparecia à luz dos archotes lustroso e nu. As costas, sarjadas pelas pontas do açoite, pingavam sangue. [...] eram eles próprios, os penitentes, que se flagiciavam com açoite prostrados em terra, cortando as costas a pancadas rítmicas, no meio de apelos freqüentes de piedade e de perdão, entre gritos desconformes de angústia e de dor.¹⁶⁸

Quem se depara com esse ritual é o jagunço Luís Pachola, personagem central da narrativa, e seu patrão, João Joaquim. Embora o tema central desse primeiro capítulo seja a demonstração do ritual de encomendação, há nele outros elementos interessantes de serem destacados e importantes no contexto da obra.

É importante salientar a utilização durante toda a obra da categoria de “jagunço” em detrimento à “sertanejo”, uma vez que, muito em decorrência da Guerra de Canudos, o termo “jagunço” era empregado de forma pejorativa por boa parte dos intelectuais, que visualizavam uma diferenciação entre os dois termos: “[...] o ‘sertanejo’

¹⁶⁸ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Os Jagunços. In: _____ . **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969, p. 126.

era um tipo do sertão; o ‘jagunço’, um sertanejo degenerado [...]”.¹⁶⁹ Entretanto, Arinos não sinaliza essa distinção e os entende como quase sinônimos, empregando o termo “jagunço” para representar o homem do sertão, e, como tônica do livro, sempre com uma conotação valorativa.

A primeira frase do livro é “[...] a noite caíra tristemente naquele pouso solitário”. Essa idéia de tristeza é muito característica do pensamento da época sobre a vida no sertão, pensando sertão como interior. Em alguns autores com visões negativas sobre o sertanejo, a tristeza aparece associada ao “atraso” que sua vida simples representava, num paralelo com as grandes cidades.

Paulo Prado realizou um dos mais importantes trabalhos a respeito da tristeza do povo brasileiro. Na obra *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*, cuja primeira edição data de 1928, ele fará uma condenação do passado colonial brasileiro e suas tradições enraizadas na sociedade da época. O que o leva a ter uma visão pessimista sobre o futuro do Brasil, pregando uma ruptura total com o passado do país. Dizia Paulo Prado “[...] por esse povo já gafado do germe de decadência começou a ser colonizado o Brasil [...]”,¹⁷⁰ numa crítica à herança portuguesa. Para o autor, a história do Brasil é o desenvolvimento desordenado de duas obsessões que seriam o sensualismo e a paixão pelo ouro, que deixaram marcas profundas no caráter brasileiro: “Na luta entre esses apetites – sem outro ideal, nem religioso, nem estético, sem nenhuma preocupação política, intelectual ou artística – criava-se pelo decurso dos séculos uma raça triste [...]”.¹⁷¹

¹⁶⁹ ABREU, 1998a, p. 120.

¹⁷⁰ PRADO, 2002, p. 65.

¹⁷¹ Ibid., p. 66.

Contudo, segundo Dourado¹⁷² a noção de tristeza brasileira proposta por Paulo Prado não sintetiza um estado de debilidade, de falta de euforia ou entusiasmo. Muito menos pretende alardear a caracterização da tristeza como tendência para a preguiça, a indolência e a ociosidade no caráter do povo brasileiro. A tristeza presente em *Retrato do Brasil* trata-se mais da desorganização da vontade, ou abulia como utiliza o autor.

De acordo com Emília Prado “[...] pode-se compreender essa tristeza não apenas como sendo um estado d’alma, mas sim a representação da ausência, na sociedade brasileira, do espírito empreendedor que caracterizava os povos anglo-saxões [...]”.¹⁷³ Em tese, falta ao povo brasileiro na visão de Paulo Prado o espírito empreendedor, tão presente nos centros europeus e nos Estados Unidos. Essa visão de tristeza de Paulo Prado não parece em sintonia com a utilização do mesmo termo focado especificamente para o sertanejo e para o sertão.

A alusão que Afonso Arinos faz da tristeza, mais claramente compreensível pela obra em si, parece menos carregada de determinantes. Em primeiro lugar, não podemos perder o foco de que a proposta de escrita de *Os Jagunços* é um romance, onde esse tom melancólico na caracterização do ambiente pode ser propício, principalmente na parte inicial de uma obra. Além disso, o termo tristeza parece extremamente ligado ao “pouso solitário” do personagem Luiz Pachola, que carrega suas angústias amorosas e sua eterna solidão. A tristeza se caracteriza, nesse ponto, muito mais como um ingrediente na caracterização do cenário e da personalidade

¹⁷² DOURADO, Maria Cecília. **A genealogia da tristeza**: Paulo Prado e o ensaio sobre a formação da nacionalidade brasileira. 1996, Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996, mimeo.

¹⁷³ PRADO, M. Emília. Leituras da colonização portuguesa no Brasil do século XX. **Revista Intellectus**, Rio de Janeiro, ano 5, v. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano5n1/Texto%20de%20Maria%20Emilia%20Prado.pdf>>. Acessado em: 20 de fevereiro de 2008.

específica do personagem, que propriamente um indicativo de característica do sertanejo ou do sertão.

Ao descrever o rancho onde pousaram Luis Pachola e seu patrão e onde se depararam posteriormente com o ritual de encomendação, Afonso Arinos deixa clara sua visão de um sertão abandonado e da força e resistência do jagunço sertanejo, único capaz de viver e vencer essas adversidades. Ao falar do caminho para se chegar ao rancho, ele afirma “[...] já de muito tempo não passavam por aí os carreiros, tão esburacada andava a estrada. Sós, os viajantes escoteiros, montando animais bem ferrados e nutridos, podiam vencer aqueles carrascais ingratos”.¹⁷⁴

Mais adiante no texto, ainda no capítulo primeiro, o autor faz uma descrição física do sertanejo, ao descrever como era o jagunço Luís Pachola:

O chapéu desabado na nuca e levantado na frente, dava-lhe ao semblante um tom frisante de audácia e bravura. De altura pouco mais que mediana, peito protraído, olhos encovados e negros, num rosto oval e moreno, a barba rala nas faces formava no queixo um capucho basto, que, sob um bigode cheio, lhe dava ao todo um quê de mosqueteiro das guardas reais de outrora.¹⁷⁵

Tomando-se por base que Luís Pachola é o personagem que vai percorrer toda a narrativa, portanto um tipo representativo proposto pelo autor, podemos sim considerá-lo como um modelo típico de sertanejo, generalizarmos sua existência para compreendermos como esse homem do interior era visto por Arinos.

Diante do encontro inusitado com o ritual de encomendação, o autor constrói a idéia de um sertanejo forte, já calejado pelas diversas agruras da vida: “Outros que não o boiadeiro João Joaquim e seu camarada de fiança Luís Pachola, afeitos como

¹⁷⁴ FRANCO, 1969, p. 123, nota 168.

¹⁷⁵ Ibid., p. 124.

estavam a todas as surpresas da vida sertaneja, teriam fugido, horrorizados, desamparando o pouso, à estranheza da encomendação e das penitências”,¹⁷⁶ afirma o autor na narrativa.

Quando da dormida de Luís Pachola, um outro traço característico do homem sertanejo aparece. Sempre antes de dormir, o jagunço fazia suas orações: “O camarada rezava sua oração da noite, longa, complicada, onde havia a prevenção contra as cobras, contra as feras e contra as arremetidas do inimigo”.¹⁷⁷ Fica evidente nessa passagem a força da religião na vida do jagunço. Um catolicismo popular, bem sincretizado, um tanto quanto afastado das tendências oficiais da Igreja, mas com um poder extremo e no qual se apegavam os sertanejos para fugirem das adversidades da vida no interior. Essa força do religioso popular terá um papel importante em toda a narrativa e na própria guerra em si e merece uma melhor caracterização.

Afonso Arinos era de uma família de tradição católica, mas não expressa claramente qual o seu posicionamento acerca da religião no livro, apenas indícios no transcorrer da obra de certa simpatia por essa organização popular do catolicismo.

As definições para catolicismo popular são diversas como são diversas suas manifestações. Como um fio condutor em comum apresentam o catolicismo popular como uma organização particular a determinadas localidades e anseios de um grupo específico. Solange de Andrade no artigo *O catolicismo popular no Brasil: notas sobre um campo de estudos*, tenta fazer um apanhado de conceitos científicos para catolicismo popular. Alguns são bem esclarecedores. Thales de Azevedo afirma que

¹⁷⁶ Ibid., p. 126.

¹⁷⁷ Ibid., p. 128.

“[...] essa religiosidade relaciona-se mais com a estrutura da comunidade local do que com a sociedade nacional e é relativamente independente da Igreja formal”.¹⁷⁸

Essa configuração do catolicismo popular abre espaço para a congruência de múltiplas experiências religiosas, permitindo uma aproximação entre o catolicismo, as religiões de descendência africana e indígena. Andrade afirma que “Nina Rodrigues explica que, ao invés do negro converter-se ao catolicismo, este é influenciado pelo fetichismo e acaba adaptando-se ao animismo rudimentar de modo a torná-lo assimilável”.¹⁷⁹ Apesar das posições preconceituosas defendidas por Nina Rodrigues, embasando-se nas teorias raciais e evolucionistas, essa citação é interessante para salientar como houve uma confluência de tradições religiosas que contribuíram para a formação da religiosidade popular.

Claramente existe no Brasil ainda nos dias atuais uma distinção entre as práticas oficiais de devoção pregadas pela Igreja e as praticadas por inúmeros fiéis, principalmente no interior do país. Segundo Freyre o afrouxamento das práticas católicas no Brasil é uma herança da colonização portuguesa, cujo catolicismo se caracterizava por “[...] uma liturgia antes social que religiosa, um doce cristianismo lírico, como muitas reminiscências fálicas e animistas das religiões pagãs: os santos e os anjos só faltavam tornar-se carne e descer dos altares nos dias de festa para se

¹⁷⁸ AZEVEDO, 1966, apud ANDRADE, Solange Ramos de. O catolicismo popular no Brasil: notas sobre um campo de estudos. **Revista Espaço Acadêmico**, ano 6, n. 67, 2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/067/67andrade.htm>>. Acessado em: 28 de fevereiro de 2008.

¹⁷⁹ ANDRADE, Solange Ramos de. Os intelectuais e a identidade religiosa no Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Paraná, **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.anpuh.uepg.br/Xxiii-simposio/anais/textos/SOLANGE%20RAMOS%20DE%20ANDRADE%20DAVID.pdf>>. Acessado em: 25 de fevereiro de 2008.

divertir com o povo; os bois entrando pelas igrejas para serem benzidos pelos padres [...]”.¹⁸⁰

Essa tendência portuguesa parece ter-se ampliado nas novas terras, construindo na nova colônia uma representação católica cada vez mais afastada das diretrizes oficiais e com uma configuração própria. Mott trabalha alguns pontos dessa configuração do catolicismo que se desenvolveu no Brasil. Segundo o autor “[...] entre as principais exteriorizações de nosso catolicismo popular, destaca-se em primeiro lugar o gosto pela penitência”.¹⁸¹ Esse traço pode ser bem ilustrado pelo ritual de encomendação trabalhado por Arinos, buscando representar exatamente a dimensão da devoção popular do povo do sertão.

Luiz Mott levanta ainda outras características interessantes da configuração religiosa no Brasil colônia e que deixam marcas no povo brasileiro até os dias atuais. Um desses traços é apoderar-se de rituais e símbolos que em tese deveriam ser comungados em celebrações públicas para a devoção privada, como construir pequenos altares de santos nos quartos das casas, pregar cruzes nas paredes, entre outros. É esse campo religioso do sertanejo que Arinos pretende explorar e apresentar ao leitor durante toda a narrativa.

No segundo capítulo aparece a figura do missionário na narrativa. Luís Pachola e seu patrão marcharam e se encontram agora na fazenda Periperi para a festa do Divino, uma tradicional festa de origens portuguesas, muito difundida no interior do país. Comemorada no dia de pentecostes, quando o Divino Espírito Santo desceu

¹⁸⁰ FREYRE, 1987, p. 22.

¹⁸¹ MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o culundu. In: SOUZA, Laura M. (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, tomo I, p. 172.

sobre os apóstolos de Cristo, parava todas as atividades das fazendas, durando três dias, sendo o ápice dos festejos hastear a bandeira do Divino. Outra vez aparece a força da questão religiosa para o povo do sertão, uma vez que por esse período da festa, a fazenda se tornava o centro das atenções, praticamente um arraial: “O Periperi regurgitava de gente. Além das dezenas de casas dos vaqueiros e agregados, muitos ranchos se construíam. Tinham vindo jagunços de muito longe ver as festas e ouvir o missionário que aí chegara acompanhado de um bando de gente”.¹⁸²

Como o foco do capítulo é a figura do missionário, ele aparece na fazenda Periperi para os festejos, fazendo suas pregações e cativando ainda mais os sertanejos. Nesse momento, pela primeira vez o personagem Luís Pachola se encontra com o peregrino.

Há uma descrição, como feita com a figura do jagunço, detalhada do missionário:

A barba maltratada no rosto longo e escaveirado, a comprida samarra de algodão e os pés nus, vacilantes, metidos em alparcas de couro, denotavam as fundas privações e o ascetismo. O dorso meio alquebrado e a cabeça inclinada, em atitude de humildade, de quem esmola pelo mundo, pareciam espiritualizar aquela figura.¹⁸³

Percebesse na descrição uma imagem de um penitente, sofredor e de uma aproximação sempre com a figura de Jesus Cristo, bastante característico de movimento de cunho messiânico como foi o movimento de Canudos. Essa imagem de devoto, de quem abdicou de várias coisas por fé, atraía e tinha um efeito formidável sobre uma população bastante crente na fé divina.

Arinos buscou captar ao máximo como essa figura humana era vista por grande parte dos jagunços sertanejos, desenhando um indivíduo místico: “E a fisionomia do

¹⁸² FRANCO, 1969, p. 129, nota 168.

¹⁸³ Ibid., p. 130.

missionário, alma e mística, como desprendida da terra, pairava no espaço, emoldurada num halo argênteo de luz, gozando a visão divina nos intermúndios, que só aos olhos do asceta não ocultam ciosamente os esplendores paradisíacos”.¹⁸⁴

Após algumas passagens sobre os personagens sertanejos envolvidos nos festejos do Periperi, há novamente um retorno da figura do missionário, agora pregando e transmitindo suas mensagens. Descrevera assim algumas de suas atividades de pregação:

Falava a todos de sua missão divina, aconselhava-lhes penitências e mortificações, contava-lhes passagens do catecismo e da História Sagrada e, com a palavra ardente, cheio de lampejos estranhos nos olhos negros e fundos, referia-lhes visões de santos, aparições sobrenaturais, à noite, quando repousava na sua pobre esteira de eremita, ou quando palmilhava as rechãs batidas de sol e varridas pelo vento.¹⁸⁵

Afirmava que Deus lhe enviará como havia feito com Moisés para conduzir seu povo em busca da terra santa, na construção da nova Canaã: “Aquele povo era chamado a realizar a obra divina. E ele ia convocá-lo, ia revelar-lhe os altos destinos que Deus lhe reservava. [...] Peregrinava com seu povo pelos desertos para apura-lhe a piedade e a crença [...]”.¹⁸⁶ Essa pregação era tão forte e encontrava tamanha ressonância entre os sertanejos que pouco tempo depois teremos a construção da cidade de Canudos.

Por essas passagens transcritas por Arinos, conseguimos construir uma imagem do Conselheiro como uma pessoa que acreditava profundamente no que dizia e portador de uma retórica forte, características que seguramente contribuíram para torná-lo o líder religioso de milhares de sertanejos.

¹⁸⁴ Ibid., p. 131.

¹⁸⁵ Ibid., p. 137.

¹⁸⁶ Ibid., p. 139.

Numa de suas pregações durante os festejos do Divino, o missionário faz um discurso mais político e mais duro para com os sertanejos que o ouviam. Como aponta a narrativa:

Falou nos erros do mundo, na impiedade reinante, na falta de fé dos grandes da terra. Ameaçou o povo de castigos, se não o acompanhasse, a ele que era o portador da verdade e da justiça; disse que recebera poderes para curar os enfermos, para fazer desencadear pragas e pestes; conclamou, em períodos férvidos, os horrores do presente e mostrou a grandeza do futuro que Deus destinava a seu povo, se jamais não desamparasse os conselhos de seu missionário.¹⁸⁷

Após ouvirem devotos as palavras do missionário, amplamente apregoadas pela missão divina, a narrativa relata um acontecimento que demonstra a grande força das palavras do missionário e a profunda devoção que foi sendo construída junto aos sertanejos: “O missionário terminara a prédica invocando, num brado, a misericórdia de Deus, e o povo, caindo de joelhos, batendo nas faces, repetia uníssono: Misericórdia! Misericórdia!”¹⁸⁸

Terminada a pregação, o missionário deixa a fazenda e a narrativa segue então seu curso com os sertanejos e os acontecimentos da festa. Como destaque final desse segundo capítulo, aparece uma fala de uma mulata após a tentativa de assassinato de Luís Pachola. Ela afirma ter visto o assassino e para completar a história, conta uma passagem de sua vida: “[...] há tempos, num sábado de Aleluia, aparecera também o maligno personificado num moço bem parecido, mas, quando olhou para os pés dele e viu-os redondos, ela fez logo no ar o signo de Salomão e o maldito desapareceu, indo arrebatado longe, tal como uma roqueira”.¹⁸⁹

¹⁸⁷ Ibid., p. 141.

¹⁸⁸ Ibid., p. 142.

¹⁸⁹ Ibid., p. 182.

Essa passagem é bem interessante por trazer a tona mais uma vez como era permeado de crenças e de histórias fantasiosas o catolicismo e a fé que envolvia essas pessoas, reforçando a imagem de um campo fértil para o afloramento do messianismo.

No terceiro capítulo dessa primeira parte, intitulado *O Vaqueiro*, pode-se construir uma imagem mais sedimentada sobre os jagunços. A festa segue na fazenda e uma desavença entre Luís Pachola e um outro jagunço de nome Gabriel, leva à morte Conceição, uma mulata por quem Gabriel se apaixonou, mas que mostrava-se interessada por Luís Pachola. Afonso Arinos recorre a esse acontecimento para dar destaque a questão da honra. Por haver achado que perdera a honra por uma atitude de Luís Pachola e por crer que ele roubou o coração de sua grande amada, Gabriel afirma só ter uma solução para o impasse, acabar com a vida do camarada e restabelecer sua dignidade.

Com a morte da mulata Conceição, retorna novamente na narrativa o poder da fé. Luís Pachola tomará por sua a culpa da morte decidindo posteriormente seguir o caminho de peregrinação do missionário. Ao falar detalhadamente da fé desse jagunço, Arinos reafirma a riqueza de elementos presentes no catolicismo popular característico do povo sertanejo. Afirma ele se referindo a Luís Pachola: “O poder de Deus era para ele visível em tudo quanto seus olhos enxergavam e seus ouvidos ouviam; o canto dos passarinhos, o bramido das tempestades, as secas e as chuvas, as pestes, os estragos dos raios – tudo era feito pela vontade de Deus”.¹⁹⁰

E prossegue afirmando: “Se a oração não produzisse efeito, ele estava certo de que a culpa era dele próprio, pois não tivera a necessária fé e contrição, ou fora

¹⁹⁰ Ibid., p. 183.

distraído no meio da prece por alguma idéia ou pensamento estranho [...]”.¹⁹¹ Quando do enterro da mulata, destaque para as superstições e crenças populares enraizadas na fé do sertanejo. Enfatizando o fato de uma rolinha ter pousado no cruzeiro da Igreja e depois postar voo, um velho crioulo diz a Luís Pachola: “Quando você acompanhar um corpo à beira da sepultura e vir no braço da cruz uma coruja, é uma alma condenada. Se for uma pomba, ou uma rolinha, é uma alma que vai morar com os anjos”.¹⁹² Se ela havia morrido por sua causa, ao menos teria se encaminhado ao céu, passou a acreditar o jagunço.

Para terminar o capítulo, Arinos faz dois apontamentos fundamentais no contexto da agitação causada entre os sertanejos por causa das pregações do missionário e como isso começou a ser encarado pelos outros atores envolvidos no contexto, no caso específico os fazendeiros e a Igreja, na figura direta do vigário.

Para retratar esses dois pontos de vistas sobre o missionário, a narrativa desenvolve um diálogo entre o vigário e João Joaquim. O boiadeiro conta que o missionário havia passado pela fazenda Periperi para os festejos e feito seus sermões, ao que o vigário retrucou: “Andou mesmo? Adeus, minhas encomendas... aquele sujeito me anda virando a cabeça do povo. Cá por mim, já mandei uma representação ao Arcebispo. Sim! Porque eu não sei com que tenções anda aquele homem que já se faz de santo”.¹⁹³

Na continuação da conversa, a fala do boiadeiro é bem incisiva e significativa. Ele afirma: “Pois, seu vigário, o senhor e seus colegas precisam de tomar uma providência, porque esse missionário está até encarecendo o serviço, porque anda

¹⁹¹ Ibid., p. 183.

¹⁹² Ibid., p. 188.

¹⁹³ Ibid., p. 188.

arrebatando gente por este mundo fora. Este povo vive coçando pé para não trabalhar; com esse pretexto, agora, é uma malandragem nunca vista”.¹⁹⁴

Essas duas passagens com personagens específicos no contexto podem ser entendidas como propositalmente inseridas pelo autor para demonstrar como a presença do missionário começava a incomodar não apenas o Governo, mas também a Igreja, que temia perder seu monopólio sobre a fé, e boa parte dos fazendeiros e latifundiários que receavam perder ou ver encarecida a mão-de-obra, tão barata, extensa e explorada, visto o número cada vez maior de seguidores do Conselheiro.

Maria Aparecida Gaeta traz uma explanação das mudanças doutrinárias ocorridas na Igreja católica no final do século XIX e que influenciaram na mudança de postura do clero brasileiro frente às práticas de catolicismo popular, mas principalmente sobre Canudos. Esse novo modelo denominado ultramontano nasceu como uma reação católica às revoluções liberais européias do século XIX. Tinha como um dos objetivos a consolidação das doutrinas teológicas e a centralização institucional da Igreja Católica em Roma. Como consequência, várias práticas religiosas populares passaram a serem condenadas. Com salienta Gaeta:

Essa nova espiritualidade sacramental – que se tentava implantar nos final de século XIX – engendrou a condenação de práticas religiosas anteriores, vigentes desde o período colonial, isto é, as vivências de um catolicismo português leigo e despojado de um rigor teológico. Essas formas devocionais foram vistas então com uma forte carga de negatividade e acusadas de serem portadoras de sobrevivências pagãs, de superstições, e de apresentarem atos de exterioristas e sem profundidade.¹⁹⁵

¹⁹⁴ Ibid., p. 189.

¹⁹⁵ GAETA, Maria A. J. Veiga. A cultura clerical e a folia popular. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 34, v. 17, 1997. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200010>. Acessado em: 28 de fevereiro de 2008.

De certo que essas novas tendências devem ter enfrentado inúmeras dificuldades para serem aplicadas no Brasil, devido ao enraizamento das práticas religiosas populares, bem como da dimensão continental do país e do número relativamente reduzido de religiosos, conforme bem salienta Luiz Mott.¹⁹⁶ De todo modo, essas novas diretrizes institucionais para o catolicismo entram em rota de colisão com a atuação do Conselheiro e a construção da sua Cidade Santa de Belo Monte.

Para superar essas dificuldades iminentes de implantação das novas doutrinas, o alto Clero brasileiro articulará ações junto aos governos e ao judiciário para fazer valer seus postulados:

As hierarquias clericais voltaram-se para os poderes públicos municipais e judiciários em busca da ratificação para esta imposição de valores culturais. A ancoragem policial e as Posturas Municipais, estabelecendo os seus padrões de decoro e de moralidade, configuraram-se em pilares dessa campanha de vigilância e de erradicação dos elementos populares da religiosidade, sobretudo dos homens pobres.¹⁹⁷

Dessa forma, o cenário construído por Arinos de um conflito de interesse entre a Igreja e a ação do missionário só foi maximizado com o passar dos anos, calcado na influência cada vez maior da figura do missionário no imaginário popular do sertão, como também por razões de reorganização doutrinária da própria Igreja Católica.

Já com relação aos latifundiários, suas pregações contra a concentração de terras e a exploração do trabalho por parte dos grandes proprietários, bem como o medo de verem sua mão-de-obra abandonar o trabalho para acompanhar o Conselheiro parecem fundamentar a posição contrária de grande parte dos latifundiários com relação a ação do missionário.

¹⁹⁶ MOTT, 1997.

¹⁹⁷ GAETA, op. cit., nota 195.

O último capítulo da primeira parte da obra relata a confirmação de uma profecia feita pelo missionário ao boiadeiro João Joaquim de que este perderia parte de seu rebanho nas águas do rio São Francisco, evento que de fato se concretiza, causando a ira do boiadeiro para com o missionário. Esse fato reforça o poder místico do missionário, ainda não identificado como Antonio Conselheiro. O boiadeiro não entenderá o fato como uma profecia e sim como a realização de uma praga ou castigo evocado pelo missionário sobre seus bois. Vendo esses fatos, o jagunço Luís Pachola acredita que não pode mais seguir o caminho com seu patrão, por este ser pecador, e que deveria também ele abandonar sua rotina em prol das realizações e serviços de Deus.

Essa passagem exposta pelo autor ilustra com clareza duas variáveis importantes da ação do Conselheiro. A primeira seria o processo de fanatização do sertanejo, ou seja, através de Luís Pachola compreendemos como um jagunço abdica da rotina que vivera para se converter e se tornar um seguidor do Conselheiro, acreditando abandonar a rotina de pecador. A segunda seria a influência da ação do Conselheiro para a rotina de trabalho no sertão. Como diversos outros jagunços, Luís Pachola renuncia ao seu trabalho para se tornar um seguidor do Conselheiro, pontuando de forma ainda mais clara como o Conselheiro influía e se chocava com boa parte dos latifundiários.

Nessa primeira parte do livro, Arinos busca expor parte dos personagens que estarão presentes na guerra, bem como clarear e descrever o cenário onde ela ocorrerá. Utiliza-se também dos tipos e paisagens percebidas ao longo da vida nos sertões mineiros para caracterizar o sertanejo dessa primeira parte, haja vista não ter presenciado o conflito pessoalmente.

Arinos desenha um sertanejo forte, que valorizava a honra e o poder da palavra, cheio de superstições e receios, mas de uma grande fé. Uma fé um tanto quanto mística e muito permeada por histórias e lendas populares.

Fica bastante evidente também nessa primeira parte o destaque que o autor dá a questão religiosa. Além de discorrer e inserir na narrativa a festa do Divino, importante manifestação do catolicismo popular, em várias outras passagens a fé dos jagunços fica em evidência, sempre destacando os aspectos populares e sincretizados dessa crença. Isso nos leva a concluir que o que Afonso Arinos busca nesse primeiro momento é deixar bem claro o cunho exclusivamente religioso que envolve a revolta de Canudos, e como as palavras e a vida de privações do missionário tinham ressonância na vida dura, rústica e também repleta de privações dos jagunços sertanejos.

Pretende logo de início desconstruir as teorias de um cunho político para a revolta, de um movimento de restauração monárquico e anti-republicano, apontando que o caminho para se buscar uma análise precisa do acontecimento encontra-se na religião e na vida desses homens do interior.

4.2 OS JAGUNÇOS: SEGUNDA PARTE

Na segunda parte do livro, que é dividida em cinco capítulos, Afonso Arinos apresenta o arraial e a guerra em si. Há entre a primeira e esta segunda parte uma distância de tempo, e o primeiro capítulo falará sobre a Cidade Santa.

O autor fala das sucessivas andanças do missionário pelo sertão e da forma como suas pregações cativavam a população: “Alguns milheiros de homens obedeciam à palavra do enviado de Deus e ao redor dele se agrupavam”.¹⁹⁸ Mais do que nunca, o missionário passava a ter um poder extremo sobre boa quantidade de pessoas crentes em seus ensinamentos e na fé de Deus. A idade já avança para o missionário, mais isso não impede suas pregações, apenas dificulta em partes sua mobilidade: “Agora, a um aceno de seu braço descarnado e sem força, como à palavra dos monges-apóstolos de outras eras, formam-se legiões prontas a morrerem pela fé”.¹⁹⁹

Arinos retrata como se despertou para o missionário o local em que a providência divina o guiará para erguer a Cidade Santa. Numa de suas peregrinações, passou por um trecho de terra extremamente inóspito do sertão e um espinho furou-lhe o pé e ele não pode mais andar. Assim, colocou-se a contemplar aquela região atormentada: “O missionário considerou por longo tempo aquele trato de sertão brutesco. O pé lhe sangrava, onde penetrara o espinho, o sangue escorria era chupado pela terra arenosa. Então, ele disse, falando consigo mesmo: - É aqui!”.²⁰⁰

Assim, surge a Cidade Santa, o arraial de Belo Monte. A partir desse momento, o missionário passa a não ser apenas um peregrino, mas o fundador de uma cidade, o enviado do Senhor, o Bom Jesus ou simplesmente o Conselheiro. Mais uma vez fica evidente que Arinos compreendera o cunho religioso que envolveu a construção do arraial, sendo a concretização das pregações do missionário de sua missão de erguer uma nova Canaã, uma Cidade Santa envolta pela fé.

¹⁹⁸ FRANCO, 1969, p. 202, nota 168.

¹⁹⁹ Ibid., p. 202.

²⁰⁰ Ibid., p. 203.

Fica também a impressão que o autor deixa um indicativo ou um questionamento no ar se tomarmos o espinho no pé do conselheiro como uma metáfora, bastante utilizada nessa parte da obra, visando focar na realidade a pouca mobilidade que a idade avançada impunha ao missionário, obrigando-o a interromper suas peregrinações e estabelecer moradia sedentária. Seria uma posição perfeitamente plausível levando-se em consideração a difícil jornada pelo sertão com sua natureza árida. Independente da localização dessa morada clareia-se que ela seria fatalmente necessária.

Arinos faz uma descrição da cidade, apontando seu caráter simples, porém permeado por certa igualdade, embora haja relatos de umas casas melhores que outras, ou umas com luz interna, outras não. A vida na cidade era regrada pela agricultura de subsistência e por trocas de mercadorias ou venda de excedentes em alguns mercados das cidades vizinhas, que aceitavam negociar com o “pessoal do missionário”. Enfim, descreve ele:

Já um templo, ainda humilde, se ergue ali. As muralhas de outros, mais altos e mais espaçosos, estão levantadas. Um formigueiro de gente trabalha na conclusão dele. [...] Um enxame de palhoças grimpa as encostas, atafulha-se nos vales e se emaranha num dedalo de ruelas. Uma praça se rasga, formando o adro da Igreja nova; [...] Mais ao longe, nas capoeiras da margem do rio, cantam machadeiros, fazendo a derrubada. Aqui e acolá, nos terrenos mais baixos, pequenas roças, cercadas de pau enegrecidos nas queimadas, sacodem ao vento as folhas farfalhante do milharal.²⁰¹

Há um destaque permanente para a questão da dureza do terreno e dos ares do sertão. Ao mesmo tempo, é sempre reforçada a idéia de que o jagunço já está acostumado a essa vida e que só ele seria capaz de dominar esta “fera acuada”: “A ele, só a ele, as catingas dariam acesso franco”.²⁰² Arinos vai enfatizar a força do sertanejo

²⁰¹ Ibid., p. 204.

²⁰² Ibid., p. 204.

durante toda a obra, sem fazer maiores apontamentos sobre suas características raciais.

Essa valorização dentro da conjuntura da obra, somada ao conhecimento da vivência do autor, tende a cristalizar a idéia de uma exaltação desses indivíduos pelo fato de superarem uma adversidade e fazerem dela um significado de vida, pois é de onde retiram o sustento. O sertão árido e duro seria assim domado pelo sertanejo, como prova da força e da capacidade do povo autenticamente brasileiro. Como Arinos acreditava que o Brasil teria condições de ocupar um lugar de destaque entre as nações mundiais, a visão do sertanejo forte como elo da identidade nacional parece bastante coerente.

Euclides da Cunha também desenha um sertanejo forte, capaz de sobreviver numa realidade inóspita, ao contrário dos raquíticos indivíduos das cidades litorâneas. Euclides comungava das idéias raciais do darwinismo social fortemente propagadas no Brasil na virada do século XIX para o XX. Nessa lógica, qualquer mistura racial era vista de forma negativa. Contudo, como afirma Ricardo de Oliveira, Euclides “[...] estabelece distinção qualitativamente fundamental, separando os mestiços do litoral e os do sertão [...]”,²⁰³ afirmando a superioridade deste último, fazendo um esforço para encaixar essa exceção nas teorias vigentes, para as quais não haveria tal distinção, ou seja, todo mestiço estava dotado de inferioridade.

De acordo com Renato Ortiz a visão de Euclides da Cunha sobre o sertanejo, além da questão racial, é um reflexo das teorias do meio de Buckle para fundamentar o discurso científico. De acordo com o autor, para Euclides da Cunha “[...] o nordestino só é forte na medida em que se insere num meio inóspito ao florescimento da civilização

²⁰³ OLIVEIRA, 2002, p. 523.

européia. Suas deficiências provem certamente desse descompasso em relação ao mundo ocidental, sua força reside na aventura de domesticação da caatinga [...]”.²⁰⁴ Aceitando essa posição de Ortiz, o sertanejo forte de Euclides seria muito mais um reflexo ou reação da influência do meio, o sertão, do que propriamente uma virtude do sertanejo. Caminho oposto do que compreendemos para Afonso Arinos.

No arraial, aparece novamente a figura do jagunço Luis Pachola, agora passados alguns anos após as peripécias dos festejos na fazenda Periperi. Luís abandonara o boiadeiro João Joaquim e passou a seguir os passos do missionário, vindo a rever no arraial alguns conhecidos na época do Periperi.

Luís gozava de prestígio junto ao Conselheiro, sendo encarregado da compra das madeiras em Sergipe para a construção da nova Igreja da cidade. Mesmo tendo pago, os vendedores ficaram com medo de entregar a madeira ao “povo do missionário”. Luís encontra na viagem o boiadeiro João Joaquim, já com idade avançada, mas com a mesma fúria pelo missionário dos tempos da profecia do Periperi. Assim, o boiadeiro espalhou boatos e fez campanha contra o povoado comandado pelo missionário, assustando as pessoas e colaborando para que os vendedores não entregassem a encomenda que havia sido paga. Como afirma a narrativa:

Então o antigo boiadeiro ativou terrível campanha contra aquela gente, que não passava de uma corja de malandros e criminosos, segundo afirmava. Já de longa data, estimulara os subdelegados dos lugarejos a denunciar as autoridades superiores à campanha subversiva do missionário, que estavas virando a cabeça do povo do sertão.²⁰⁵

Mais uma vez Afonso Arinos recorre a uma passagem de uma personagem da história, cuja postura pode ser prolongada aos demais homens que ocupavam a mesma

²⁰⁴ ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 18.

²⁰⁵ FRANCO, 1969, p. 206, nota 168.

posição do boiadeiro João Joaquim, e que seguramente não viam com bons olhos o crescimento espantoso da Cidade Santa e da força de comando do missionário. A cada dia, dezenas de pessoas novas chegavam para fazer parte da cidade. Havia muitos feridos e enfermos que buscavam o milagre da recuperação através da fé e das orações do missionário. Muitas vezes ainda, de quem se espera uma repressão ao movimento, como no caso de muitos soldados de cidades vizinhas, encontra-se o abandono de suas posições e a adesão à causa do missionário. Daí a necessidade posterior de se pedir auxílio às tropas federais para conter a expansão da cidade.

Quando Luís retorna à cidade e conta que não lhe entregaram a madeira que já havia sido paga, muitos jagunços manifestaram a vontade de retornar a cidade de Juazeiro para pegar a madeira, fazendo justiça. Esse fato acarretará o primeiro confronto entre os jagunços e as tropas federais.

Diante da manifestação de grande parte dos jagunços de formarem expedição a Juazeiro, o autor faz uma comparação interessante. Ele afirma que os jagunços eram homens fortes, valentes e que dominavam o medo. Para realçar esse fato, Arinos afirma que eles estavam acostumados às lutas por poder e terras entre famílias tradicionais da Bahia, comparando essas lutas com as travadas no período feudal da Idade Média. Afirma ele se referindo a um dos jagunços dispostos a seguirem viagem em busca da madeira: “Nas guerras feudais do sertão da Bahia, essas lutas terríveis e lendárias de família a família, onde a *vendetta* constituía verdadeiro culto, Vila Nova apareceu como a revelação de um guerreiro, tal qual o célebre Empecinado, da Espanha”.²⁰⁶

²⁰⁶ Ibid., p. 209.

E continua afirmando e realçando a valentia característica do homem do sertão, dizendo: “E quem não for valente como ele não canta, nem entoa, no meio desses sertões brasileiros, onde vivem milhões de homens e onde, apesar disso, apesar da ausência de autoridade e de força, há menos crimes do que numa só das nossas grandes cidades”.²⁰⁷ Aparece aqui também uma crítica as grandes cidades num contraponto com o sertão, numa relação direta do antagonismo entre litoral e sertão que começava a caracterizar as obras de boa parte dos intelectuais desse período de final do século XIX, o que não deixa de ser uma crítica a nossa “modernidade” presente nas cidades litorâneas caracterizada por traços e influências estrangeiras. Arinos pontua um pouco essa crítica e expõe a vida e a cultura do sertanejo que fora “esquecido” por esse desenvolvimento às avessas.

Embora repletos de valentia, os jagunços nada fizeram até receberem ordens e diretrizes do missionário, numa profunda demonstração de respeito e obediência. Dessa forma, o conselheiro autoriza que eles formem uma expedição para irem a Juazeiro para retomarem a madeira e delega a Luís Pachola o comando da expedição e a escolha dos jagunços que farão parte dela. Assim, afirma o autor: “Com efeito, ali na cidade santa, a autoridade suprema era o Conselheiro. Ele não permitia que outro tivesse uma fração sequer de poder senão emanado dele [...]”.²⁰⁸ E complementa: “A cidade santa era como um domínio à parte, um Estado onde só imperava a lei do Conselheiro e cuja autonomia ele bravamente defendia, defendendo os preceitos de sua fé”.²⁰⁹

²⁰⁷ Ibid., p. 209.

²⁰⁸ Ibid., p. 214.

²⁰⁹ Ibid., p. 214.

Muitos políticos buscaram em sua figura e no poder que ele tinha perante os jagunços um apoio para suas candidaturas. Dessa forma, havia certa legitimidade da pessoa do Conselheiro até mesmo perante as autoridades, mesmo que esse discurso não fosse assumido publicamente. Além disso, diante das várias recusas em embarcar na esfera política e vendo o grande poder que ele exercia dentro da cidade, não há espanto em crer que ele logo passou a ser mal visto pelos políticos, como um grande concorrente ou como tendo o poder que muito gostariam para si. Assim, salienta o autor:

Acresce a isto que mais de um governador se dirigira ao Conselheiro, em muitas ocasiões, a fim de obterem seu auxílio para as eleições do município de Geremoabo e outros vizinhos, onde mais direta e mais funda fosse a influência do taumaturgo. Portanto, as próprias autoridades supremas consentiam, ou, pelo menos reconheciam o poder do Conselheiro, tolerando-o com pleno conhecimento do que ele por lá fazia.²¹⁰

No final do capítulo, Arinos descreve de forma mais profunda como era a cidade comandada pelo Conselheiro e expõe algumas regras que o missionário assumira junto ao seu povo:

Como a única autoridade era ele, a organização era toda dele, que era o poder supremo. Sua organização social tinha muita coisa do Velho Testamento, ao menos no tocante à família. Proibindo os crimes contra a pessoa e a propriedade, tolerava a poligamia e até a promiscuidade. Entretanto, não se confundia de forma alguma com o *zumbi* dos Palmares, que, noutros tempos, imperou, mais ao norte, na Serra da Barriga, onde um poderoso Estado vivia sua autoridade suprema. [...] Era cismático porque não punia as uniões sexuais fora do casamento do matrimônio e arrogava-se autoridade religiosa, que não tinha.²¹¹

Há a clara negação de que o movimento organizado pelo Conselheiro tivesse alguma relação com a revolta quilombola dos Palmares, dando uma demonstração de

²¹⁰ Ibid., p. 214.

²¹¹ Ibid., p. 214.

que tal comparação poderia ter sido feita pelos cidadãos dos grandes centros, que observavam os acontecimentos à distância e de forma estereotipada. Pontuando essas características do Belo Monte e do conselheiro, continua o autor:

A suprema autoridade temporal era para ele a do Imperador, que considerava o eleito e o ungido do Senhor. Seu socialismo e certas práticas do comunismo só têm analogia com o comunismo dos peruanos, sob a organização teocrática dos Incas. Ali não havia pobres; todos trabalhavam para a comunidade, à medida de suas forças. Não proibia o comércio, nem que o indivíduo também trabalhasse um pouco para si. Reconhecia a autoridade religiosa do Papa, embora, se afastasse em alguns pontos das regras do Catolicismo. [...] Cada ato que contrariasse as ordens do conselheiro parecia-lhe ato de franca hostilidade e como tal era considerado por todo o povo de Belo Monte.²¹²

Afonso Arinos deve ter chegado a essa constatação de que o missionário apenas reconhecia o poder do Imperador com plena satisfação e certo saudosismo, de quem também compartilhava tal idéia e defendia os ideais monárquicos contra a nova República que surgira. Contudo, isso não evitou que ele analisasse criticamente essa postura do conselheiro, enquadrando-a novamente na questão religiosa. O missionário reconhece o poder imperial não por suas convicções políticas de um modo de governo melhor que o republicano, e sim pelo fato de considerar o Imperador um enviado de Deus, bem aos moldes do absolutismo europeu. Descarta-se novamente então a imagem de um levante para restaurar a monarquia brasileira, tão difundida pela imprensa da época.

Nessa parte final do primeiro capítulo, por vezes se perde a noção de uma narrativa romantizada e fica-se com a impressão de se tratar de um ensaio crítico sobre o Conselheiro e a cidade de Belo Monte, conforme pode ser observado pelas citações

²¹² Ibid., p. 215.

anteriores. Há uma descrição interpretativa da realidade da cidade e de sua organização centrada na figura, também absolutista, do Conselheiro.

No segundo capítulo dessa segunda parte intitulada *A Expedição*, Arinos retrata o primeiro confronto entre os jagunços seguidores do conselheiro e as forças policiais. Esse primeiro confronto é considerado a primeira expedição contra Canudos.

Espalhando-se os boatos de que os jagunços iriam se dirigir para a cidade de Juazeiro a fim de receber a madeira, o Juiz da comarca da cidade pede auxílio às tropas federais para combater uma possível tentativa de tomada da cidade. Muito se comentava, e aí entra o poder da palavra na vida dos sertões, sobre preparativos dos jagunços, que eles já estavam a caminho, que iriam destruir a cidade, antes mesmo que alguma decisão fosse tomada a esse respeito pelo conselheiro na cidade.

Tendo assumido o comando da expedição à Juazeiro, Luis Pachola organiza os jagunços para iniciarem a caminhada até a cidade, deixando evidente que o único objetivo era buscar as madeiras que já haviam sido pagas, de preferência sem nenhum conflito. Contudo, os soldados do Governo marchavam em direção à Cidade Santa, vindo a encontrar com os jagunços na cidade de Uauá, onde se deflagrou o conflito.

Mostrando claramente uma maior adaptabilidade e conhecimento sobre o sertão por parte dos jagunços, os soldados se colocaram em retirada de forma desordenada e desesperada: “A luta era para eles o mesmo incidente natural que é a arremetida de um touro bravo [...]”.²¹³ Descrevendo o cenário de uma vitória dos jagunços, Arinos escreve:

Dezenas de vezes o clarim tocou a avançar, e os soldados, tontos, alucinados, corriam desordenadamente em diferentes direções, vendo dançar-lhes diante dos olhos, como intangíveis demônios, as sombras esquivas e ameaçadoras

²¹³ Ibid., p. 223.

dos jagunços. [...] Não se ouvia um grito que partisse daquelas figuras sinistras. Aos soldados eles se afiguravam inumeráveis e terríveis, porque apareciam em toda a parte e borbotavam de todos os pontos como entes invisíveis e fantásticos, seres encantados que se misturavam com todas as revoltas da natureza bravia.²¹⁴

Apesar de possuírem armas de fogo, houve, não só nesse primeiro conflito como em todas as demais expedições que se sucederam até o extermínio da cidade, muita luta corpo-a-corpo entre soldados e jagunços. Arinos descreve uma dessas cenas, que seguramente se fez presente nos conflitos, tentando dar a extrema dimensão do quão violentos eram esses combates: “Um bote de baioneta rasgou a calça de Paredão e pegou-lhe a coxa. Mas o infante emudeceu logo: a coronha da arma do jagunço se espatifou na cabeça do soldado e Paredão cavalgou-lhe o corpo, esburacando-o a facadas”.²¹⁵

Após a retirada dos soldados, Luís Pachola procura recolher os cadáveres dos compadres e desiste de seguir até Juazeiro, retornando à Cidade Santa: “Ao todo, vinte e sete jagunços tinham tombado ou sumido. Trinta e um corpos foram encontrados, mas destes somente dezenove eram de jagunços e os doze restantes de soldados. Foram achadas muitas armas atiradas pelo chão”.²¹⁶ Num momento de reflexão, o jagunço buscava explicações para os fatos ocorridos: “Como quase todos os sertanejos, era meditativo e habituara-se, segundo ele próprio dizia, a falar consigo mesmo”.²¹⁷

No retorno contemplativo do jagunço Pachola, Arinos pontua claramente sua visão sobre esses homens do interior, esquecidos pelo governo, relegados a aspereza

²¹⁴ Ibid., p. 229.

²¹⁵ Ibid., p. 234.

²¹⁶ Ibid., p. 241.

²¹⁷ Ibid., p. 241.

de suas vidas, numa crítica direta. Diz ele com relação ao Pachola: “Pareceu-lhe que desse momento em diante eles iam arcar com aquele poder longínquo, que não sabiam bem o que era, mas de que toda a gente falava, assim como uma coisa muito grande e muito forte – o Governo”.²¹⁸

Arinos pontua politicamente sua visão nessa passagem, velando uma crítica à República recém criada que não conseguiu se fazer presente no sertão, tornando-se um ente estranho e distante do povo sertanejo. E mais do que isso, no conflito em si, o Governo torna-se um inimigo.

Para terminar o capítulo, o autor faz uso de uma metáfora muito bem construída para indicar o caminho designado para a vida daqueles jagunços, bem como transparece alguns traços que ele vê nos sertanejos. A comitiva que retornava para a cidade se depara com uma colméia, o que decorre daí pode ser entendido como um prelúdio do que se viria pela frente para esses jagunços:

Ao defrontarem, porém, com a colméia, ele viram o chão pontado de pequeninas abelhas mortas. [...] A colméia fora tomada de assalto por um enxame de marimbondos, desses que vivem de banditismo. Travara-se ali verdadeira batalha e as abelhas jataí, tão trabalhadeiras e tão mansas, juncavam o chão. A casa lhes fora tomada depois de heróica defesa, em que as pequeninas perderam a vida. Agora, lá dentro, os vencedores, já bêbados de mel, zumbiam refestelados nos favos.²¹⁹

O terceiro capítulo dessa parte recebe o nome de *Os Fanáticos* e retrata a realidade da cidade de Belo Monte e dos jagunços após a primeira expedição e na eminência de um novo ataque. Embora esse título possa sugerir uma adesão de Arinos ao pensamento corrente na época de classificar os sertanejos de Canudos como

²¹⁸ Ibid., p. 242.

²¹⁹ Ibid., p. 242.

fanáticos religiosos, loucos, desordeiros, numa apropriação negativa do termo fanático, o autor caminha na direção contrária, não só no capítulo, mas em toda a obra. O fanático de Afonso Arinos está longe dessa configuração de marginalização e se volta unicamente para a adoração da figura do Conselheiro, numa adesão completa aos ideais divinos que se entendia emanar da sua figura.

Fica evidente nesse capítulo a grandiosa influência que o Conselheiro exercia não só sobre o povo de Belo Monte, mas de toda a região sertaneja vizinha a Canudos. Como Arinos descreve: “Sua influência se estendia num raio vastíssimo de sertão, abrangendo terras de muitos Estados; essa influência era benéfica, porque nenhum outro poder humano conseguira, como ele, domar aquele povo bravio, fazer dele um grande instrumento de disciplina, extirpando-lhe ao mesmo tempo as manifestações de banditismo”.²²⁰ Como o autor salienta na seqüência: “[...] aí chegavam às vezes, acossados de outros municípios, criminosos de morte e outros malfeitores”.²²¹

Nessa altura, no ano de 1896, não só a influência do Conselheiro se estendia pelo sertão, como também a da própria cidade, tamanho crescimento vivido por Belo Monte, chegando a ser uma das principais cidades da região e uma dos grandes centros de comércio. Segundo Arinos:

A verdade é que, nem Tacaratu, nem Simão Dias, nem Geremoabo, nem Monte Santo, nenhuma das cidadezinhas do sertão, ao norte, ao sul, ou a beira do São Francisco, era tão movimentada, tão trabalhadora e tão morigerada como Belo Monte, que o povo de fora chamava Canudos. E naquele povo todo reinava a abundância, filha do trabalho. Eles não conheciam o luxo, nem o que se chama erroneamente ‘conforto’, aí pelas cidades grandes.²²²

²²⁰ Ibid., p. 244.

²²¹ Ibid., p. 244.

²²² Ibid., p. 244.

Após o insucesso da primeira expedição contra os jagunços do Conselheiro, todos de Belo Monte já imaginavam que haveria um novo ataque, e as notícias nesse sentido se espalhavam pelo sertão. Contudo, poucos foram os que deixaram a cidade com medo da guerra, muitos preferiam morrer a abandonar o Conselheiro, além da fé que tinham de que ninguém haveria de defrontar a cidade enquanto o missionário ali estivesse. Qualquer um que tentasse, haveria de ser derrotado, pois a obra divina prevaleceria. Na verdade, esse era o discurso do próprio Conselheiro quando da proximidade de um novo ataque a Canudos e o povo absorvia esse imaginário carregado pela fé e crença no Bom Jesus e no Conselheiro.

A cada notícia da organização de forças do governo para atacar a cidade, a lei religiosa se acirrava em Belo Monte e a quantidade de orações se multiplicava. Cada vez mais, a Igreja passou a ser o grande centro da cidade, para onde todos caminhavam em busca do fortalecimento da fé de uma palavra confortante do Conselheiro. Arinos descreve com detalhes o altar-mor da Igreja antiga, de onde quase sempre o conselheiro se dirigia ao povo da cidade:

O altar-mor, onde se estendia a longa toalha alva, com uma larga barra de crivo, repousava num estrado no meio do qual se abria a escada que dava acesso ao altar. [...] Acima do altar-mor, levantava-se o trono formado por degraus semicirculares, que iam diminuindo de tamanho até formarem no alto o pedestal da cruz, onde a imagem do Senhor Crucificado abria os braços protetores à multidão de crentes. Na extremidade de cada degrau, uma vela de cera metida num comprido castiçal de madeira torneada alongava para o ar a chama trêmula, de onde saía um cordão escuro de fumaça.²²³

Uma das orações mais realizadas em Belo Monte é a cantoria do Bendito, que em certa medida, aparece na obra como a música de fundo de todo o cenário e da guerra que se deflagrou, uma vez que aparece cantada em vários momentos, como

²²³ Ibid., p. 246.

uma louvação à fé. Afonso Arinos apresenta a letra desse cântico como quem valoriza um aspecto importante não só da religiosidade sertaneja, mas da própria cultura do sertão. Descreve ele:

Meu Deus e Senhor,
Que nos Dominais,
Dos anjos e homens
Bendito Sejais!

Vós, como pão vivo,
Nos alimentais:
P´ra [sic] sempre e sem fim
Bendito Sejais!

Em nossas misérias
Remédio nos dais:
Por vossa Grandeza
Bendito Sejais!

Em nossas fraquezas
Vós nos confortais;
Agora e prá sempre
Bendito Sejais!

Em nossos trabalhos
Alívio nos dais:
Soberano Senhor
Bendito Sejais!

Em nossas tristezas
Vós nos alegrais:
Ó meu Salvador.
Bendito Sejais!²²⁴

É essa religiosidade extremada, canalizada na figura do Conselheiro, que dará sustentação a uma guerra aparentemente desproporcional militarmente, como quem suprisse na fé da obra divina do missionário a defasagem de suas carabinas.

Para concluir o capítulo, Arinos faz dois apontamentos de extrema importância na busca de compreendermos sua visão sobre esse conflito entre os sertanejos e o

²²⁴ Ibid., p. 251.

governo. Em primeiro lugar, ele caracteriza um sertanejo abandonado e um governo displicente para com suas mazelas, o que os aproxima ainda mais da fé e do Conselheiro. Embora extensa, a citação abaixo é bem esclarecedora:

As únicas vezes que entraram em contato com o Governo, foi por meio das balas e das baionetas da polícia. Desamparados nos seus sertões, eles sentiam, de vez em quando, a ação do Governo à passagem dos recrutadores, ou dos aliciadores de tropas. Nas suas misérias, nunca lhes chegou lenitivo da parte do Poder. [...] Se as cheias lhes arrebatavam os tugúrios frágeis e a peste lhes destruía o gado, o Governo não vinha auxiliá-los a reerguer a palhoça, nem a substituir-lhes a criação perdida. Só um poder lhes aparecia propício, mas este não era do mundo. A ele faziam votos ingênuos, e eram muitas vezes satisfeitos; a ele axalçavam preces e dele recebiam conforto. Quanto aos poderes da terra, quanto ao Governo, este estava muito longe para se lembrar deles. Dele, pois, nunca tiveram motivo de gratidão. Mas agora, este poder se aproximava para destruir os templos que eles ergueram no meio do deserto; para arrebatá-lhes os filhos e tomar-lhes aquele que, só e pobre nesse mundo, fez de sua miséria força para ajudá-los e penou com eles pelos desertos, ensinando-lhes a esperar tudo do céu, já que da terra nada tinham. Assim pensavam os jagunços e concluíam que para eles o Governo era o inimigo. Colocavam-se, pois, de corpo e alma, ao lado de quem lhes dava alimento à alma e ao corpo: puseram-se ao lado do Conselheiro.²²⁵

Arinos apresenta uma justificativa para a guerra e para a defesa da Cidade Santa. Se do governo os jagunços não podiam esperar nada, bastavam-lhes defender aquele que lhes dava amparo, aquele que com eles construíram seus refúgios e enchia suas almas de esperança. Contra o inimigo, defendiam até a morte o Conselheiro e a sua cidade. Abandonados em pleno sertão, colocados no caminho da salvação pelo missionário, buscavam defender o que tinham contra a força de quem não conheciam e queria destruí-los. Assim podemos visualizar o conflito nessa análise que Afonso Arinos faz.

A segunda passagem diz respeito a uma descrição que o autor faz de uma cabocla que morava na cidade de Belo Monte. Nessa descrição, fica evidente o processo de miscigenação e como Arinos o compreendia. Da mistura étnica, resultaria

²²⁵ Ibid., p. 253-254.

algo novo, o mestiço, no qual não era capaz mais de serem caracterizadas as heranças de uma ou outra descendência, agora comungadas. Conforme ele relata:

Não era mulata, nem mameluca, nem cariboca: ali havia por força o sangue de três raças, fundindo-se num exemplar que fazia honra a cada uma: ali havia branco, índio e negro. Por isso é que a cor e os cabelos dela enganavam a gente. Quando se queria dizer que os cabelos eram lisos, notavam-se umas ondulações nas pontas; quando se queria dizer que eram finos e anelados percebia-ce-lhes, na raiz da testa, atrás das orelhas e na nuca, uma linha de fios enroscados, como essas plantinhas rasteiras e cerradas com que os jardineiros formam a barra dos canteiros.²²⁶

O capítulo quatro dessa parte já se situa no ano de 1897, o ano derradeiro para Belo Monte. De início novamente Arinos retrata algumas passagens reafirmando o posicionamento dos jagunços e do Conselheiro contra o inimigo, o governo. Com as notícias de tropas marchando contra a cidade, os discursos e pregações inflamados do missionário contra o inimigo se intensificam. Numa dessas pregações, disse o Conselheiro:

Chegara o dia em que a impiedade ia sofrer o golpe tremendo, pois que ousara vir ali, no fundo do sertão, para matar os servidores do Bom Jesus, a frente dos quais estava ele, o Conselheiro. O governo hereje não podia consentir que o povo ouvisse os conselhos do pobre servo de Nosso Senhor e que levantasse pelos caminhos, ou pelos desertos, os cruzeiros e os templos.²²⁷

Ao mesmo tempo, reafirmava a possibilidade de os jagunços vencerem qualquer inimigo, pois haviam de representar a vontade divina contra o inimigo pecador que a eles perturbava. A nova expedição se aproximava de Belo Monte, mas não deixava de haver confrontos pelas estradas, principalmente pelas inúmeras emboscadas

²²⁶ Ibid., p. 257.

²²⁷ Ibid., p. 264.

preparadas pelos jagunços contras os soldados do governo. Muitos morriam dos dois lados nesses confrontos esporádicos.

Nesse momento da narrativa já aparece a figura de um Conselheiro idoso e adoentado, com pouca mobilidade, mas com muito poder sobre todos de Belo Monte. Destaca ainda a participação constante de pessoas importantes no contexto da guerra e que aparecem com freqüência até o final da narrativa, como Vila Nova, José Venâncio, Macambira, Pajeú, João Abade, entre outros.

No contexto de caracterização desse sertanejo que compunha a população da cidade, há uma visão mais clara nesse capítulo. Além da presença cabocla já mencionada anteriormente, há a presença de negros ex-escravos, que muito provavelmente procuravam a cidade de Belo Monte por falta de opção e perspectivas após a abolição da escravidão, bem como a presença de pessoas de famílias tradicionais, vindas de cidades vizinhas para se instalarem no reduto do Conselheiro.

Era 18 de fevereiro de 1897, quando do confronto decisivo dos jagunços com a segunda expedição contra Canudos: “Os jagunços, armados de chuços, lazarinas, trabucos velhos e pica-paus, não faziam estragos consideráveis e pegavam-se, aqui e acolá, em lutas corpo-a-corpo com os soldados”.²²⁸ Ao contrário, as forças oficiais causavam estragos e espantos nos jagunços, principalmente com a utilização de canhões. Mas, embora militarmente superiores, o que será uma constante em todo o conflito, as atitudes quase heróicas dos jagunços, suas emboscadas e o destemor pela morte, criaram uma resistência forte, obrigando a retirada dos soldados. De todo modo, ao contrário da primeira tentativa, essa expedição havia chegado próximo da cidade,

²²⁸ Ibid., p. 265.

tomando alguns redutos mais retirados de Belo Monte, o que serviu também como um prelúdio do que viria a observar.

Passado pouco mais de um mês, começou a circular pela região de Belo Monte a notícia de outra poderosa força que se dirigia para a cidade. Era a III expedição comandada pelo Cel. Moreira César, que monta uma nova estratégia:

Desta vez, a grande expedição tomou caminho diferente da outra. De Monte Santo, seguia à direita, em direção ao Cumbe. Daí, seguiu para Cajazeiras, de onde foi pousar em Serra Branca. Partiu daí, a noite, para o Rosário, onde descansou. No outro dia, suspenderam acampamento e chegaram ao Rancho do Vigário, onde ficaram. [...] Pouco depois, a coluna formou em ordem de marcha e seguiu para Belo Monte.²²⁹

Um ponto interessante dessa expedição que Afonso Arinos salienta é um grau de menosprezo dos soldados pelos jagunços e um excesso de confiança na vitória, algo que não condizia com a real situação do conflito e muito menos com o histórico da guerra até então. Com o próprio autor afirma:

Com efeito, depois das primeiras escaramuças na altura dos Angicos, grande entusiasmo ganhou os soldados. Em vez de acamparem ali, resolveu o comandante marchar imediatamente contra Belo Monte, onde pretendiam dar almoço à tropa depois da vitória. A vantagem facilmente adquirida no primeiro momento desnorteou-se e eles caminharam por entre ovações, como se fora um passeio militar, convencidos de que estavam de triunfo completo.²³⁰

Talvez essa aparente facilidade da vitória possa ter sido gerada pelo forte poder bélico dessa expedição e pela aparente fragilidade dos jagunços na defesa da cidade. Porém, a resistência concentrou-se no centro da cidade e novamente os soldados entraram em retirada, tendo seu comandante, o Cel. Moreira César sido morto.

²²⁹ Ibid., p. 270.

²³⁰ Ibid., p. 272-273.

Uma vez morto o comandante, muitos soldados em retirada desertaram e ganharam o sertão em fuga. Essa deserção de soldados foi freqüente e constantemente era alvo de crítica dos analistas da guerra. Para tal fato, Arinos abandona novamente o viés da narrativa para compreender os motivos que os levavam a abandonarem o conflito.

O autor faz uma longa explanação sobre as massas, apontando que elas precisam sempre de alguém que as direcione para se tornarem um grupo coeso. Não tendo esse líder, a massa se fragmenta em particularidades e cada qual passa a cuidar de seus interesses. Arinos define o que seria para ele a massa: “A massa é uma grande força mecânica, completamente inconsciente. Nela, a soma das inteligências é igual a zero, embora a soma das forças baste muitas vezes para escalar o céu”.²³¹ E continua afirmando que a força das massas está exatamente na sua inconsciência: “A força ativa da massa está na razão direta de sua inconsciência e da sua sujeição a uma vontade e a uma inteligência, que ficam fora dela e que a subjagam. O homem, no meio da multidão, adere a ela, confunde-se com ela e transforma-se em número, em força, em pedra dos muros, ou em aríete para romper muros”.²³²

Quando da morte do comandante, essa força externa que domina a massa e ao mesmo tempo a faz existir, desaparece, assim “[...] quando na multidão, o homem aparece e com ele, a inteligência e a vontade – acabou-se a coesão da massa, desapareceu a cooperação das forças individuais para o mesmo fim: cada átomo, cada célula retoma sua vida à parte e o todo se desagrega como um grande corpo em

²³¹ Ibid., p. 275.

²³² Ibid., p. 275.

decomposição”.²³³ Isso explica a deserção dos soldados. Numa situação extremada e sem seu comandante, cada soldado pensou em si, abrindo mão da causa. Mas, será que Arinos compreendia a relação do Conselheiro para com seus seguidores pelo mesmo ângulo de análise? Em partes sim, mas retornaremos a esse ponto posteriormente.

Buscando inspirações para a teoria sobre as massas que Arinos desenvolve, novamente não encontramos referências claras. Pelo propósito da obra, um romance histórico, não há referências bibliográficas. Como também, em tese, essa explanação teórica, embora seja contextualizada, não deveria aparecer no livro.

No final do século XIX e início do século XX ganhou força entre a elite intelectual brasileira as teses da psicologia das massas ou multidões, principalmente as escolas italiana e francesa. E é exatamente na escola francesa, mais especificamente em Gustave Le Bon que encontramos uma similaridade com a visão defendida por Arinos. De acordo com Chaves, para Le Bon:

[...] a alma da massa era o espírito coletivo, onde as mentes pessoais davam lugar a mente coletiva, retirando de cada um a individualidade. Em decorrência, as pessoas transformavam-se em sujeitos sem vontade própria, sendo portadores das mesmas intenções e emoções do seu condutor. No processo, os seres humanos perdiam o controle sobre os instintos mais primários e passavam a reagir irracionalmente, emotivamente, de modo extremo, irresponsável e irritável.²³⁴

²³³ Ibid., p. 275.

²³⁴ CHAVES, Evenice Santos. Nina Rodrigues: sua interpretação do evolucionismo social e da psicologia das massas nos primórdios da psicologia social brasileira. **Psicologia em Estudo**, Maringá, n. 2, v. 8, julho/Dezembro de 2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722003000200004>. Acessado em: 26 de fevereiro de 2008.

As similaridades são visíveis. O indivíduo é inserido na coletividade, abrindo mão de sua individualidade em prol do espírito coletivo. Há a necessidade de um condutor, um líder que congregue o espírito coletivo. Praticamente irracional, sem vontade própria, passam a seguir as vontades de seu condutor. Nessa configuração, não há espaço para o afloramento do indivíduo sem a ruptura da “alma da massa”.

As teorias de Le Bon influenciaram também o escritor Nina Rodrigues. Baseado nelas, o autor constrói seu próprio conceito de massa. Para ele “[...] existe uma loucura que raciocina, e, na loucura das multidões, existe um louco que a conduz, cuja lucidez, convicção e semelhança em seus delírios faz com que as pessoas normais a ele se associem”.²³⁵ Rodrigues insere o conceito de loucura para explicar as massas. Com esse conceito também ele analisará o movimento de Canudos, dando a Antônio Conselheiro a condição de louco, e sua loucura teria contaminado as massas, explicando assim o movimento social de Canudos.

Apesar da vitória, muitos jagunços morreram ou ficaram feridos nesse conflito, e somando-se às perdas anteriores, diminuía em muito o efetivo de combatentes de Belo Monte, aumentando o número de mulheres, crianças e idosos. Contudo, muitos armamentos e munições foram adquiridos pelos jagunços, inclusive canhões e granadas, celebrados com grande entusiasmo dentro da cidade. Um acidente com uma granada, porém, veio mudar o tom dos festejos. O que era comemorado passou a ser visto como objeto amaldiçoado, num realce novamente da superstição característica do sertanejo. Muitas das armas adquiridas, entre elas os canhões, foram enterradas para evitar a propagação do mal.

²³⁵ RODRIGUES, N.. 1939, apud CHAVES, 2003, op. cit., nota 234.

Nessa altura da narrativa, se encaminhado para o final do quarto capítulo, e passadas três expedições do governo fracassadas, Arinos vai satirizar e brincar com as imagens que se constroem acerca do Conselheiro e dos jagunços, principalmente pela imprensa, e que são incorporadas pela população das grandes cidades. Diz ele:

Não! Não eram simples sertanejos aqueles soldados invencíveis. Não era a palavra de um humilde missionário das catingas que guiava aos combates os filhos de Belo Monte. Não eram armas toscas e anacrônicas as que, depois de repelirem, lançaram o terror numa tão brilhante expedição, quanto a do Coronel Moreira César.²³⁶

E prossegue, agora fazendo uma alusão nítida às versões que relacionavam a guerra à restauração da monarquia. Escreve Arinos:

Não! Havia por lá, certo, algum poder misterioso, algum experimentado cabo-de-guerra, que escolheu o seio do deserto para origem e centro de suas operações militares, que visavam á dominação do Brasil inteiro. Havia lá algum plano tenebroso e inacessível aos profanos, plano superiormente combinado e rigorosamente executado, talvez elaborado por desconhecido Moltke. Conselheiro era simplesmente um disfarce, uma máscara, para cobrir os altos intuitos de um príncipe audaz, ou de um revolucionário terrível, contra o qual o Exército inteiro seria bem frágil obstáculo. [...] Eis o que a imaginação do Brasil fantasiou depois da última e retumbante vitória dos jagunços.²³⁷

Levantavam inúmeras correlações fantasiosas, numa aparente atitude de não acreditarem que um “bando de miseráveis”, dos quais até então muitos nem lembravam da existência, pudessem ter tamanha força e defenderem com tanto vigor um interesse religioso. Essas passagens me parecem singulares para reforçar que Afonso Arinos se inseria numa perspectiva de compreensão e de pensamento contrária à da grande

²³⁶ FRANCO, 1969, p. 280, nota 168.

²³⁷ Ibid., p. 280-281.

maioria dos intelectuais, da elite política e dos principais meios de comunicação ²³⁸ do período do final do século XIX.

Quando falamos em meios de comunicação para o período, estamos nos reportando basicamente ao jornal, que “[...] era o mais eficiente veículo de comunicação de massas do Brasil do final do século [...]”.²³⁹ Tamanho destaque leva a um papel importante dos jornais na questão de Canudos, contribuindo para difundir idéias, boatos e opiniões, nem sempre condizentes com a realidade. Como afirma Walnice Galvão: “[...] As notícias, os boatos, as intrigas, ecoavam de um jornal para outro, tecendo a teia da informação. Jornais se solidarizam uns com os outros, jornais desmentem outros jornais, polêmicas se abrem de um jornal com outro e as opiniões dos demais jornais se dividem e se reagrupam”.²⁴⁰ Essa rede de noticiários produziu, ainda segundo a autora, representações diversas da guerra, caminhando desde a galhofeira passando pela ponderada e pela sensacionalista.

O drama dos sertanejos passou a ganhar maior destaque nos jornais dos grandes centros, principalmente São Paulo de Rio de Janeiro, após a morte do Cel. Moreira César. Até então, não representava um assunto principal. Os boatos de uma ação restauradora da Monarquia foram se multiplicando no emaranhado de noticiários na época e serviu de argumentação para uma ação mais incisiva das forças governamentais. Vale lembrar que a recém criada República ainda passava por

²³⁸ É importante destacar que muito intelectuais também tinham papel importante em vários jornais nesse período do final do século XIX, o que contribuía para que tivéssemos uma visão bastante similar entre muitos intelectuais e os jornais, talvez o mais importante meio de comunicação do período. O próprio Afonso Arinos já era na época editor chefe do jornal Comércio de São Paulo.

²³⁹ GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora**: A Guerra de Canudos nos jornais. São Paulo: Ática, 1994, p. 15.

²⁴⁰ Ibid., p. 64.

momentos de instabilidade. Uma revolta de tamanha proporção e destaque certamente pressionou duramente o governo republicano. Como bem salienta Hermann:

A derrota da terceira expedição foi um duro golpe, aquela altura imprevisível, no fragilíssimo equilíbrio de forças políticas da primeira fase da vida republicana. Definitivamente ultrajados, os radicais não poupariam críticas e acusações àqueles que demonstravam empenho duvidoso em, de fato, destruir o que passou a ser considerado um verdadeiro antro restaurado.²⁴¹

Criado ou não pelo governo, esse argumento de uma restauração monárquica foi utilizado para legitimar a ação repressiva. Um rumor, um boato, sem nenhuma comprovação, utilizado em prol de interesses de uma elite. Como bem aponta Bercé, “[...] o rumor transporta parcelas do que não se ousa dizer, fazer ou até confessar a si mesmo; ele tem hábito mascarar sob um disfarce de farsa ou de horror as inquietações secretas de um momento”.²⁴²

Antes de se reportar à próxima e última expedição contra a cidade, Arinos faz alguns destaques importantes. O primeiro é uma visão sobre o Conselheiro. Embora dotado de uma força e influência extraordinária sobre os jagunços, o autor trabalha a própria construção que o Conselheiro fazia de si, para desmistificar sua existência. Diz ele: “Ele nunca se deu como Bom Jesus, nem como tal se fez passar em Belo Monte. Dizia sempre, em todos os conselhos, que era o humilde servidor do Bom Jesus, cuja lei pretendia aplicar aos que o acompanhavam. Afirmava constantemente que milagre só Deus fazia e não ele, pobre pecador”.²⁴³

²⁴¹ HERMANN, Jacqueline. Canudos destruído em nome da República: uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 3, v. 2, p. 81-105, 1996. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg3-4.pdf>. Acessado em: 23 de agosto de 2009.

²⁴² BERCÉ, Yves-Marie. Rumores dos séculos modernos. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 175.

²⁴³ FRANCO, 1969, p. 291, nota 168.

Um segundo ponto é desconstruir a imagem de uma cidade harmoniosa. Ele aponta que existia desigualdade, havia regras fixas e castigos para os que desobedecessem. Mas tudo deveria ser feito mediante autorização do Conselheiro. Ele cita um exemplo desse castigo:

Amarrados a estacas, fincadas no meio do largo, estão três mulheres e dois homens sofrendo os rigores da disciplina. É o pelourinho colonial, ao qual estão atados os criminosos para sofrerem o suplício da vergasta. [...] O motivo do castigo foi não darem elas importância àquelas desgraças e se mostrarem muito depressa consoladas. [...] os dois jagunços que sofreram plamatoadas eram tropeiros, acusados de querer introduzir clandestinamente alguns pipotes de cachaça na cidade santa.²⁴⁴

Essa passagem mostra o rigor que existia na cidade e como tudo era controlado pelo Conselheiro, que, no caso da cachaça, havia proibido a comercialização e consumo de em Belo Monte.

Para finalizar o capítulo, Afonso Arinos afirma que o ódio e a crueldade dos soldados contra os jagunços foi sendo construído aos poucos, como consequência da guerra prolongada. Ao contrário do que se poderia esperar de um monarquista da época, Arinos não ataca acriticamente a posição dos soldados que no momento representavam a República. Não há uma crueldade *a priori* e os fatos nefastos que estarão presentes na fase final do conflito surgem como um fruto da própria guerra e das sucessivas derrotas da parte dos soldados.

No quinto e último capítulo do livro, Arinos fecha a história da queda da cidade de Belo Monte. Toda a resistência dos jagunços era comandada por João Abade, o “chefe do povo” e braço direito do Conselheiro. Era ele também o responsável pela

²⁴⁴ Ibid., p. 285-286.

ordem na cidade. Mas tudo o que fazia tinha o consentimento do Conselheiro, como de costume na cidade.

A nova expedição, a maior de todas, marcha para a cidade e os rumores deixam em alerta o povo da cidade. A situação já era difícil nessa altura, uma vez que o número de combatentes havia sido reduzido pelas inúmeras baixas dos conflitos anteriores. As emboscadas tão características da resistência jagunça foram sendo diminuídas pela falta de homens e a resistência concentrava-se cada vez mais no centro da cidade, próximo a Igreja.

Arinos retrata uma situação quase insuportável para a vida dos jagunços nesse período, pois, entre outras carências, faltava comida e água. Em 18 de julho, é ordenado um assalto geral a Belo Monte, que nesse tempo já está praticamente cercada: “Pouco depois se desenrolou a batalha. Mais de três mil homens se estenderam flexuosamente, atirando contra Belo Monte uma lançada de sucuruí para esmigalhar a cidade”.²⁴⁵ Mas a resistência heróica dos jagunços dispostos a morrerem pelo Conselheiro prolongava o inevitável.

Recolhido em seu templo, anexo à Igreja, o Conselheiro, cada vez mais fraco e adoentado, porém crente na vitória, autoriza a partida de Vila Nova, um dos homens de sua confiança, para buscar reforços na cidade vizinha. Desse fato, surge uma passagem na narrativa que intriga, pois indica que esse Vila Nova servira de fonte para Arinos. Arinos escreve: “Decidida que foi a saída de Vila Nova, o chefe do povo, de acordo com aquele, tirou à sorte os companheiros que deviam acompanhar, em número de trezentos, mais ou menos [...]”.²⁴⁶ Arinos transparece a impressão de que tenha

²⁴⁵ Ibid., p. 334.

²⁴⁶ Ibid., p. 341.

colhido ou se utilizado de uma fonte que colheu a informação diretamente de Vila Nova. O autor não faz maiores referências ao fato, ficando apenas essa passagem como um indício na sua narrativa.

De fato, Arinos descreve com muita propriedade algumas cenas e acontecimentos, cenas que inclusive aparecem também em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, como uma emboscada feita por um jagunço acostumado a caçar jacu, que escondido nos arbustos atirava contra os soldados que dormiam, e uma vez descoberto, consegue fugir rolando morro a baixo rumo a cidade.²⁴⁷

Se essa saída de Vila Nova com um número tão grande de jagunços ocorreu de fato, a situação da resistência ficou ainda mais prejudicada, pois os combatentes diminuíaam a cada dia e a situação beira o insuportável. Cada vez menos se via o conselheiro que, adoentado, já nem sai de sua residência. Mas ninguém de Belo Monte parecia pensar na morte do missionário, tamanho amor e veneração. Numa passagem, Arinos retrata a realidade da cidade:

Ninguém mais pode cuidar de seu corpo. Os feridos não deixavam as armas para se tratarem, porque não havia mais lugares onde não ficassem expostos às balas. Os enterros não puderam ser feitos também, de certa data em diante, e os cadáveres ficavam nos lugares onde caíam. Ao mesmo tempo, a epidemia começou a grassar na cidade santa. Velho, alquebrado, fragílimo, só o sustentava a força do seu espírito, sempre atilado e sempre alerta.²⁴⁸

Quanto mais difícil ficava manter a resistência, mais se ampliava o heroísmo dos jagunços. Essa força do jagunço, do sertanejo e seu destemor, rende destaque até nos comandantes que se impressionam com tal coragem e força:

²⁴⁷ Ibid., p. 330 e 331.

²⁴⁸ Ibid., p. 342.

De fato, de certo período do cerco em diante, o heroísmo em Belo Monte foi uma epidemia que não poupou ninguém. Tornou-se unânime, sem a mínima discrepância, nem exceções. Todos zombavam da morte, desafiavam-se a cada instante, votando-a, ao mesmo tempo, ao mais cruel desprezo, pois nem sequer falavam nela.²⁴⁹

Após a morte do líder militar, João Abade, a difícil resistência fica mais ainda prejudicada, uma vez que os jagunços perdem seu líder para resistir a invasão dos soldados. Como o Conselheiro já se encontrava muito debilitado, muitos jagunços ficaram desorientados, chegando inclusive um grupo a propor a rendição, algo aceito pelo comando das tropas. Contudo, a grande maioria não aderiu e preferiam continuar a lutar a se entregarem e ver seu Conselheiro nas mãos inimigas. O grupo que foi era composto em sua maioria de crianças, mulheres, idosos e feridos, chegando muitos a morrerem antes mesmo de alcançarem o acampamento dos soldados. Como descreve Arinos: “[...] quem as visse de perto não acreditaria que fossem criaturas de Deus. Eram antes chagas e andrajos ambulantes, massas informes de carnes lívidas, de largos ferimentos meio putrefatos; era a horrível procissão da dor e da fome [...]”.²⁵⁰ Como demonstração da crueldade adquirida pelo exército com o conflito, todos os reféns foram degolados.

Já com a cidade praticamente tomada pelos soldados, a narrativa se volta especificamente para o Conselheiro. Dois jagunços se depararam com ele no seu templo já sem sinais de vida. Contudo, um desses jagunços denominado Taramela, que tomava conta da entrada do templo, afirma que ele já teve esse sono antes e que ele mesmo o contou. Por isso, acredita que ele esteja dormindo e que vai acordar. Teimam em acreditar na morte do Conselheiro, não por considerá-lo um Deus, mas pela

²⁴⁹ Ibid., p. 347-348.

²⁵⁰ Ibid., p. 364.

veneração que tinham. Assim, decidem enterrá-lo numa cova com devidas aberturas que garantissem sua respiração e que ele pudesse sair quando acordasse, bem como que estivesse protegido dos tiros.

A guerra finalmente estava chegando ao fim, com um saldo triste para os jagunços. Todas as construções eram incendiadas e aos poucos Canudos deixava de existir. Arinos descreve essas cenas finais: “Já não havia mais casas em Belo Monte. Por toda a parte subiam as labaredas, crepitantes, nos colmos das palhoças. O chão estava juncado de destroços e de ruínas. Os cadáveres carbonizados confundiam-se com os madeiros encarvoados ou fumegantes, deitados por terra”.²⁵¹

A força oficial vencera o heroísmo dos jagunços. Alguns ainda conseguiram fugir por furnas, mas a grande maioria morrera, ou na resistência ou degolados e queimados. Os que sobreviveram procuraram inutilmente o corpo do Conselheiro, mas encontraram a cova vazia. Não sabiam se ele havia sido capturado, se tinha morrido ou se acordara do sono e fugira para construir um novo reduto. Os sobreviventes “[...] sentiam-se agora indecisos, hesitantes, fracos, de todo inespertos, tal se fossem de repente arrojados a um mundo diferente e desconhecido”.²⁵²

A última frase do livro também é muito sugestiva tal qual a primeira. Tratando dos jagunços sobreviventes, Arinos finaliza dizendo: “E a tribo marchou para o deserto”.²⁵³ É uma clara alusão a passagens bíblicas, cristalizando a imagens de mártires, sofredores, adoradores e quase heróis.

²⁵¹ Ibid., p. 375.

²⁵² Ibid., p. 382.

²⁵³ Ibid., p. 383.

4.3 A IMPORTÂNCIA DE “O EPÍLOGO DA GUERRA” COMO EPÍLOGO DE OS JAGUNÇOS

Faremos aqui uma associação de um artigo publicado por Afonso Arinos no jornal *O Comércio de São Paulo*, no dia 09 de outubro de 1897, logo após o fim da guerra, intitulado *Campanha de Canudos: o Epílogo da Guerra*, com a temática que acabamos de apresentar. Esse artigo foi publicado antes do livro e demonstra que a guerra parece ter despertado aguda atenção por parte do autor. No artigo, Arinos expressa diretamente algumas posições e visões sobre o conflito e sobre o sertanejo, percebidas durante todo o livro. Pode e deve ser visto como um prefácio crítico, sem as molduras da literatura.

Compreendendo o conflito numa lógica muito mais profunda do que a mera descrição da guerra em si, Arinos destaca a importância do ocorrido em Canudos para se discutir a nacionalidade e compreender o verdadeiro caráter do Brasil. Como se percebeu durante todo o livro, o autor exalta esse sertanejo e o identifica numa associação com a identidade nacional.

Além disso, há nesse artigo uma crítica velada à cobertura e a visão construída pela elite intelectual e política, bem como pela imprensa. Essa posição também aparece principalmente na parte final de *Os Jagunços* e colabora para apresentá-lo em distinção com a maioria das idéias e interpretações sobre a guerra no período.

Como visto, ele tenta com o livro fazer exatamente essa leitura mais profunda do conflito, ao focar nos jagunços, retratando um sertanejo esquecido, com suas tradições, e destacar a importância da religião na sua vida. E mais, uma religiosidade permeada de crenças e superstições, criando um campo fértil para o surgimento de movimentos

messiânicos. Ele não pensou exclusivamente em retratar a guerra. Antes, pretendeu apresentar esse sertanejo e suas implicações, dando um caminho para a compreensão do conflito que se desenvolveu.

Dessa compreensão da realidade sertaneja vem a associação da cidade do Belo Monte como um movimento religioso, negando qualquer cunho político, fato tão propagado nos grandes centros na época. Ele mesmo afirma: “A alegação propalada por certos órgãos da imprensa de que o movimento armado da Bahia é especulação política, principalmente monárquica, é superficial e ridícula. A especulação pode criar aventureiros, mas não cria heróis, não fanatiza homens”.²⁵⁴

Essa posição assumida por Arinos é interessante se pensarmos se tratar de um monarquista. Não se deixa levar pelas especulações entendendo também que a alusão a Canudos como um movimento de retomada da Monarquia era fruto de uma leitura pró-República e que depreciava a Monarquia, uma vez que as visões sobre o Conselheiro e a cidade de Canudos eram, na sua grande maioria, negativas, com acusações de banditismo inclusive. Dessa maneira, um monarquista como Arinos não poderia sustentar tal comparação, já que se colocava como um conhecedor da realidade sertaneja e identificava com clareza o foco religioso do movimento.

Deixa claro também que não se pode centralizar a compreensão do ocorrido apenas analisando o Conselheiro, pois “[...] admitir-se que a simples ação de um indivíduo possa produzir o fanatismo de um povo, é ser cego, é não conhecer coisa alguma de História ou de sociologia”.²⁵⁵ Para ele, o Conselheiro representava um anseio coletivo, bem na lógica do cenário fértil que ele construiu no livro:

²⁵⁴ FRANCO, 1969, p. 644, nota 97.

²⁵⁵ Ibid., p. 644.

Considerando o fenômeno num ponto-de-vista elevado, prova-se, diante da história do homem, em todos os tempos, que um indivíduo, cuja ação é intensa e larga na vida de um povo, não representa mais que a síntese do espírito coletivo; seu caráter forma-se dos elementos que existem no conjunto, e sua energia representa, em grau de maior intensidade, as energias individuais do grupo sujeito à sua influência. Sem essa identidade de elementos, sem esta semelhança de qualidades, não se explica a ação do indivíduo sobre as massas.²⁵⁶

Respondendo à pergunta que fizemos lá atrás, parece sim que Arinos analisa a influência que o Conselheiro possuía sobre os sertanejos pela ótica do domínio de massas. A congruência de aspirações fez com que o conselheiro canalizasse os anseios de milhares de sertanejos que passaram a ver suas aspirações representadas pelo missionário.

Além disso, pelo olhar místico que a religiosidade sertaneja construiu sobre o Conselheiro, sua ausência pareceu não romper a convicção coletiva dos jagunços, principalmente na fase final da guerra, quando ele já não aparecia em público e principalmente após sua morte. Muitos inclusive não acreditaram que ele havia morrido. Assim, embora paradoxal, parece ter havido uma ausência presente, pois não o viam, mas acreditavam na sua presença, ou duvidavam da sua morte, um pouco aos moldes dos movimentos sebastianistas.

Para Arinos, faltou uma maior compreensão do fenômeno antes de atacá-lo. Ele salienta:

Esses grandes sacrifícios podiam ter sido evitados por estudo escrupuloso da região em que se manifestou o singular fenômeno e pela investigação atenta do próprio fenômeno, antes de aqular-se o fanatismo dos fanáticos atirando-lhes as fauces corpos de soldados. O movimento não revestiu, por mais que o queiram assim classificar, o caráter de movimento político, nem mero banditismo, tendo por móvel o roubo. Era um movimento de fanatismo que cresceu e se

²⁵⁶ Ibid., p. 644.

avolumou, até chegar às proporções de perigo público, graças à força que se lhe opôs desde o começo.²⁵⁷

O que Arinos faz nessa passagem é reverter a idéia de cunho político, ao afirmar que se houve em algum momento alguma ligação política do movimento, essa foi provocada pela força armada que o governo lhe impôs, incompetente como foi para compreender o conflito. Não deixa de ser uma crítica à República, mas acima de tudo é uma leitura interessante do conflito. Ela está presente no livro, na medida em que ele afirma que quanto mais a guerra ia se acirrando, mais os jagunços elegiam o governo como inimigo e aumentavam sua adoração ao Conselheiro. Assim, embora tenha dado um fim ao conflito e a ação do missionário, antes a ação repressiva do governo foi responsável pela ampliação do movimento em todos os seus sentidos.

Contudo, o ponto central e mais importante em termos nacionais de todo o conflito de Canudos, segundo Arinos, estaria no aparecimento desse sertanejo, antes esquecido e ignorado, no cenário nacional. O autor salienta em seu artigo:

Até aqui, só eram brasileiros os habitantes das grandes cidades cosmopolitas do litoral; até aqui, toda a atenção dos governos e grande parte dos recursos dos cofres públicos eram empregados na imigração ou no tolo intuito de querer arremedar instituições ou costumes exóticos. O Brasil central era ignorado; se nos sertões existe uma população, dela não cura o governo; e eis que ela surge, numa estranha e trágica manifestação de energia, afirmando sua existência e lavrando com o sangue um veementíssimo protesto contra o desprezo ou o olvido a que fora relegado. Eis um elemento com que não contaram os arquitetas de nossas leis e de nossa organização e que surdiu agora avocando seu direito à vida.²⁵⁸

Todas as discussões sobre sociedade brasileira, civilização, progresso, nacionalidade, não podiam mais ser feitos esquecendo-se desse povo do interior do

²⁵⁷ Ibid., p. 644.

²⁵⁸ Ibid., p. 645.

país. E mais, para Arinos, essa ascensão do sertanejo traria consigo a imposição da identidade nacional, o que o país teria de mais autêntico, que seria exatamente esse sertanejo, sobre o qual poderíamos chegar a constituição da nação. Afirma Arinos: “E essa força que assim apareceu, há de ser incorporada a nossa nacionalidade e há de entrar nesta como perpétua afirmação da mesma nacionalidade. Ela há de, assimilada pela civilização, assegurar nossa independência, impondo-nos ao respeito das nações estrangeiras”.²⁵⁹

O termo “civilização” pode ser compreendido aqui pelo desenvolvimento tecnológico, que traria benefícios e melhoramentos à vida sertaneja. Arinos não via nos sertanejos o representante nostálgico de uma época, digamos, mais romântica e menos industrializada. Ao contrário, ele mostra simpatia ao desenvolvimento industrial e acreditava que se deveria levá-lo para todo o país, não ficando restrito apenas as grandes cidades. Não se pode entender então a utilização do termo “civilização” da mesma forma como foi empregado por outros intelectuais desse período de virada do século, numa associação européia para o termo, fazendo um paralelo entre o moderno, o culto, o urbano que seriam as grandes cidades de um lado e o atrasado, o grotesco e rude, que seria o sertão do outro.

Arinos defende esse sertanejo e sua cultura como o verdadeiro elo da nossa nacionalidade, mas não o engessa no tempo e nem o idealiza, por isso não nega que traços da “civilização”, como a industrialização, pudessem incorporar a vida no sertão. Os jagunços “[...] abriram o caminho à civilização, que só marcha, no dizer do publicista,

²⁵⁹ Ibid., p. 645.

através da violência, e que, sendo sempre a resultante de uma eterna luta, é sempre o produto da vitória e da conseqüente dominação de uns sobre outros”.²⁶⁰

Sendo o sertanejo o verdadeiro representante do Brasil, o próprio termo “sertanejo” passa a ser um quase sinônimo de brasileiro. Além disso, a guerra de Canudos passa a ter um grande papel nesse contexto por rerepresentar esse sertanejo ao resto do país, como ele mesmo afirma no final do artigo: “Eles receberam o esplêndido e misterioso batismo do sangue e, cintos dessa púrpura, abriram as portas da nacionalidade brasileira para seus irmãos sertanejos”.²⁶¹

Afonso Arinos faz uma leitura através do conflito mostrando uma nacionalidade desfigurada, uma realidade de conflito, não só militar, mas de um profundo conflito social e moral. Mas esse sertanejo que ele apresenta e defende, poderia ser o grande elo canalizador da formação da nação brasileira. Sua existência precisa ser valorizada. Não se trataria de barbárie, como argumentavam outros intelectuais monarquistas. O sertanejo representa o potencial para a consolidação da nação brasileira, mas precisa ser incorporado por um projeto que teria no comando a classe intelectual.

Teríamos todas as condições de nos tornarmos uma grande nação, passível de destaque no cenário mundial, pois possuíamos uma autenticidade que nos distinguiria, que nos tornaria únicos. O sertanejo, nosso elo de identidade, não pode ser exterminado como a República fez com tamanha crueldade em Canudos, tampouco relegado e praticamente esquecido pela história e pelo projeto de País assumido por muitos intelectuais que queriam um Brasil aos moldes europeus, principalmente francês. Ele precisa ser incorporado pelo projeto nacional. Tudo isto está presente em

²⁶⁰ Ibid., p. 645.

²⁶¹ Ibid., p. 645.

Os Jagunços e no pensamento de Afonso Arinos, o que no mínimo torna injusto seu quase esquecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento regionalista do final do século XIX no Brasil representou, para parte da elite intelectual da época, uma retomada sob um novo ângulo dos debates sobre nacionalismo e a constituição da nação brasileira. Já superado o mito romântico do indianismo, onde o índio configurava nossa principal representação nacional, o romantismo literário direcionará seu foco para o sertão e para o sertanejo como formação do elo da nacionalidade. O símbolo que representaria nossa autenticidade formaria uma cultura rústica, que, limitada pelo isolamento do sertão, nada ou pouco teria sofrido de influências externas. Litoral e sertão assumem conotações diferentes de meras citações geográficas.

É inevitável então o confronto que se verificou com grande constância entre os intelectuais citadinos, envoltos com os “novos ares” vindos das potências “civilizadas”, e os intelectuais preocupados em valorizar e revelar para o público a importância desses indivíduos, que, relegados, praticamente esquecidos, se tornaram um fronte nacionalista extremamente necessário ao Brasil republicano.

Já era praticamente consenso entre os intelectuais do período que, de fato, o Brasil era um país de mestiços, resultado dos trabalhos de Martius e da historiografia do período imperial, principalmente do IHGB. Porém, dessa constatação quase unânime, as interpretações que dela decorreram potencializaram divisões e debates acalorados sobre a condição do país para a formação de sua nação. Muitos intelectuais como Nina Rodrigues e o próprio Euclides da Cunha antes de *Os Sertões*, visualizavam essa

condição de povo mestiço como algo ruim, que condenaria um povo inferior. Por outro lado, autores regionalistas como Afonso Arinos visualizavam essa característica como algo que distinguiria o país no cenário mundial.

Nosso intuito foi mostrar que Afonso Arinos buscou a construção da nação brasileira valorizando a cultura do sertanejo como representação do autêntico frente às influências cada vez maiores das culturas e modos de vida europeus nas principais cidades brasileiras da época, principalmente o Rio de Janeiro. Como muitos autores do período, Arinos identificava o Brasil como uma nação a construir e esse papel caberia aos intelectuais. Ao povo já sofrido caberia a labuta diária. Constatava que, politicamente, o povo brasileiro não era ativo e sempre precisou ser dirigido por uma classe governante. Arinos puxa para os intelectuais essa responsabilidade por não acreditar que o governo republicano da época fosse capaz de realizar tal tarefa, extremamente necessária para o pleno desenvolvimento do Brasil.

Suas posições monarquistas com certeza influenciaram essa perspectiva. Arinos foi sempre um defensor do Império e crítico dos ideais republicanos. Via uma República que chegou ao poder de assalto e ausente de poder central, gerando o temor do desmembramento, fortalecendo ainda mais a urgência de nosso projeto nacional. Totalmente inserido nas concepções monarquistas, Arinos se distinguia de seus correligionários no que diz respeito a algumas questões envolvendo os sertanejos. Ao contrário de Taunay, contemporâneo monarquista, para ele não há barbárie no sertão. O que existe é um povo abandonado pelo governo, que precisaria ser incorporado ao país, pois representaria o que temos de mais autêntico e verdadeiro e o que nos destacaria no cenário das grandes nações mundiais.

Seu temor do desmembramento do país vem da sua concepção de que o modelo federalista da República potencializava a diferenciação regional num momento em que necessitávamos de um projeto unificador e constituinte da nação. Não está atrelado à noção de potencialidade de barbárie presente no sertão, que o Império soube conter e para a qual a República mostrava-se vacilante.

O sertanejo precisava ser incorporado ao projeto nacional e não exterminado, como em Canudos. Tendo pouca habilidade para compreender o surgimento de Canudos, o Governo Republicano teria contribuído para seu desenvolvimento quando tentou interrompê-lo, o que mostraria mais uma vez a incapacidade da República para gerenciar o país. Fortes, eles resistiram inexplicavelmente. Dizimada pelo exército republicano, Canudos serviu para colocar o Brasil um pouco mais em contato com os brasileiros. Os sertanejos e sua cultura seriam a base do projeto nacional defendido por Arinos.

Em *Os Jagunços*, Arinos buscou representar, por diversos aspectos, o sertanejo, construindo tipos simbólicos com características presentes na cultura, nas tradições e modos de vida do interior. Também buscou desmistificar os boatos em torno da guerra, principalmente de relacioná-la com uma restauração monárquica. Buscando uma compreensão mais ampla do movimento, demonstrou o viés religioso que norteou a constituição de Canudos e denunciou uma camada da sociedade brasileira até então relegada, que pouco se falava e se buscava compreender. Como ele mesmo afirmou, até o surgimento de Canudos só eram brasileiros os habitantes das grandes cidades. Os sertanejos, os homens do interior do país, eram praticamente ignorados.

Se em termos intelectuais e literários essa obra não aparece entre as de maior notoriedade do autor, que chegou a Academia Brasileira de Letras muito em função do

livro de contos *Pelo Sertão*, certamente representa *Os Jagunços* um importante documento histórico que, seguramente, acabou por ser ofuscado pelo imenso e merecido sucesso crítico de *Os Sertões*.

Buscamos apresentar *Os Jagunços* e captar dela as principais implicações sobre a Guerra de Canudos e sobre a visão de Arinos acerca do sertanejo e da nação. Conjuntamente, perpassando outras obras do autor que reúnem artigos publicados anteriormente em periódicos, propomos reconstruir o momento intelectual vivenciado pelo autor, suas concepções políticas e culturais e revelar um pouco mais de seu pensamento.

Assim, encaramos a tarefa de “resgatar” Afonso Arinos do ofuscamento no qual o tempo o relegou e enquadrá-lo como um autor que buscou e se preocupou com a construção da nação brasileira, que se formaria através do seu representante mais típico e autêntico, o povo sertanejo.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. **O enigma de Os Sertões**. Rio de Janeiro: Funarte: Rocco, 1998a.

_____. O livro que abalou o Brasil: a consagração de Os Sertões na virada do século. **História, Ciências e Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5 (suplemento), p. 93-115, 1998b. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59701998000400006&script=sci_arttext&tlng=pt. Acessado em: 22 de junho de 2007.

ALMEIDA, José M. G. de. **A tradição regionalista no romance brasileiro (1857-1945)**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

ANDRADE, Solange Ramos de. O catolicismo popular no Brasil: notas sobre um campo de estudos. **Revista Espaço Acadêmico**, ano 6, n. 67, 2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/067/67andrade.htm>>. Acessado em: 28 de fevereiro de 2008.

_____. Os intelectuais e a identidade religiosa no Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Paraná, **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.anpuh.uepg.br/Xxiii-simposio/anais/textos/SOLANGE%20RAMOS%20DE%20ANDRADE%20DAVID.pdf>>. Acessado em: 25 de fevereiro de 2008.

ATHAYDE, Tristão. **Afonso Arinos**. São Paulo: LISA: INL, 1981.

BALDO, Luzia M. L. A identidade nacional: matrizes românticas do projeto modernista. **Boitató**, Londrina, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/boitata/volume-1-2006/Artigo%20Luiza%20Baldo.pdf>>. Acessado em: 22 de junho de 2007.

BERCÉ, Yves-Marie. Rumores dos séculos modernos. In: RIOX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 173-181.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

CHARTIER, Roger. O Mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 11, v. 5, p. 173-191, 1991. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf> >. Acessado em: 10 de agosto de 2007.

_____. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: DIFEL, 1990.

CHAVES, Evenice Santos. Nina Rodrigues: sua interpretação do evolucionismo social e da psicologia das massas nos primórdios da psicologia social brasileira. **Psicologia em Estudo**, Maringá, n. 2, v. 8, julho/Dezembro de 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722003000200004>. Acessado em: 26 de fevereiro de 2008.

COSTA, Hilton. **Horizontes raciais: a idéia de raça no pensamento social brasileiro – 1880 – 1920.** 2004, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14074/000426320.pdf?sequence=1>>. Acessado em: 23 de agosto de 2009.

COSTA, Maria C.L. Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. **História, Ciência e Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 11(1), p. 57-74, jan-abr, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v11n1/03.pdf>>. Acessado em: 10 de junho de 2009.

DOURADO, Maria Cecília. **A genealogia da tristeza: Paulo Prado e o ensaio sobre a formação da nacionalidade brasileira.** 1996, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996, mimeo.

FINKIELKRAUT, Alain. **A derrota do pensamento.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FONSECA, SILVIA C.B. Monarquia e razão vigilante: o pensamento político na literatura do Visconde de Taunay. In: ALMEIDA, Angela M. De; ZILLY, Berthold; LIMA, Eli Napoleão de, (Org.). **De Sertões, desertos e espaços incivilizados.** Rio de Janeiro: MAUAD, 2001, p. 229-242.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Discursos acadêmicos.** Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005, p. 141-160. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/media/Tomo%20I%20-%201897%20a%201919.pdf>>. Acessado em: 12 de agosto de 2009.

_____. A Unidade da Pátria. In:_____. **Obra Completa.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969, p. 883-895.

_____. Histórias e paisagens. In:_____. **Obra Completa.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969, p. 789-881.

_____. Notas do dia. In:_____. **Obra Completa.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969, p. 611-687.

_____. Os Jagunços. In:_____. **Obra Completa.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969, p. 123-383.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime econômico patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

GAETA, Maria A. J. Veiga. A cultura clerical e a folia popular. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 34, v. 17, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200010>. Acessado em: 28 de fevereiro de 2008.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **Saco de gatos**: ensaios críticos. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

_____. **No calor da hora**: A Guerra de Canudos nos jornais. São Paulo: Ática, 1994.

HERMANN, Jacqueline. Canudos destruído em nome da República: uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 3, v. 2, p. 81-105, 1996. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg3-4.pdf>. Acessado em: 23 de agosto de 2009.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. São Paulo: Pioneira, 1976.

LIMA, Herman. **Afonso Arinos**: prosa. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1971.

LIMA, Nísia Trindade de. **Um Sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro: REVAM/LUPERJ, UCAM, 1999.

MATTOS, Mário. **Último bandeirante**. Belo Horizonte: Amigos dos Livros, 1935.

MELLO, Oliveira. **De volta ao sertão**: Afonso Arinos e o regionalismo brasileiro. Paracatu: Edições Buriti, 1994.

MOISÉS, Massaud. **História da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2001.

MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o culundu. In: SOUZA, Laura M. (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, tomo I, p. 155-220.

NABUCO, Joaquim. **Balmaceda**. Brasília: Senado Federal, 2003. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/1076/4/662433.pdf>>. Acessado em: 12 de agosto de 2009.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5(suplemento), p. 195-215, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59701998000400011&script=sci_arttext&tling=pt>. Acessado em; 22 de junho de 2007.

_____. **A questão nacional na primeira República.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Ricardo de. Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 44, v. 22, p. 511-537, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n44/14010.pdf>>. Acessado em: 26 de fevereiro de 2008.

_____. Ficção, ciência, história e a invenção da brasilidade sertaneja. **Ipotesi** (UFJF), Minas Gerais, v. 4, n. 6, p. 37-56, 2000.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Românticos e folcloristas:** cultura popular. São Paulo: Olho d'Água, 1992.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **História da literatura brasileira:** prosa de ficção de 1870 a 1920. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1988.

PRADO, Eduardo. **A ilusão americana.** Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/ilusao.html>>. Acessado em: 12 de agosto de 2009.

PRADO, M. Emília. Leituras da colonização portuguesa no Brasil do século XX. **Revista Intellectus**, Rio de Janeiro, ano 05, v. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano5n1/Texto%20de%20Maria%20Emilia%20Prado.pdf>>. Acessado em: 20 de fevereiro de 2008.

PRADO, Paulo. Retrato do Brasil. In: SANTIAGO, Silviano (Org.). **Intérpretes do Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, p.25-104.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil:** de Varnhagem a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

RENAN, Ernest. O que é uma Nação? In: ROUANET, Maria Helena (Org.). **Nacionalismo em questão.** Caderno da Pós/Letras. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 12-43.

RIBEIRO, João. **A língua nacional:** notas aproveitáveis. São Paulo: Editora Nacional, 1933.

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870).** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTOS, Fabio Muruci dos. **A paisagem oculta:** cidade e representação social em Machado de Assis. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998, mimeo.

_____. No coração do Brasil, o trabalho: sertão e modernidade em Paulo Prado e Cassiano Ricardo. **Pós-História**, Assis/SP, n. 9, UNESP, p. 199-217, 2001.

SENNA, Homero (org.). **República das letras**: entrevista com 20 grandes escritores brasileiros. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, João Pinto da. **Fisionomias de novos**. São Paulo: [S.L.], 1922.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **A brasilidade Verde-amarela**: nacionalismo e regionalismo paulista. Rio de Janeiro: CPDOC, 1987.

VENTURA, Roberto. Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5 (suplemento), p. 133-147, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000400008>. Acessado em: 03 de Maio de 2008.

VILLA, M.A. **Vida e morte no sertão**: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000.